

A febre do PS sobre a revisão foi eliminando qualquer vontade política dos socialistas para realizar a regionalização. Pelo menos nos termos em que a Constituição há mais de 20 anos o impunha e o PS se havia comprometido a concretizar.



■ Octávio Teixeira Pág. 20

Movimentações

As sucessivas crises que a política de direita do guterrismo vêm provocando no PS não-de desembocar nalguma coisa. (...) Seja como for, uma crise tão profunda e tão vasta como esta volta a pôr na ordem do dia a questão central do espaço vazio à esquerda.

■ João Amaral Pág. 21

Quem avalia os EUA?

Sem para tal receberem procuração, os EUA apresentam-se como os campeões mundiais da defesa dos direitos humanos. Anualmente, o Departamento de Estado publica um Relatório sobre a situação desses direitos no vasto mundo. Obviamente, os EUA não constam da lista onde esses direitos são violados.

■ Miguel Urbano Rodrigues Págs. 24 e 25

ÚLTIMAS Agricultura

PCP reclama medidas excepcionais

Em conferência de imprensa, Agostinho Lopes divulgou um comunicado da Comissão Política no qual se reclamam apoios urgentes para fazer face aos prejuízos dos agricultores vítimas das intempéries.

Pág. 32

AUTÁRQUICAS

Portalegre Romper imobilismos

Portalegre Romper imobilismos. O município de Portalegre encontra-se numa situação de estagnação económica e social. A falta de investimentos e a ausência de políticas públicas eficazes têm levado a uma situação de imobilismo que afecta a população em geral. É necessário romper este estado de coisas através de medidas excepcionais.



Revisão constitucional

Desacordo alargado

Ao longo das últimas semanas tem vindo a crescer e a manifestar-se o desacordo, em cada vez mais largas faixas da opinião pública, contra a revisão constitucional que, em resultado do negócio estabelecido entre o PS e o PSD, estes dois partidos pretendem impor ao País.

Págs. 5 e 6



Mulheres, desemprego e discriminação

Portugal tem uma das mais avançadas legislações da Europa em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Na Europa Comunitária, a directiva respeitante à igualdade de remunerações entre os dois sexos conta já com 20 anos de existência. E no entanto...

Págs. 14 e 19



Organizadores da Festa do «Avante!» revelam algumas «novidades»

## RESUMO

### 23 Quarta-feira

Em conferência de imprensa, responsáveis da Festa do «Avante» apresentam programa deste ano ■ A distrital de Beja do PSD, juntando a voz à da CDU, exige a demissão do governador civil, António Saleiro, considerando que a sugestão por ele feita, de uma «frente anticomunista no Alentejo», se assemelha aos «piores estratagemas do Estado Novo» ■ Slobodan Milosevic é empossado como presidente da República Federal da Jugoslávia ■ Os três partidos unionistas da Irlanda do Norte votam contra as propostas anglo-irlandesas referentes ao processo de desarmamento dos grupos terroristas ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas ameaça a UNITA com novas sanções económicas, por ter falhado no cumprimento dos acordos de Lusaca.

### 24 Quinta-feira

Estala um conflito aberto entre o deputado do PS, Manuel Alegre, e o líder da bancada socialista, Francisco Assis, com o primeiro a acusar Assis de tentar «resolver um problema de autoridade» e o segundo a insistir na necessidade de «disciplinar» Manuel Alegre e outros deputados ■ No primeiro encontro entre os dois, o líder palestiano Yasser Arafat considera o novo dirigente do Partido Trabalhista israelita, Ehud Barak, seu «parceiro na paz dos bravos» ■ O ministro da Escócia na Câmara dos Comuns, Donald Dewar, apresenta a proposta do Governo trabalhista para a criação de um Parlamento para a Escócia, aspiração acalentada pelos escoceses há mais de 300 anos ■ Repetindo a utilização da técnica da clonagem, os mesmos cientistas escoceses de Edimburgo que criaram a ovelha Dolly criaram agora a ovelha Polly, que apresenta uma originalidade: a adição no seu código genético de um gene humano.

### 25 Sexta-feira

O Concelho de Odemira é fustigado por um violento incêndio, que já consumiu uma vasta área de eucaliptal e de mato na Herdade da Macieira ■ Enquanto, com a ausência de Marcelo Rebelo de Sousa, é apresentado o candidato da aliança PP/PSD à presidência da Câmara do Porto, general Carlos Azeredo, o presidente PS desta autarquia, Fernando Gomes, é vaiado na Ribeira por um grupo de cidadãos que se afirmam «fartos de promessas não cumpridas» ■ O parlamento angolano aprova uma resolução que exorta o Governo a assumir as suas responsabilidades, texto que a UNITA classificou como «declaração de guerra», enquanto em Washington o departamento de Estado norte-americano anuncia a visita de uma missão governamental angolana

e lamenta que a UNITA não se tenha empenhado no Governo de Unidade e reconciliação Nacional (GURN)

### 26 Sábado

A greve decretada pelo pilotos da TAP provoca o cancelamento de 11 voos e prejuízos de mais de 70 mil contos ■ A Direcção Geral da Marinha ordena uma averiguação ao presidente da Associação Profissional da Polícia Marítima, na sequência da denúncia desta associação de estarem a ser utilizados na vigilância das praias praças da Marinha sem formação adequada para o efeito ■ O despenhamento de um avião durante um festival aéreo na cidade belga de Ostende provoca oito mortos e 40 feridos ■ O primeiro-ministro indiano, Kumar Gujral, propõe negociações directas à guerrilha separatista muçulmana de Caxemira, o único Estado indiano de maioria muçulmana.

### 27 Domingo

O Diário de Notícias anuncia que os pilotos da TAP em greve estão em contacto com a central sindical norte-americana AFL/CIO, acusando-os de pretenderem degradar a transportadora aérea nacional de modo a que esta seja adquirida, já desvalorizada, pelos norte-americanos ■ A UNITA apresenta uma «exposição» das forças militares que mantém na região angolana das Lundas, que o Conselho de Segurança da ONU, o Governo angolano e a «tróica» de observadores, Portugal, EUA e Rússia, não aceitam.

### 28 Segunda-feira

O ministro da Defesa, António Vitorino, defende permanência de militares portugueses na Bósnia ■ Sindicato dos Pilotos suspende greve da TAP por cinco dias ■ A socióloga Maria de Lurdes Rodrigues é empossada como presidente do Observatório das Ciências e das Tecnologias ■ A CE aprova financiamento de 40,6 milhões de contos para o Alqueva ■ O Partido Comunista do Vietnam ganha 85% dos lugares da nova Assembleia Nacional.

### 29 Terça-feira

Direcção do PS apoia Francisco Assis e repudia declarações do ministro Carrilho contra Manuel Alegre, pondo fim ao conflito entre estes deputados ■ Mau tempo nos meses de Abril e Junho causam no Norte prejuízos agrícolas de um milhão de contos ■ Produtores de cereais pedem ao Governo a declaração do estado de calamidade pelos prejuízos causados pela seca ■ Deputados do Conselho Legislativo palestino exigem demissão do governo de Arafat por má gestão.

## EDITORIAL

# O centro da «crise»

A dramatização que ocorre em redor de uma figura destacada do Partido Socialista e da posição assumida por esta na votação que, mais uma vez, remeteu para as calendas a criação do concelho de Vizela, tem ocupado as primeiras páginas da imprensa e vem revelando, à medida que se desenvolve e se mostram os apoios às posições em confronto e sob a maior parte dos argumentos expendidos, que a «crise» no seio do PS está para ficar.

O centro da «crise», porém, não é Vizela. Não é a primeira vez que o Partido Socialista falta às suas promessas; nem Vizela é a única promessa em que o PS falha espectacularmente; nem a questão da disciplina de voto fez alguma vez arder tão fortemente as orelhas de uma qualquer direcção parlamentar socialista.

O facto, aliás, de se ter escolhido para alvo das críticas o deputado Manuel Alegre e deixado em paz Almeida Santos - por exemplo - não tem a ver com a questão formal do cargo que este exerce como Presidente da Assembleia da República, virtualmente ao abrigo de qualquer crítica, mas terá a ver, sim, com o acumular de tomadas de posição e declarações que Manuel Alegre tem vindo a produzir, protagonizando desse modo uma postura que se afasta da linha política oficial que Guterres chefia. Tem razão o deputado, ao falar dos ataques de que tem sido alvo, em afirmar que tais ataques não lhe serão dirigidos pessoalmente, mas sim àquilo que representa.

A origem da «crise» no interior do PS - e em seu redor, contando com todos os que, de algum modo, tendo votado socialista, pretendiam uma mudança à esquerda - é a tomada de consciência de que a política de Guterres, do seu Governo e da direcção do partido se orienta fortemente para a direita. A questão da revisão constitucional, cuja marcha forçada se está a concluir e promete, em resultado do acordo entre o PS e o PSD, à revelia das instâncias próprias da Assembleia da República, abrir perigosamente as portas a uma alteração profunda do regime político saído da Revolução de Abril, terá atingido como um calafrio alguns socialistas e actuado como detonador da «crise» latente que se verifica no partido de Guterres.

Por outro lado, pode dizer-se que, sobrevalorizando a questão de Vizela, cujas populações têm todo o direito a sentirem-se indignadas e em reclamarem a elevação da sua terra a concelho, sempre defendida pelo PCP, se vem desvalorizando o que de mais gravoso se tem passado na política portuguesa, cujo futuro o acordo de revisão PS/PSD pretende comprometer seriamente. Erigir Vizela em facto político primordial serve à maravilha aos que têm pretendido esconder o verdadeiro escândalo que é a revisão de direita que se pretende consumir.

A tomada de posição de numerosas personalidades, onde avultam nomes destacados da intelectualidade portuguesa, que vieram a público *em defesa da democracia, dos direitos de cidadania e da Constituição* - a que o nosso jornal dá hoje relevo -, pela abrangência ideológica da sua composição e pela advertência que faz ao partido maioritário, acusando-o de *assumir como suas antigas exigências da direita e dos sectores mais conservadores*

da sociedade portuguesa, é um claro sinal do descontentamento quanto à orientação de direita que a direcção do Partido Socialista escolheu para singrar no poder.

Não foi certamente por acaso que tal tomada de posição mereceu o silêncio e a distração dos mais importantes órgãos de comunicação social, onde persiste, entretanto, a querela que parece opor exclusivamente Manuel Alegre à direcção do seu partido.

A participação de destacados socialistas em iniciativas de carácter unitário - como os antigos constituintes Helena Roseta, Marcelo Curto e Kalidás Barreto, que levantaram as suas vozes contra numerosos aspectos da revisão constitucional em curso, num debate promovido pela União dos Sindicatos de Lisboa - também mereceu silêncio, ou pelo menos bastante discrição, nos media.

A questão constitucional está - ou deveria estar - a merecer a atenção de toda a comunicação social - na ordem do dia. De facto, o que o concluiu entre o PS e o PSD - com o PP em apêndice -, aglutinando toda a vontade da direita, pretende levar a cabo é coroar um longo processo de recuperação capitalista, latifundista e imperialista - expressão com que os comunistas caracte-

rizaram o processo destrutivo das conquistas de Abril e que retomamos aqui, apesar de sabermos bem o quanto tal expressão irritou então os bem-pensantes que, desde Soares a Cavaco, apoiaram a destruição do que foram as traves mestras do regime democrático que Abril abriu.

O que a direita conseguiu - demonstrando mais de vinte anos, porque a esquerda (isto é, os trabalhadores, o povo, o PCP) se lhe opôs - não lhe basta. O final lógico deste processo de

recuperação, iniciado pelo Partido Socialista há mais de duas décadas, é, de facto, a «reforma» do sistema político, que permita a eternização no poder dessa direita, hoje muito mais claramente identificada. O facto de o PS de Guterres colaborar nesta «reforma», pretendendo garantir o seu futuro na área do poder, em partilha com o PSD, prejudicando o sistema proporcional, com a perspectiva de afastar da representatividade democrática todos quantos se opõem à política de direita e ao enfeudamento às directivas de Maastricht, faz alinhar o PS, objectivamente, a par do PSD e do PP, no bloco que aspira a desnaturar o regime democrático e a não permitir que uma verdadeira alternativa, apostada no progresso e na justiça social, seja viável no País.

Os malefícios do acordo constitucional de direita são muitos. Jerónimo de Sousa, intervindo na sessão promovida pela USL, identificou uma dezena de graves alterações de fundo ao texto da Lei Fundamental, entre as mais de 150 que o acordo entre o PS e o PSD prevêem levar a cabo. O combate a esta ofensiva, em que muitas vezes socialistas hoje participam, juntando-se às que, desde sempre, denunciaram os perigos do enfraquecimento da democracia e da participação popular na condução dos destinos do País, não deve ser deixado ao sabor de uma «crise» partidária que em si mesma não garante a capacidade de se construir em alternativa. O papel dos comunistas e dos seus aliados, dos trabalhadores e do povo, é fundamental nesta batalha que, defendendo as conquistas de ontem, se vira para o futuro.

*Erigir Vizela em facto político primordial serve à maravilha aos que têm pretendido esconder o verdadeiro escândalo que é a revisão de direita que se pretende consumir.*

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Lintó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Helka Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

## Quatro meses depois

Em auto-retrato que escreveu a pedido do «DN» (18/7), o secretário de Estado adjunto da Presidência do Conselho de Ministros disse que «assumia com naturalidade aquela célebre expressão do professor Cavaco relativamente aos secretários de Estado do seu Governo» e que, por isso, se confessava como sendo de facto «um ajudante do senhor Primeiro-Ministro».

Curiosamente, alinhava esta confissão dez linhas antes de anotar que «nem toda a gente detectou ainda a mudança de clima (...) mas a verdade é que esta filosofia de diálogo provocou uma ruptura decisiva com a mentalidade instalada pelos efeitos do chamado cavaquismo».

É caso para dizer que bastam aquelas duas citações para se perceber que também aqui a «ruptura decisiva» com a mentalidade instalada pelos efeitos do cavaquismo se traduz afinal no deslumbrante progresso e na portentosa diferença entre o tempo passado em que era Cavaco que qualificava os seus ministros e secretários de Estado de seus ajudantes e o tempo presente em que é um secretário de Estado que se qualifica a si próprio de ajudante do Primeiro-Ministro.

A verdade é que hoje é cada vez mais patente que a identidade entre o Governo do PS e os anteriores Governos do PSD não se limita à substância essencial das políticas determinantes e das opções de fundo, antes se estende voraz e despidoradamente ao próprio estilo e aos métodos de governar.

Em matéria de arrogância mal disfarçada, de clientelismo guloso e insaciável, de escandalosa instrumentalização do aparelho de Estado e das funções públicas, de manutenção dessa misteriosa tradição de os cheques de donativos a associações e instituições diversas terem de viajar no bolso de governadores civis, o actual Governo não perde na sua competição com os sujos métodos de governos do PSD.

É há mesmo uma área - a da propaganda - onde os governos de Cavaco Silva fazem retrospectivamente figura de inocentes meninos de coro quando comparados com o actual Governo. Para o demonstrar, bastará invocar toda a inovadora - mas infame, ilegítima e ilegal - linha de publicidade comercial a aspectos da política governamental, assente designadamente em sucessivos «spots» televisivos.

Depois dos anúncios publicitários sobre as 40 horas, sobre a política de privatizações, sobre os programas ditos de combate ao desemprego, sobre o pré-escolar, aí está agora o anúncio sobre as novas prestações familiares. Todos com características de pura propaganda política e nenhum com as características aceitáveis para a publicidade do Estado, ou seja a prestação de relevantes informações objectivas de directo interesse dos cidadãos. Todos consumando uma gravíssima perversão das condições e regras do debate e do combate políticos em favor do partido do Governo e à custa dos dinheiros públicos.

Só faltando acrescentar que deve ser a combinação da má-consciência com o desejo de impunidade que explica que, passados quatro meses, o Governo e em especial o tão operativo ministro das Finanças continuam a não responder ao requerimento parlamentar do PCP sobre quanto custou a campanha publicitária sobre a política de privatizações.

■ Vítor Dias

## Amanhãs que choram?...

“No futuro haverá 3% da população activa na agricultura, outro tanto na indústria e não mais de 14% nos serviços. O trabalho chegará portanto para não mais de 20% da população activa. O que farão os outros 80% em idade e com condições de trabalhar?”

A questão é levantada no livro “O fim do trabalho” do norte-americano Jeremy Rifkin (*Público*, 23.5.97).

“Os que detêm o poder (...) só sabem ter como referência a evolução dos preços, o nível de endividamento, o crescimento do PIB. Em todos os seus raciocínios só têm em conta o dinheiro, nunca as pessoas” - conclui por sua vez o francês Albert Jacquart em “Acuso a Economia Triunfante” (*Semanário Económico*, 25.7.97).

“Globalização da economia, desregulamentação, flexibilidade, competitividade e rentabilidade são as armas de uma guerra silenciosa que faz cada vez mais vítimas” (*Semanário Económico*, 25.7.97).

“O que se anunciava como a unificação do mundo tornou-se ruptura. No jogo da competitividade a todo o custo (...) é o capital quem tira as castanhas do fogo. Em todo o lado baixa parte dos salários no produto nacional” - assinalava o “Le Monde Diplomatique” no seu número do corrente mês de Julho. Para concluir que “esta evolução deixada a si mesma “leva a uma autodestruição progressiva do sistema, arrastando consigo a humanidade” ou “ao estilhaçamento brutal, seja pela explosão da ‘bolha financeira’, seja pela revolta dos homens”.

Estas sombrias perspectivas no plano económico e cultural explicam (e implicam) também muito das linhas hoje dominantes à escala mundial de regressão antidemocrática e de obscurantismo cultural: como conter, doutro modo, os 80% de marginalizados e excluídos dos benefícios reais permitidos pela gigantesca explosão de possibilidades criadas neste século pelo trabalho humano, nas suas vertentes intelectuais e materiais?

As manipulações, amputações, falsificações e confiscações dos direitos democráticos e sociais, as injeções de culturas pimba e o embrutecimento intelectual das massas, a própria difusão das drogas e outras psicodependências, são o corolário lógico deste sistema económico e social, o capitalismo na sua fase tardia, decadente, que pretende confiscar para benefício exclusivo duma pequena minoria os recursos e bens criados por toda a humanidade.

Porque o problema não está em “o fim do trabalho”, como o apresentava o “Nouvel Observateur” numa recente edição sob o título “O trabalho ainda tem futuro?”

O problema está, sim, na forma de organizar o trabalho humano e dele fazer beneficiar o conjunto da sociedade humana. O que o capitalismo, manifestamente, não é capaz de fazer.

A democracia económica e social, a par do aprofundamento da democracia política, que permitam essa organização do trabalho humano em benefício do conjunto da sociedade, é, cada vez mais, a alternativa urgente que se impõe. Alternativa que contém em si as promessas essenciais do socialismo.

Esteve muito em moda, por parte dos seguidores do “politicamente correcto” (isto é: “o que está a dar”), fazer ironia, quando da derrocada dos regimes socialistas do Leste da Europa, quanto aos belos versos de P. Éluard em que ele, numa grande afirmação de confiança na capacidade dos homens em tomarem nas suas mãos o seu destino, falava em “os amanhã que cantam”.

Valerá talvez a pena confrontar essas ironias com os dramas das realidades presentes e perspectivas futuras do capitalismo à rédea solta, com os seus *amanhãs que choram*.

Nós, comunistas, pela nossa parte, continuaremos a lutar por amanhã que cantem.

■ Aurélio Santos

## MUNDO

## As crianças e a bolsa

A UNICEF publicou recentemente o seu relatório sobre «O Estado das Crianças do Mundo». De entre muitos indicadores, a UNICEF escolheu a mortalidade de crianças até aos 5 anos de idade como o melhor indicador do estado geral das crianças. Como explica o relatório, este indicador sintetiza numerosos factores como o nível alimentar das mães, os cuidados de saúde materno-infantis, os níveis gerais sócio-económicos. Em relação a 1960 (o ano escolhido pelos autores do relatório como termo de comparação) verifica-se uma melhoria notável dos níveis deste indicador na generalidade dos países, tendo-se verificado para o Mundo no seu conjunto um decréscimo da mortalidade sub-5, de 191 por mil nados-vivos em 1960 para menos de metade (90 por mil nados-vivos) em 1995.

Esta melhoria, que reflecte o grande progresso no campo dos conhecimentos e cuidados médicos e o aumento dos níveis de vida em muitos países no decurso destes 35 anos, não deve, porém - e como o próprio relatório salienta - fazer esquecer o muito que há ainda por fazer e - aspecto mais preocupante - a regressão em numerosos campos e países que se registou nos últimos anos. Não deve fazer esquecer, por exemplo, que «mais de 12 milhões de crianças até aos cinco anos de idade ainda morrem todos os anos, sobretudo devido a doenças evitáveis e à subnutrição». Que «existem no Mundo centenas de milhões de crianças que trabalham». E que «dos 190 milhões de crianças dos 10 aos 14 anos de idade que se estima estarem a trabalhar, três quartos trabalha seis ou sete dias por semana, e metade trabalha nove ou mais horas por dia». Não deve fazer esquecer que «metade das crianças que trabalham residem na Ásia», nem que «uma em cada três crianças em África trabalha», sendo essa proporção de «uma em cada cinco» na América Latina. Não deve fazer esquecer que «estas proporções aumentaram em parte devido à crise económica dos anos 80». Nem que «o trabalho infantil aumentou substancialmente nos países da Europa Central e Oriental, como resultado da abrupta viragem duma economia centralmente planificada para uma economia de mercado». E também não deve fazer esquecer que «em países industrializados, como os EUA e o Reino Unido, o crescimento do sector de serviços e a procura duma mão-de-obra mais flexível contribuíram para um incremento do trabalho infantil». Não deve fazer esquecer que «o trabalho infantil nas ruas, praticamente desconhecido antes da transição para uma economia de mercado, é agora um problema crescente na Federação Russa», o que é indissociável do facto de «a quebra no poder de compra após 1990 ter sido dramática na Federação Russa e nalguns países vizinhos asiáticos». E também não devem fazer esquecer que «existe uma vasta prostituição infantil nos países industrializados. Crê-se que, apenas nos Estados Unidos, mais de 100 000 crianças estão envolvidas».

Insensíveis a todos estes problemas estão as bolsas mundiais, que prosseguem num eufórico crescimento (até ao próximo craque...). O índice Dow Jones da Bolsa de Nova Iorque, que no início de 1996 rondava os 5000 pontos, alcançava o valor de 7000 em Fevereiro deste ano, e à data em que se escreve está bem acima dos 8000. Em relação ao mesmo período do ano passado este indicador do valor das acções da maior bolsa de valores mundial cresceu mais de 30%. É óbvio que tal surto não reflecte qualquer crescimento económico real dessa ordem. O que reflecte, sim, é o espectacular surto de dinheiro disponível nas mãos daquela pequena parcela da população mundial que investe nas bolsas (para a qual a exploração do trabalho e do corpo das crianças terá dado a sua modesta contribuição...). E revela que não é certamente por falta de dinheiro que subsistem e se agravam os problemas das crianças do Mundo. Gastar dinheiro em resolver os problemas das crianças é que não parece ser economicamente correcto, sob a nova ordem mundial deste findar de milénio.

■ Jorge Cadima



Foto: Januário Trigo

**Volta**

— Na falta de meios, viva o espírito!

## Sampaio aceita convite de Mandela

O Presidente da República, Jorge Sampaio, partiu ontem para a África do Sul a convite do seu homólogo, Nelson Mandela, para discutirem a questão de Timor-Leste, na qual o presidente



sul-africano se empenhou pessoalmente nos últimos tempos, afirmando-se disposto a ajudar o Secretário-Geral das Nações Unidas

a encontrar uma solução para a situação deste martirizado território oficialmente de administração portuguesa e há mais de 20 anos sob brutal ocupação do regime de Suharto, da Indonésia. Recorde-se que, numa recente visita oficial a Jacarta, o presidente Nelson Mandela solicitou e obteve um encontro com Xanana Gusmão, com quem juntou, o que, por si só, constituiu o reconhecimento internacional do estatuto de preso político do líder timorense e um revés para a posição autoritária e arrogante com que o regime de Suharto tem conduzido todo o processo timoren-



se. Para este encontro com o Presidente português, de que se desconhecem pormenores, Nelson Mandela convidou igualmente os dois timorenses laureados com o último Prémio Nobel da Paz, Ramos-Horta e o bispo católico D. Ximenes Belo, tendo este último recusado o convite, alegando «falta de tempo».



## Fundos para o Alqueva sob «vigilância»

Após anos de recusas e tergiversações, a Comissão Europeia desbloqueou cerca de 40 milhões de contos para o financiamento do Programa Específico para a Zona da Barragem do Alqueva, verbas que serão canalizadas através dos Fundos Estruturais (transferidas pelos programas Feoga, Feder e Fundo Soci-

al Europeu) e que ainda estão longe da totalidade do financiamento. A segunda tranche do financiamento terá de ser negociada com a Comissão Europeia para, através do Fundo de Coesão, se obterem novas verbas entre oito e 20 milhões de contos. Todavia, este primeiro desbloqueamento de 40 milhões de contos foi conce-

dido a Portugal sob condições, nomeadamente a exigência de que Portugal «cumpra» as normas europeias de salvaguardas ambientais e o convénio luso-espanhol sobre os recursos hídricos comuns, arrogando-se a Comissão Europeia o direito de cortar os fundos a qualquer momento se, na sua «vigilância» à concretização do

projecto do Alqueva, discordar do andamento ou da execução dos trabalhos. Até agora, o Governo português ainda não reagiu à arrogância destas «concessões», mostrando-se aparentemente satisfeito com elas, nomeadamente através das declarações do ministro João Cravinho sobre «a grande vitória obtida por Portugal».

## Marselha a arder

Um violento incêndio na região florestal à volta de Marselha consome em dois dias 4000 hectares de mata, que ficaram totalmente calcinados, tendo por diversas vezes os bairros limítrofes da cidade estado sob a ameaça de serem devorados pelas chamas. A catástrofe é de tal extensão que se calcula que a área ardida, só neste fogo, é equivalente a toda a área

mediterrânica francesa que, no ano passado, foi vítima de incêndios florestais. Nas primeiras averiguações sobre as origens do sinistro supõe-se que a responsabilidade foi da deposição de lixos industriais incandescentes numa lixeira nos arredores de Marselha, tendo o fogo sido espalhado pelos ventos de mais de 100 quilómetros à hora que se fizeram sentir na região.

## Inundações do século entre a Alemanha e a Polónia

O rio Oder, que faz fronteira entre o Leste da Alemanha e a Polónia, transbordou há mais de uma semana das suas margens na sequência das grandes chuvadas que têm ultimamente fustigado o centro da Europa, criando uma situação de grande catástrofe. Na Polónia, já fez mais de 60 mortos, enquanto em ambos os lados da fronteira já há dezenas de milhares de refugiados das cheias, a par de

avultadíssimos estragos materiais. A situação continua extremamente grave, quer pela continuação dos temporais quer, sobretudo, pela situação de rotura eminente de numerosos diques em ambos os países que, a ocorrer, poderá agravar a catástrofe até ao unimaginável, nomeadamente ao submergir cidades inteiras que se encontram abaixo do nível da corrente do Oder e de alguns destes diques.

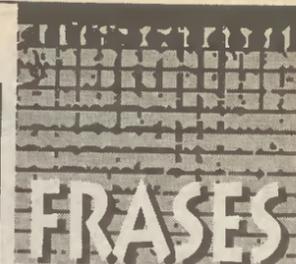
## «Tréguas» dos pilotos na greve da TAP

Numa reunião onde esteve presente o ministro João Cravinho e a administração da empresa, o sindicato dos pilotos da TAP acede, após o primeiro dia de paralisação, em suspender por cinco dias as greves de

períodos igualmente de cinco dias que tinham iniciado no passado dia 27. As paralisações decididas pelos pilotos aplicavam-se aos voos não programados durante o mês de Agosto - para os quais exigiam um,

actualmente inexecutable, aviso com 72 horas de antecedência -, o que, na prática, conduziria à paralisação total da transportadora aérea nacional e, segundo a sua administração, a um prejuízo que rapidamente chega-

ria aos 10 milhões de contos e levaria a TAP à falência. Este recuo dos grevistas surge também na sequência de denúncias de que os pilotos portugueses seriam parte interessada na privatização da TAP, estando em conexão com o empório sindical AFLO-CIO norte-americano, por trás do qual se acobertam empresas especializadas em arrematar por tuta e meia companhias aéreas que mergulharam na falência. Segue-se agora nova ronda de negociações, esperando-se que estes cinco dias de tréguas permitam ultrapassar o conflito que, objectivamente, mantém a TAP sob ameaça de falência.



“Não temos generais na reserva, nem marechais de aviário, mas, utilizando uma linguagem militar, temos uma mulher de armas”

(Rui Sá, na apresentação pública da candidatura da CDU, Ilda Figueiredo, à Câmara Municipal do Porto - dos Jornais, 28.07.97)

“[É preciso que] o partido no Governo mostre a sua diferença relativamente a um partido de centro-direita como o PSD. E não tem havido diferenças sensíveis”

(António Arnaut - «Correio da Manhã», 29.07.97)

“Terá agora António Guterres de julgar a manobra dos que pretendem isolar Manuel Alegre. E esse não é, claramente, um problema interno do PS. É uma questão que envolve a condição de parlamentar, as promessas eleitorais, a acção do Governo e a doutrina do Primeiro-Ministro para o país e para o seu partido.”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 29.07.97)

“Todos os truques, mesmo os mais boçais, são usados para atrair espectadores. A informação televisiva guia-se cada vez mais em função do que emociona, do que choca, do que provoca horror.”

(Francisco Sarsfield Cabral - «Público», 30.07.97)

“E já não espanta que a SIC transmita, em dias sucessivos no seu principal bloco noticioso, uma alegada reportagem sobre a rodagem de um filme pornográfico na ria de Aveiro por uma equipa francesa.”

(idem)

“Os governos de esquerda são hoje despidoras macaqueações de políticas conservadoras, salteadas de disparates estrondosos em domínios folclóricos ou de abrangência moral, para dar o tom de irreverência de que a esquerda é proprietária.”

(Sousa Lara - «A Capital», 29.07.97)

“A diferença, do ponto de vista ideológico, entre esquerda e direita, entre Estado e propriedade, deixou de existir a partir do momento em que caiu o muro de Berlim.”

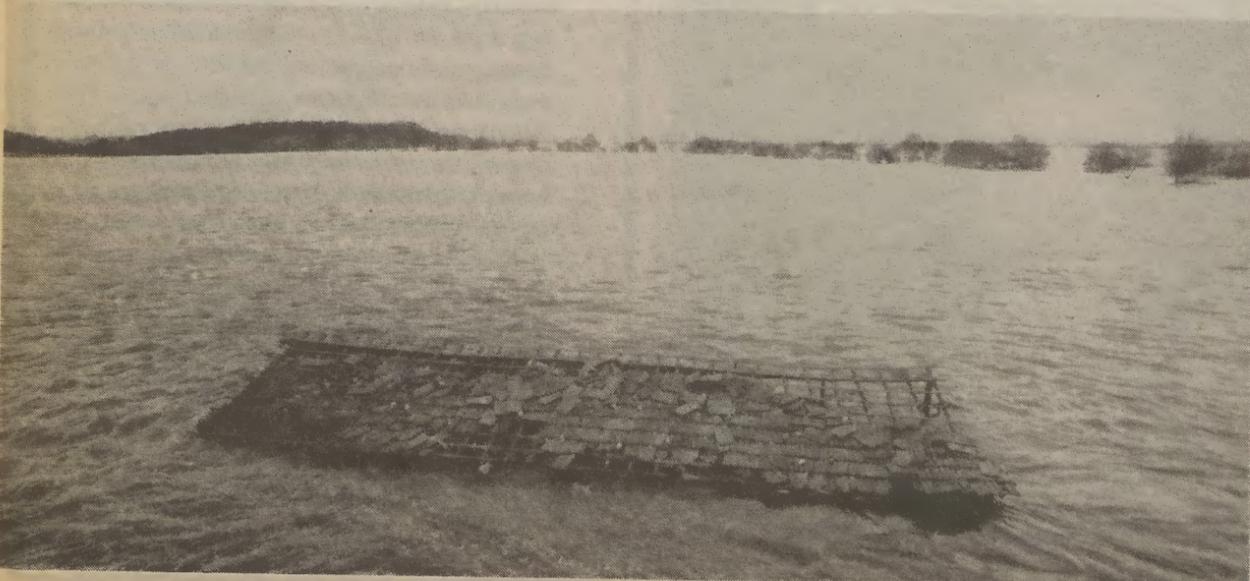
(Zita Seabra - «Expresso», 26.07.97)

“Não digo quem são os homens bonitos do PS porque tenho vários amigos que se consideram bonitos e, se não falar deles, ficam zangados comigo!”

(Edite Estrela - «Tal & Qual», 25.07.97)

“Reconheço que estamos quase em Agosto e o calor não convida a reflexões profundas.”

(Teresa de Sousa - «Público», 30.07.97)



## A revisão constitucional e o acordo PS/PSD

# Desacordo alargado

**A**o longo das últimas semanas tem vindo a crescer e a manifestar-se o desacordo, em cada vez mais largas faixas da opinião pública, contra a revisão constitucional que, em resultado do negócio estabelecido entre o PS e o PSD, estes dois partidos pretendem impor ao País. As iniciativas públicas também têm marcado lugar. Com destaque para a que foi promovida pela União dos Sindicatos de Lisboa e pela Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa (CIL) - o colóquio realizado no passado dia 24, que decorreu sob o lema *Porquê esta Constituição, para quê esta revisão.*

Na iniciativa, que teve lugar num hotel de Lisboa, participaram os deputados constituintes Helena Roseta, Jerónimo de Sousa, Marcelo Curto, Manuel Guimarães e Kalidás Barreto, frente a uma sala repleta de dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores. O debate centrou-se sobre o acordo PS/PSD, tendo-se verificado uma larga convergência nas críticas a tal acordo, tanto na forma como no conteúdo do mesmo.

Helena Roseta, referindo a sua discordância quanto a alguns aspectos centrais - designadamente quanto ao voto dos residentes no estrangeiro nas eleições para o Presidente da República e quanto à redução do número de deputados, considerou ser necessário afirmar o «direito à indignação» suscitada pela forma como está a decorrer o processo de revisão constitucional. «Há alterações de artigos em que os deputados nem sabem o que estão a votar», sublinhou.

Na mesma linha, Kalidás Barreto considerou negativa a forma como se desenvolve o processo, criticando a constitucionalização dos serviços mínimos da greve e a «limpeza semântica» das referências aos trabalhadores.

Por sua vez, Manuel Gusmão, em intervenção de enquadramento histórico do papel dos trabalhadores e das massas populares na feitura e aprovação da Constituição, considerou-a indissociável do 25 de Abril e do seu projecto de progresso e de justiça social.

Marcelo Curto centrou a sua contribuição nos aspectos laborais da Lei Fundamental, valorizando os direitos sindicais e das Comissões de Trabalhadores.

Jerónimo de Sousa, em intervenção de fundo sobre a substância do acordo PS/PSD, destacou os seus dez pontos mais negativos (ver extractos nesta página).

No encerramento do colóquio, o coordenador da USL, Arménio Carlos, apelou aos dirigentes sindicais e membros das CT's para que estejam presentes na Assembleia da República no dia 3 de Setembro, data da votação final global do decreto de revisão.

### Intelectuais defendem Constituição

Mais de duas centenas de destacados intelectuais e artistas assinaram um documento, tomando posição pública «em defesa da democracia, dos direitos da cidadania e da

Constituição» e fizeram a sua entrega na Assembleia da República, na passada sexta-feira. O texto foi assinado, entre muitos outros, por Ana Prata, César de Oliveira, Fátima Sá, Fernando Oliveira Baptista, Fernando Rosas, Helena Cabeçadas, Ivan Nunes, João Arsénio Nunes, João P. Cunha Serra, José Manuel Sobral, José Saramago, José Tengarrinha, Manuel Gusmão, Manuel Taíña, Manuel Vilaverde Cabral, Maria Eduarda Cruzeiro, Maria Helena Mira Mateus, Maria Helena Seródio, Maria Velho da Costa, Mário de Carvalho, Mário Leston Bandeira, Miguel Portas, Miriam Halpern Pereira, Paulo Sucena, Raul Chorão Ramalho, Sandra Monteiro, Urbano Tavares Rodrigues e Vítor Serrão.

Referindo-se ao processo de revisão em curso, os signatários pensam que o acordo concluído entre o PS e o PSD «poderá dar origem àquilo que seria de facto uma nova Lei Fundamental e, com ela a uma alteração de bases do regime político em que os portugueses têm vivido desde 1976», ao abranger «aspectos definidores da essência do regime: direitos fundamentais, organização do poder, relações entre as várias parcelas do território e o todo nacional e Constituição económica».

O texto insurge-se contra a redução do número de deputados e a criação de círculos uninominais, o que pressiona no sentido de «uma bipolarização artificiosa e empobrecedora da vida democrática», tendendo a «reduzir a representação dos pequenos partidos, a viabilizar a formação e a perpetuação de maiorias parlamentares desprovidas de legitimidade de uma votação popular maioritária, a condicionar o leque das escolhas político-eleitorais e a diminuir drasticamente a possibilidade de formação de reais alternativas democráticas».

A concessão aos emigrantes do direito de voto nas presidenciais é encarada no texto como direitos «sacrificados a cálculos eleitorais partidários. É pura demagogia», pode ler-se no documento, «identificar os laços sentimentais dos emigrantes com a sua pátria com uma inserção efectiva nos problemas e responsabilidades da vida do país».

Quanto ao «alargamento dos poderes legislativos das Regiões Autónomas, ao ponto de poderem restringir ou contrariar a aplicação de leis gerais da República», é considerado pelos signatários como constituindo «por si mesmo uma ofensa à soberania e integridade nacionais e uma desprotec-

ção das populações insulares perante atitudes de desafio às instituições democráticas da República».

Os signatários acusam ainda o Acordo PS/PSD de entrar «em ruptura com princípios humanitários» ao «admitir a possibilidade de extradição para países onde vigoram a pena de morte e a prisão perpétua».

Aludindo à «legítima preocupação» que outros aspectos do Acordo suscitam, os signatários concluem que «em todos estes domínios, o partido maioritário assume como suas antigas exigências da direita e dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa».

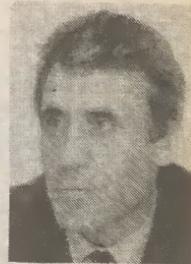
### Antigos constituintes tomam posição

Antigos deputados constituintes do círculo eleitoral de Beja enviaram um documento a todos os grupos parlamentares e ao presidente da Assembleia da República, no qual «manifestam a sua preocupação pelo processo pouco transparente da actual revisão constitucional e reclamam para o texto revisto a manutenção do estatuto de Lei progressista e moderna, para a qual nos orgulhamos de ter contribuído». O documento, que foi assinado pelos antigos deputados constituintes Fernando Patrício, João Honrado, José Manuel Carreira Marques e Raquel Júdice de Oliveira Howell Franco, salienta que a Constituição «espelha na perfeição os valores e os ideais de liberdade e de democracia que nortearam a Revolução dos Cravos», considerando que a sua revisão «é de tal forma importante que não deve ser tratada com leviandade».

Os signatários frisam ainda que «é à Comissão Eventual de Revisão Constitucional que cabe a orientação dos trabalhos de actualização do texto da Lei Fundamental». E sublinham: «É em sede de Assembleia da República que o articulado deve ser estudado e debatido, e não nesta ou naquela sede partidária, como até aqui tem acontecido.(...) O acordo PS/PSD fere, aliás, os mais elementares princípios constitucionais ao negar a pluralidade e a regra de proporcionalidade e democraticidade representativa. Este acordo marginal atinge-nos directamente, já que significará a perda de um deputado elegível pelo círculo eleitoral de Beja. Isto em plena era da luta contra as assimetrias regionais».



■ Jerónimo de Sousa



## O que estava bem e passa a ficar mal

(...) Quem olhar com atenção o conteúdo do acordo nos seus aspectos nucleares tem de ficar chocado, porque o que aí se encontra é o caderno reivindicativo que o PSD há muito exige e que nunca conseguiu executar. O PSD está a conseguir mais agora, que é minoria na Assembleia, do que conseguiu quando era maioria absoluta e tentou várias vezes dar corpo jurídico a esse caderno reivindicativo.

Assim, aparece o caderno reivindicativo do PSD em primeiro lugar com as alterações à composição e sistema eleitoral da Assembleia da República. A redução do número de deputados foi proposta pelo PSD, defendida pelo PSD e justificada pelo PSD em campanhas por si assumidas no tempo de Cavaco Silva, visando o descrédito da Assembleia da República e dos deputados. Há muito tempo que o PSD reclama a redução do número de deputados, a redução do tamanho dos círculos eleitorais e a criação de círculos uninominais de eleição, tudo com o objectivo de facilitar a obtenção de maiorias absolutas, isto é, a obtenção de maior percentagem de deputados mesmo que com menos votos. O que está no acordo nesta matéria é a aceitação, por quem subscreveu o acordo do lado do PS, dessas reivindicações do PSD. Dizem esses responsáveis do PS que a Constituição passaria a prever a redução de deputados e a criação de círculos uninominais de eleição, mas que, para isso ser concretizado, seria

preciso a aprovação de uma lei por 2/3 dos deputados, garantindo o PS que nenhuma lei seria aprovada em prejuízo do princípio de representação proporcional. Pergunto: Se o PS quer mesmo garantir a representação proporcional então porque aceita que a Constituição admita a redução do número de deputados e a criação de círculos uninominais de eleição? Porque admite que assim os partidos mais pequenos vejam reduzida a sua representação parlamentar por via administrativa? Porque admite que assim a vontade do eleitorado possa ser distorcida e não se rever na composição da Assembleia? O PS diz que, com a regra dos 2/3, tem a garantia de que só será feito o que o PS aceitar. Também assim é na revisão constitucional, e viu-se o que sucedeu: foi o PS que aceitou aquilo que o PSD queria e exigiu. Afirimo: a regra dos 2/3 para aprovação da lei eleitoral não põe o PSD nas mãos do PS. Pelo contrário: põe o PS nas mãos do PSD. O PS, se quiser aprovar agora com a Constituição em vigor uma lei justa, não precisa do PSD. Depois da alteração, o PS para aprovar uma lei eleitoral passa a precisar do PSD, e o PSD não quer uma lei justa. O segundo grande tema do caderno reivindicativo do PSD era o voto dos residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República. Interrogue-me e interrogo os presentes acerca do significado desta cedência. Se esse voto tivesse sido possível em 1985, Mário Soares não

teria sido eleito Presidente. Não chega essa experiência histórica? Que quer afinal o actual secretário-geral do PS? Entregar à direita o órgão Presidência da República? A terceira grande alteração à Constituição é a admissão de que as Câmaras Municipais deixem de ser eleitas directamente e deixem de ter a composição plural que hoje têm. Foi assim que a Constituição moldou o poder local - plural, sítio de buscas de consensos, espaço para congregação de esforços. Porque é que os negociadores PS e PSD querem mudar este sistema? Ele tem sido eficiente. Nenhuma Câmara deixou de fazer o que decidiu por ter uma composição plural. Porquê mudar? Porque o actual sistema aumenta o controlo sobre a actividade da Câmara? A quarta grande alteração é a cedência às reivindicações do PSD para atrasar o processo de regionalização, designadamente através da introdução do referendo condicionador do prosseguimento do processo. A quinta zona de alterações é de uma gravidade extrema. Refiro-me às alterações ao estatuto das autonomias regionais dos Açores e da Madeira. Não preciso de acrescentar nada ao que escreveu Vital Moreira ao «Público»: «Com esta revisão colocam-se as instituições regionais face ao Presidente da República. Desse modo (...) cria-se a ideia de três governos paralelos, em pé de

igualdade, reduzindo o Governo da República a Governo do Continente». E, mais à frente: «dá-se um extraordinário passo para uma transição sub-reptícia de um Estado unitário (com duas regiões autónomas) para um Estado tripartido». E conclui: «é nisto que dá o transaccionamento sem princípios e o negocialismo sem escrúpulos em matéria de revisão constitucional». As alterações constantes do acordo são uma capitulação perante velhas reivindicações de Jardim e do então presidente do Governo Regional Mota Amaral. Se alguém tem dúvidas leia as declarações proferidas antontem por João Jardim. São matéria do caderno reivindicativo do PSD, visando designadamente a figura dos ministros da República. Ao PSD, em matéria de regiões autónomas, as cedências pagam-se com riscos, com inaceitáveis riscos para a unidade nacional. Uma sexta alteração importante e gravíssima são os atentados contra a autonomia do Ministério Público. Aqui, mais uma vez, estamos perante uma velha reivindicação do PSD, na sua luta contra o que chamou as forças do bloqueio. Um Ministério Público independente garante a efectiva investigação de todos os crimes, seja quem for que os pratica. Subordinar o Ministério Público às orientações de política do Governo seria um recuo enorme, injustificado e injustificável. Uma sétima alteração significativa é a constitucionalização do segredo de justiça. É mais uma peça do caderno reivindicativo do PSD, visando a liberdade de imprensa e particularmente o jornalismo de investigação. Como é possível que pessoas que lutaram sinceramente pela liberdade, venham abrir espaços a ataques à imprensa livre? Em nome de quê? Dos políticos que pisam o risco? Uma oitava alteração é a mutilação à democracia económica e à democracia social,



ao deixar de ser obrigatória a existência de um sector público e abrir-se a porta à privatização das funções sociais do Estado. Uma nona alteração é a constitucionalização de limitações do direito de greve. É mais uma reivindicação do PSD, é mais uma cedência dos negociadores do PS, tal como as duas alterações negativas ao artigo sobre os direitos das comissões de trabalhadores. É que o projecto de revisão do PS não tocara na Constituição social e laboral. Queria finalmente referir uma outra alteração: a eliminação da inscrição constitucional da obrigatoriedade do serviço militar. Foi o PSD quem, em 1990, com a proposta da redução do SMO para 4 meses, abriu caminho para o que se está agora a passar. É uma alteração que marca o fim de umas Forças Armadas ligadas a todo o povo português e vividas por todo o povo português. É um passo excessivamente significativo para ser dado a partir da simples relação custos-eficácia. É certo que nesta revisão há muitas pequenas alterações. Mas do que falamos não é dos pequenos aperfeiçoamentos que se fazem ao que já é bom. Do que já falámos é do que estava bem e passa a ficar mal com a revisão constitucional. Do que falamos é do património do 25 de Abril que está a ser atingido. Exemplo flagrante é a chamada «limpeza semântica» em 11 artigos que referem as palavras «povo», «trabalhadores», o seu direito de intervenção e participação a diversos níveis.

Apesar dos 22 anos de distância lembro-me, na Constituinte, na Comissão das Questões Económicas e Sociais, da minha falta de conhecimentos técnico-jurídicos serem supridos pelo entusiasmo, pela proposta sustentada na vida concreta, no que tivemos que fazer por nós no exercício dos direitos concretos, impulsionados pela criatividade, pela aspiração e pela luta dos trabalhadores que, antes de haver Lei, a Constituição acolhia e consagrava. Lembro-me da sinceridade e da convicção de homens e mulheres de outras bancadas tão bem representada neste painel. Aprendi, depois, que a direita, representando os interesses das classes possidentes, nunca se iria conformar com as parcelas do domínio perdido com Abril e com a Constituição. Lógica e naturalmente, por razões de classe e de ideologia, mesmo que digam que não a têm e neguem a existência de classes. A direita está prestes a ganhar uma batalha. Perde o PS. Perde a esquerda. Fica mais frágil a democracia. Mas, sendo uma vitória da direita, ela não há-de significar que consigam rever e eliminar do coração e do sentir mais fundo dos trabalhadores e do povo português, o acto e o processo mais avançado, moderno e criador da nossa história contemporânea. Falo de Abril, dos seus valores, dos seus ideais e do seu projecto. É que, para além de tudo, ele também demonstrou que a nossa luta não há-de ser sempre de resistência e um dia há-de ser de construção, como quer, ainda hoje, a nossa Lei Fundamental.

## NACIONAL

# CANDIDATOS CDU

A apresentação pública de candidaturas da CDU prossegue a bom ritmo. Em alguns concelhos a CDU é, aliás, a única força política que já apresentou os cabeças de lista a todos os órgãos autárquicos. Contudo, como já foi anteriormente referido, o «Avante!», por falta de espaço, só noticia os candidatos à presidência de Câmaras e Assembleias Municipais.

## BELMONTE



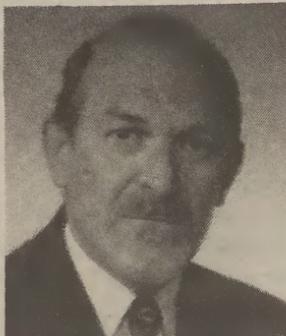
Carlos Alberto Afonso

Assim, em Belmonte, a CDU apresentou na passada sexta-feira os seus candidatos à Câmara e Assembleia Municipal do concelho, respectivamente Carlos Alberto Duarte Afonso e Maria Dulce Ribeiro Pinheiro.

Carlos Alberto Afonso, 42 anos, funcionário público, é presidente da Associação Desportiva de Belmonte. Membro da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP é, ainda, vereador da Câmara Municipal de Belmonte, presidente da Associação Desportiva de Belmonte, membro da Direcção do Sindicato da Função Pública e membro da Direcção da União dos Sindicatos de Castelo Branco.

Maria Dulce Ribeiro Pinheiro, 37 anos, professora do 1º Ciclo do Ensino Básico, e também membro da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, é eleita na Assembleia Municipal de Belmonte, dirigente do núcleo Regional da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro e dirigente do Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral e da Associação Desportiva de Belmonte.

## ESPINHO



António José Teixeira Lopes

Numa reunião de apoiantes, recentemente realizada, em que divulgou o seu Manifesto Eleitoral Local - apoiado já por 51 espinhenses -, a CDU divulgou, para além do seu mandatário concelhio - Alfredo Casal Ribeiro -, os cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal.

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Espinho é António José Teixeira Lopes, 52 anos, professor da Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida, em Espinho. Exercendo há vários anos o cargo de Orientador Pedagógico do Curso Educacional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, encontra-se a ultimar a sua dissertação e estudo em História Contemporânea da Universidade de Letras da Universidade do Porto, «O nascimento de um aglomerado urbano - Espinho no limiar do século XX». Foi fundador, delegado e dirigente sindical do Sindicato dos Professores do Norte em vários mandatos e vogal na Assembleia Municipal de Espinho em dois mandatos. É membro da Comissão Concelhia de Espinho do PCP.

À Assembleia Municipal, o cabeça de lista da CDU é Rui Manuel Figueiredo Abrantes, 49 anos, advogado e consultor jurídico. Licenciado em Direito, foi membro da Assembleia Municipal de Espinho entre 1989 e 1993. É membro da Comissão Municipal de Turismo da Câmara Municipal de Espinho desde 1993, da Delegação de Espinho da Ordem dos Advogados e presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Espinho. É membro da Comissão Concelhia de Espinho do PCP.

## GUARDA

No passado dia 21, a Comissão Coordenadora Concelhia da Guarda da CDU anunciou publicamente o seu cabeça de lista à Assembleia Municipal da Guarda. É ele André Valente Martins, licenciado em Sociologia e membro da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes». «Figura prestigiada e de renome, no movimento ecologista», considera a CDU que a candidatura de André Martins será «um contributo importante para elevar e enriquecer o debate político sobre os problemas ambientais».

Deputado entre 1989 e 1995 e candidato nas eleições para a Assembleia da República pelo distrito da Guarda, em 1995, André Martins foi eleito na Assembleia Municipal de Lisboa em 1989 e candidato na lista à Câmara Municipal de Lisboa em 1993. É técnico superior da Administração Autárquica desde 1996.

## OVAR



Luís Filipe Quintino

Num encontro realizado para analisar a situação do concelho e traçar as linhas de intervenção para as próximas eleições, a CDU de Ovar apresentou os seus candidatos aos órgãos autárquicos.

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Espinho é Luis Filipe Toca Quintino, 47 anos, empregado de escritório. É funcionário do PCP e membro da DORAV do PCP.

José Pereira da Costa é o candidato à presidência da Assembleia Municipal. Operário do sector das madeiras, tem 46 anos e é dirigente sindical e membro da Assembleia Municipal de Ovar no actual mandato.

## TERRAS DO BOURO



José Laurentino Fernandes

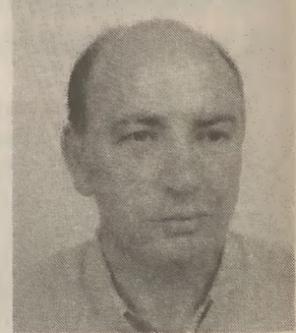
Também em Terras do Bouro, a CDU apresentou os seus candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal.

À Câmara Municipal de Terras do Bouro, o candidato da CDU é José Laurentino Fernandes, 46 anos, operário, natural de Gondoriz e residente em Choreense. À Assembleia Municipal, o candidato é Luís Filipe Gomes, 40 anos, me-

diador de Seguros, residente no Gerês. Luís Filipe Gomes, que foi presidente e secretário da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, é actualmente presidente da Assembleia Geral da Associação Gerês Mel e membro da Assembleia Municipal de Terras do Bouro.

Na sua declaração de candidatura, Laurentino Fernandes denunciou a má gestão e apatia do actual executivo municipal, de maioria PSD e, em relação ao PS, considerou que este partido «não só não é oposição como não evidencia qualquer diferença do PSD». Em contrapartida, assegurou que a CDU «será uma oposição construtiva, mas também firme e determinada».

## VILA NOVA DA BARQUINHA



João Filipe Ricardo

No domingo passado, foi a vez de a CDU da Barquinha apresentar publicamente o seu candidato à Câmara Municipal, João Filipe da Silva Ricardo.

Militante do PCP e membro da Comissão Concelhia da Barquinha, o candidato da CDU é funcionário administrativo e reside na freguesia da Atalaia. Candidato em 1982 e 1985 à Junta de Freguesia de Seiça, Ourém, foi presidente da Assembleia de Freguesia de 1985 a 1989. Foi candidato à Câmara da Barquinha em 1989 e à Assembleia Municipal em 1993, tendo vindo a desenvolver aqui uma actividade em defesa dos interesses do concelho. Colabora com o movimento associativo tanto na freguesia de Seiça, de onde é natural, como na de Atalaia, onde actualmente reside.

## Faleceu Manuel Andrade

Faleceu na Murtosa, no passado dia 16 de Julho, com 79 anos de idade, o dr. Manuel Augusto Domingues Dias de Andrade. Figura exemplar de homem e de democrata, ex-presos político, Manuel Andrade pertenceu à Comissão Central do MUD-Juvenil e à Comissão Nacional do Movimento Nacional Democrático. Pertenceu às Comissões Executivas dos três Congressos da Oposição realizados em Aveiro, tendo sido candidato da CDE no processo eleitoral de 1963.

A seguir ao 25 Abril foi Presidente da Comissão Administrativa da CM de Estarreja, concelho onde nasceu e onde exercia advocacia. Foi repetidas vezes candidato às autarquias locais, nomeadamente à presidência da Câmara da Murtosa, onde residia. Integrou também a lista de candidatos da CDU, do distrito de Aveiro, às eleições legislativas de 1991.

No seu funeral, a DORAV do PCP fez-se representar pelo camarada Luís Quintino.

# Carlos Carvalhas acusa Governo coloca lucro antes dos homens

No fim-de-semana passado a agenda do Secretário-Geral do PCP teve início na quinta-feira ao fim da tarde com uma visita às Festas de Loures. Seguiu-se, no sábado, uma visita à Amadora onde, como aliás em todo o lado, foi alvo de calorosas manifestações de apreço. No domingo, depois de visitar Sesimbra, onde almoçou, o líder comunista participou em Setúbal num jantar de apoiantes da CDU.

Em Sesimbra, depois da visita à Loja de Campanha da Cooperativa «Direito ao Trabalho», com que começou o dia, Carlos Carvalhas participou num almoço CDU, a bordo do «Vara Pesca»,

para apresentação das propostas e dos candidatos da coligação à autarquia.

No breve discurso que proferiu no decurso do almoço, Carlos Carvalhas atacou a política segui-

da pelo Governo do PS, afirmando em determinada altura: «O lucro antes dos homens está aí patenteado na irracionalidade de uma política agrícola que inutiliza milhares de toneladas de fruta

quando esta falta à mesa de tantas famílias e numa política de pescas que privilegia os abates, não protege os pescadores, e lhes reduz os rendimentos sem qualquer benefício para o consumidor ou para a economia nacional».

Denunciando, depois, que «Portugal já desperdiçou cerca de 6000 toneladas de fruta e legumes por não terem escoamento», o

Secretário-Geral do PCP interrogou-se sobre o que é que faz o Governo. E logo a seguir respondeu: «Faz de conta que tudo isto é normal e natural ou que tudo isto é inevitável. No entanto quando chegar o Natal lá teremos os senhores membros do Governo na retórica comovida sobre os pobrezinhos. É uma refinada hipocrisia».

Referindo-se concretamente às pescas, Carlos Carvalhas considerou ainda que «a eliminação das margens de lucro fixas, determinadas pelas políticas ultraliberais da Comunidade, aumentaram o valor da transferência para o sector da intermediação da mais-valia criada na produção, provocando uma assinalável baixa de preços do pescado na primeira venda sem benefícios para o consumidor e diminuíram o rendimento de armadores e pescadores».

«A realidade das nossas pescas», sublinhou Carlos Carvalhas mais à frente, caracteriza-se «por ser exercida, no fundamental, na zona das 12 milhas, através de embarcações de pequeno porte, capturando peixes de grande variedade, na sua essência destinadas ao abastecimento em fresco do mercado excluindo a sardinha».

«A importância do sector pesqueiro», defendeu por fim, «tem que se ver pelo peso relativo que ocupa na formação do PIB (Produto Interno Bruto) e também pelo número de trabalhadores que emprega (dificilmente reconverteíveis), pela interligação com outras actividades (construção e reparação naval, indústria conserveira) e também pelo papel que desempenha na alimentação».



## Em Rio de Mouro

Com a participação de Álvaro Cunhal, acompanhado de Lino Paulo, candidato à presidência da CM de Sintra, decorreu na passada sexta-feira uma jantar convívio de apresentação da candidatura de Maria Alice M. Silva à presidência da Junta de Freguesia de Rio de Mouro. Licenciada em filologia românica, a candidata é professora na Escola Secundária Leal da Câmara de Rio de Mouro e presidente da junta de freguesia, cargo que exerce à 15 anos.

## Setúbal Um concelho a recuperar

No domingo à noite, em Setúbal, Carlos Carvalhas, ao lado do candidato à presidência da Câmara Municipal de Setúbal, Rúben de Carvalho, participou num jantar-convívio, que juntou 100 pessoas, no Largo da Fonte Nova.

Antecedendo a já tradicional visita do Secretário-Geral do PCP à Feira de Santiago, o jantar-convívio de apoiantes da CDU realizou-se, este ano, dois dias depois do encerramento do ciclo de apresentação dos cabeças de lista desta coligação a todos os órgãos autárquicos do concelho. Sendo até ao momento a única força política a fazê-lo.

Durante o jantar, que decorreu num clima de entusiasmo e confiança, foram apresentados mais 4 nomes a juntar à lista encabeçada por Rúben de Carvalho à Câmara de Setúbal: Regina Marques, João Manuel Chaleira Damas, Manuel Pisco Lopes e Fernando Ferra Inácio.

Depois de breves intervenções por Valdemar Santos e Rúben de Carvalho, de onde sobressaiu o objectivo da CDU de voltar a ser a força política mais votada no concelho, foi a vez de Carlos Carvalhas reafirmar a possibilidade de alcançar um tal objectivo, uma vez que a política do PS, gerando crescente descontentamento

popular, acaba por tornar mais visível o papel da CDU como força alternativa.

Depois do jantar, acompanhado por muitos activistas da CDU, Carlos Carvalhas visitou vários pavilhões de expositores, em particular o Pavilhão de Exposições central - «160 anos de iluminação pública em Setúbal» -, e os do PCP e JCP, onde se brindou com moscatel.



## Na Amadora

Carlos Carvalhas iniciou a sua deslocação à Amadora com uma visita, logo de manhã, ao Jardim Del-fim Guimarães, agora renovado. Acompanhado de dirigentes concelhios do seu Partido, de Helena Bastos, vereadora da Câmara Municipal, e dos deputados António Filipe (PCP) e Isabel Castro («Verdes»), o Secretário-Geral do PCP visitou a seguir o Eco Espaço, no Parque Central.



## Em Loures

Na sua deslocação às Festas de Loures, o Secretário-Geral do PCP, depois de visitar o recinto da Festa, participou num jantar que decorreu no local e onde teve oportunidade de contactar com inúmeros visitantes e apoiantes da CDU. Depois do jantar, acompanhado pelo presidente da Câmara e alguns vereadores, Carlos Carvalhas percorreu os pavilhões erigidos para as Festas do Concelho.

## LEIRIA

## Campanha de fundos avança

A Comissão Concelhia de Leiria não descura a Campanha Nacional de Fundos, que prossegue a um ritmo considerado invejável. Assim, se há apenas duas semanas para uma previsão de 600 contos o nosso jornal noticiou uma realização de 936,2, hoje já pode informar que essa realização subiu para 1006,2, ou seja uma variação absoluta de 67,7%.

E se na origem deste êxito está certamente muito trabalho e discussão, não menos verdade será afirmar-se que para ele também contribuiu uma permanente informação aos militantes, designadamente através do «Avante!», sobre a evolução da campanha no concelho.

## AÇORES

## Audição é um direito

O Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP, discordando da posição do presidente da Assembleia da República, segundo a qual a Região Autónoma não deve ser ouvida sobre as alterações propostas para o Título VII da Constituição, considera ser este um direito por ela consagrado, sempre que se trate de assuntos de interesse específico para a Região.

Sendo claro para o PCP que é à Assembleia da República que compete proceder à revisão da Constituição, entende, no entanto, que justificando-se a existência de formas próprias de organização do poder político na região, necessário será que os poderes constituintes conheçam a opinião dos órgãos regionais.

Esta é, pois, uma posição não autonomista, diz o PCP, lembrando que sempre que a Constituição foi alterada a Assembleia Legislativa Regional emitiu, atempadamente, o seu parecer.

## COIMBRA

## Homenagem controversa

Não pondo em causa os méritos profissionais e algumas realizações de carácter social com que Bissaia Barreto se distinguiu, a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP entende, no entanto, que a homenagem nacional que lhe querem prestar e a colocação de uma estátua sua em Coimbra são iniciativas que suscitam fortes reservas.

Para o PCP, Bissaia Barreto «era uma eminência parda» de Salazar, sem cujos favores pouco se realizava, sendo «inadmissível» que tenham sido assumidos compromissos quanto à colocação da projectada estátua num local público e à dita homenagem «nacional», à revelia dos órgãos colectivos de representação autárquicas.

Coimbra já dispõe de algumas estátuas controversas, para além de, por outro lado, ter no seu passado personalidades e factos colectivos que há muito exigem monumentos adequados, dizem os comunistas. Por isso, se os promotores da iniciativa querem mesmo erigir uma estátua que a coloquem portas dentro de uma qualquer das instituições que a respectiva Fundação possui.

## ERMIDAS

## Presidente perde confiança

A Comissão Eleitoral de Ermidas da CDU, com o acordo de todos os elementos da Comissão de Freguesia e do plenário de militantes do PCP de Ermidas, decidiu retirar a confiança política a Manuel Horta e escolher Francisco Correia para cabeça de lista à freguesia.

Manuel Horta tem vindo sistematicamente a assumir posições de distanciamento e ataque ao trabalho da CDU e a chamar a si os «louros» do trabalho colectivo na Junta e na Câmara, acusa o PCP, reiterando, ao mesmo tempo, a confiança nos outros eleitos CDU na Junta e ao presidente da Câmara Municipal, Ramiro Beja, candidato da Coligação às próximas eleições.

## ALMADA

## CDU divulga listas

Com a presença de várias centenas de pessoas e a participação do presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, e da presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília de Sousa, a CDU apresentou recentemente os cabeças de lista às Juntas de Freguesia do concelho de Almada. E anunciou o nome do mandatário concelhio da Coligação, o pintor Rogério Ribeiro.

Depois de a coordenadora concelhia de Almada da CDU, Manuela Pinto Ângelo, ter realçado o trabalho desenvolvido ao longo do mandato, interveio Maria Emília de Sousa que fez um apanhado das grandes obras realizadas pela Câmara e referiu o desconhecimento da realidade do concelho pelo candidato socialista, Torres Couto. Por último falou Octávio Teixeira que repudiou as «intenções perversas» do PS ao mandar uma inspecção à Câmara de Almada para, numa altura pré-eleitoral, criar suspeições e «falsos casos políticos».

## Trabalho de estrangeiros

## PCP defende igualdade

Terminado o período para apreciação pública dos projectos de lei sobre a regulamentação do trabalho estrangeiro em Portugal, o Gabinete de Imprensa do PCP – autor de um dos projectos – emitiu, no passado dia 22 de Julho, o seguinte comunicado:

«Está concluído o processo de apreciação pública da proposta de lei do Governo e dos projectos de lei do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) sobre a regula-

mentação do trabalho estrangeiro em Portugal. Sendo matéria de importância decisiva para as comunidades imigrantes que vivem e trabalham em Portugal, especialmente para as mais numerosas, cons-

tituídas por originários dos países de língua portuguesa, é indispensável que os cidadãos imigrantes conheçam, formem opinião e tomem uma posição esclarecida sobre o conteúdo e as diferenças dos projectos apresentados.

O projecto de lei do PCP propõe a revogação do Decreto-Lei 97/77, que regulamenta actualmente o trabalho de estrangeiros em Portugal e que

estabelece, entre outras injustiças, o conhecido regime de quotas que obriga a que as empresas com mais de 5 trabalhadores não tenham ao seu serviço mais de 10% de trabalhadores estrangeiros, e garantir aos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal o acesso ao emprego em condições de igualdade com os cidadãos nacionais.

Ou seja, acabar com todos os pretextos legais para a discriminação entre nacionais e não nacionais nas relações de trabalho, assegurando direitos iguais para todos os trabalhadores. Por isso, o PCP propõe a completa revogação do Decreto-Lei 97/77 e não a sua actualização, considerando que a Constituição, a legislação geral de trabalho e as convenções colectivas de trabalho se devem aplicar a todos os trabalhadores, incluindo os estrangeiros.

Ao contrário, a proposta de lei do Governo, embora também defenda o fim da quota máxima de 10% de estrangeiros em empresas, continua a discriminar os trabalhadores imigrantes em Portugal, confunde perversamente a regulação das relações de trabalho com o combate à imigração ilegal e favorece, na prática, o recurso ao trabalho clandestino que diz combater, ao dificultar a legalização do trabalho dos imigrantes.

Ao apresentar o seu projecto de lei, o PCP considera-o um instrumento à disposição de todos os imigrantes, das suas organizações representativas e do movimento sindical, para que o silêncio ou alheamento não favoreçam a manutenção de discriminações entre trabalhadores, inaceitáveis na democracia portuguesa.



O PCP quer acabar com todos os pretextos legais para a discriminação entre nacionais e não nacionais nas relações de trabalho

## Évora

## PS prossegue calúnias

Numa «cruzada anticomunista», que inclusive se serve «da mentira e da má-fé», o Partido Socialista tenta tudo para denegrir o processo de constituição das novas freguesias de Évora, designadamente através de comunicados e artigos de opinião em órgãos de comunicação social, denuncia em comunicado a Comissão Concelhia de Évora do PCP.

Os comunistas lembram o desenvolvimento de todo o processo de divisão administrativa da freguesia da Sé - que remonta a 1989 -, afirmando que no decurso deste período de discussão pública (que contemplou debates, reuniões, exposição pública, folhetos informativos e cobertura noticiosa), «ninguém exprimiu qualquer desacordo sobre o assunto», nem qualquer eleito do PS levantou dúvidas sobre os nomes propostos.

«Foi neste contexto» que a Assembleia da República veio a

aprovar por unanimidade a criação das novas freguesias (Malagueira, Horta das Figueiras, Senhora da Saúde, Bacelo e Sé e S. Pedro) no concelho de Évora.

Nunca a CDU, «colocou qualquer obstáculo» a eventuais contributos ou sugestões, dizem os comunistas, assegurando que todo o processo «foi transparente e não merece as calúnias ou os ímpetos anticomunistas divulgados pelo PS».

Por isso, e para não travar o processo em curso, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Sé entenderam considerar «extemporânea» a proposta de alteração do nome da freguesia da Horta das Figueiras, mostrando-se, contudo, abertos a reapreciar a questão, à posteriori, se a população respectiva assim o entendesse. Disponibilidade, aliás, também manifestada pelo deputado do PCP Lino de Carvalho.

Por sua vez, a Câmara Muni-

cipal de Évora ao nomear as comissões instaladoras das novas freguesias, fê-lo em conformidade com a lei, e respeitando os resultados das últimas eleições para a Assembleia de Freguesia de origem.

Assim, a Concelhia de Évora do PCP «condena vivamente a atitude política do PS» e lembra que, contrariamente a este partido, que não cumpre no Governo o que promete em campanha eleitoral, «o PCP honra os seus compromissos».

## Greve da Renault em Aveiro

## «Uma boa resposta»

A greve dos trabalhadores da Renault, com uma adesão superior a 90%, é uma boa resposta à recusa da Administração de negociar o Acordo de Empresa e de, pela primeira vez em 15 anos, proceder ao cumprimento do acordo de reposição do poder de compra, considera o Executivo da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP.

Na reunião, onde procedeu à análise de aspectos da actividade partidária e da situação política e social, a Concelhia de Aveiro lembra ainda a falta de cumprimento, pela Renault, do Acordo estabelecido com o Estado português, de criar 180 novos postos de trabalho. Não só não os criou, acusa o PCP, como

«em cerca de um ano» os reduziu em 50. Isto, sem falar das centenas de contratados a prazo que não viram renovados os seus contratos.

No que respeita à situação na Casal, onde os salários continuam a ser pagos com atraso, o PCP está convencido que o patronato pretende, através desta manobra sobre os trabalhadores, fazer pressão junto de diversas entidades, de forma a conseguir concretizar o negócio que tem em curso com um grupo económico francês. Daí que o PCP manifeste a sua solidariedade aos trabalhadores em luta contra esta prepotência e desumanidade da entidade patronal da Casal.

## CAMARADAS FALECIDOS

## João Oliveira Balhana

Vítima de crise cardíaca, faleceu no dia 20 de Julho, com 70 anos de idade, o camarada João Oliveira Balhana. No funeral do camarada, que durante anos distribuiu a imprensa do Partido, incorporaram-se centenas de camaradas e amigos.

## António Rodrigues Ramalho

Faleceu no passado dia 2 de Julho, com 81 anos de idade, o camarada António Rodrigues Ramalho, reformado. Membro do Partido desde 1954, o camarada fez parte da célula da Autosil, estando à data da sua morte organizado pela freguesia de S. Domingos de Rana.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

# Festa do «Avante!» 97

## Espaço de liberdade e convívio

A nova experiência de Teatro de Rua e a criação de uma discoteca são duas das novidades apresentadas este ano pela Festa

Promovida pelo Gabinete de Imprensa da Festa do «Avante!», realizou-se no passado dia 23 de Julho uma conferência de imprensa para apresentação da Festa de 1997. A divulgar as novidades agendadas para este ano encontravam-se Fernando Vicente, membro do CC e coordenador do Secretariado da Festa, Rúben de Carvalho, membro do CC e da direcção da Festa, e Virgílio Azevedo, membro do Secretariado do CC e responsável da Festa.

A Festa do «Avante!», «a maior iniciativa político-cultural de massas e a mais abrangente festa ao ar livre realizada anualmente no nosso país», vai ser levada pelos comunistas, nos próximos dias 5, 6 e 7 de Setembro, à Quinta da Atalaia, oferecendo «um espaço de liberdade, convívio, amizade, cultura e intervenção».

Este ano, dizem ainda os organizadores, serão apresentados aos seus milhares de visitantes novos espaços e melhores condições, criadas através de um trabalho de melhoramento das infra-estruturas já existentes. A mudança do Auditório 1º de Maio para a nova zona ribeirinha, a nova experiência de Teatro de Rua, em substituição do

espaço fechado do Avanteatro, e a criação de uma discoteca são algumas novidades para os habitués da Festa.

Mas o acento tónico é colocado no programa político da Festa, aberta na sexta-feira, às 19h00, com a intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e encerrada no domingo, às 17h30, com um grande comício onde, para além do Secretário-Geral, usarão da palavra Carlos Brito, director do «Avante!», e um membro da Direcção Nacional da JCP.

O Fórum do Pavilhão Central será, este ano, palco de diversos debates, dentre os quais se destacam «A Privatização e os Serviços Públicos», «O Poder Local, Eleições Autárquicas e

Regionalização», «Imigrantes e Emigrantes» e ainda «A Mulher e as Questões Sociais na Europa», para o qual foram convidados representantes de vários partidos comunistas e outras organizações da Europa.

Quem queira pode ainda assistir no Espaço Internacional a debates sobre Solidariedade para com os povos de Cuba, Timor e Angola ou «Os 80 anos da Revolução de Outubro», sendo, no entanto, que o espaço para debate não se esgota nestas iniciativas, estando presente, segundo os organizadores, «um pouco por toda a Festa».

No Pavilhão Central inúmeras exposições assinalarão «O Projecto e as Propostas do Partido», «A Política de Direita do Governo PS e a Luta dos Trabalhadores», «Os Ideais, Valores e a Influência Actual da Revolução de Outubro», «As Autarquias e as Eleições», «A Imprensa Partidária».

A solidariedade internacionalista, que todos os anos caracteriza a Festa, conta este ano com a presença confirmada já de 26 delegações dos seguintes paí-

ses: Alemanha, Brasil, Cabo Verde, Cuba, Coreia, Espanha, Grécia, Iraque, Itália, Líbano, Moçambique, Palestina, Peru, Rússia, Turquia; e ainda de Timor-Leste, Kurdistan e Sahara Ocidental.

## Os espectáculos da Festa

Três grandes linhas presidiram este ano à elaboração do programa de espectáculos centrais da Festa, dizem os seus responsáveis.

A primeira, suscitada pela coincidência da celebração este ano do Ano Europeu contra o Racismo com a consciência reforçada da necessidade de combater fenómenos de segregação e exclusão, levou à organização de três grandes espectáculos subordinados ao lema *Músicas Diferentes/Homens Iguais*, inspirado no slogan «Todos Diferentes/Todos Iguais». A segunda, é de apresentação de edições especiais de produções de artistas portugueses consagrados. A terceira, de revelação de novos grupos e de novos trabalhos de artistas consagrados.

Assim, dentre os espectáculos anunciados, destaca-se, na sexta-feira, o concerto sinfónico que, a exemplo do ano passado, se vai realizar no Palco 25 de Abril. Dirigida pelo maestro Miguel Graça Moura, a Orquestra Metropolitana de Lisboa executará «Danças Sinfónicas de "West Side Story"», de Leonard Bernstein; a «Rapsódia em Blue», de George Gershwin - em que será solista Jorge Moyano; e «Três Peças para Banda de Blues e Orquestra Sinfónica», de Bill Russo.

As noites de sábado e domingo serão animadas por dezenas de músicas brasileiras - apresen-



Este ano, o reportório da Orquestra Metropolitana de Lisboa, dirigida pelo maestro Miguel Graça Moura, baseia-se em peças sinfónicas inspiradas na música negra norte-americana

tadas pelo «fenómeno de popularidade» em que se transformou a *Timbalada*, a Tribo do Candeal e pelo espectáculo de música africana «especialmente preparado para a Festa» pelo cantor cabo-verdiano Tito Paris, que inclui intérpretes como Maria Alice, André Cabaço, Filipe Mukenga, Guto Pires e Juca.

Dois espectáculos portugueses encerrarão essas noites. Um, no sábado, com Sérgio Godinho - e a colaboração de alguns músicos convidados -, outro, no domingo, o Rio Grande, apresentado na íntegra relativamente ao álbum discográfico.

De destacar, no Auditório 1º de Maio, é o novo trabalho de Né Ladeiras e a estreia de alguns trabalhos do novo disco da fadista Mísia. E ainda o programa organizado pelo duo Telectu (Jorge Lima e Vítor Rua) - que terá no centro a obra

do compositor contemporâneo português Jorge Peixinho - e que conta este ano com a participação do grande saxofonista Daniel Kientzy.

Já confirmadas são também as participações de Pedro Jóia, num programa em conjunto com o grupo Ciganos de Ouro, e do contrabaixista Carlos Bica, acompanhado por Flank Mobus e Jim Black. E os organizadores da Festa chamam a atenção para o programa de blues apresentado a solo, no domingo, pela Siegel-Schwall Blues Band (que na sexta-feira tocará com a Orquestra Metropolitana de Lisboa).

Quanto ao programa de rock, ainda não ultimado, tem já confirmada a presença do grupo algarvio Íris.

O programa definitivo e o alinhamento dos espectáculos constará da revista-programa que em Agosto será posta à venda.

## A Cultura marca presença...

A X Bienal de Artes Plásticas, reunindo diferentes modalidades das artes plásticas, é o grande momento cultural da Festa.

Iniciativa diferente, quer pela exposição de obras de artistas de todas as correntes, expressões e técnicas quer pela diversidade do público que a visita, a X Bienal «pretende constituir uma homenagem ao trabalho criador dos artistas, estimular a expressão individual e colectiva e promover a criação cultural e a oportunidade para a apreciar».

Entre as 152 propostas de participação (cerca de 250 obras), sobressaem, com a presença já confirmada, nomes como os de Albertina Sousa, Bartolomeu dos Santos, Eduardo Lima Teixeira, Eduardo Neves, Isabel Cabral, João Duarte, José Bizarro, José Santa-Bárbara, Juan Soutullo, Luís Ralha, Manuel San-Payo, Maria João Franco, Miguel Mira, Pedro Fazenda, Rogério Ribeiro, Sofia Cavalheiro, Teresa Balté, Teresa Dias Coelho e Virgílio Domingues.

Paralelamente à Bienal, a Festa presta homenagem ao pintor comunista recentemente desaparecido, Rogério Amaral, através de uma exposição sobre esse conceituado pintor, «numa oportunidade para redescobrir o homem através da sua obra».



## ... assim como o Desporto

Como em anos anteriores, também esta ano a Festa do «Avante!» se vai caracterizar por uma linha de intervenção que visa divulgar a prática do desporto como «elemento indispensável para a saúde e o equilíbrio». E apresentar-se, mais uma vez, como «um convite à participação e ao convívio entre os atletas».

Provas de canoagem, concursos de pesca, torneios e exibições de futebol, basquetebol, ginásticas, aeróbica, artes marciais, torneios de tiro com chumbo, xadrez, damas, triatlo, chinquillo e outros jogos tradicionais são, pois, algumas das modalidades que irão preencher o programa desportivo da 21ª edição da Festa do «Avante!».

Sobre a Corrida da Festa - cuja participação tem registado, anualmente, mais de mil inscrições individuais e dezenas de inscrições colectivas -, a organização informa que o tiro de partida será dado no domingo, dia 7 de Setembro. E chama a atenção para o Raid Cicloturista, realizado em 31 de Agosto, para o qual se prevê a participação de centenas de atletas.



Retomando a tradição interrompida em 1986, a Festa, com a Timbalada, traz de novo à Atalaia o melhor da música popular do Brasil

## Igualdade no trabalho



A Comissão Parlamentar para a Paridade, Igualdade de Oportunidade e Família aprovou o texto final do

projecto de lei do PCP que garante a igualdade de tratamento no trabalho e emprego.

Com aplicação a todas as entidades públicas ou privadas, o diploma visa garantir a "efectivação do direito dos indivíduos de ambos os sexos à igualdade de tratamento" no exercício da sua actividade profissional, prevendo a aplicação de uma coima, graduada entre cinco a dez vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada, sempre que ocorra qualquer prática discriminatória em função do sexo.

De acordo com o articulado do diploma existe discriminação indirecta "sempre que uma medida, um critério ou uma prática aparentemente neutra prejudiquem de modo desproporcionado os indivíduos de um dos sexos" (normalmente as mulheres), nomeadamente "por referência ao estado civil ou familiar".

## Conselho de Fiscalização do SIS



Continua por resolver o problema dos dois nomes em falta para o Conselho de Fiscalização do SIS. Em causa

continua a estar o entendimento entre PS e PSD para o preenchimento da totalidade daquele órgão, depois do chumbo ocorrido há meses atrás, em sufrágio, de Marques Vidal, o antigo director-geral da PJ, na altura indicado pelo PSD.

Em Abril último, recorda-se, Marques Vidal escreveu uma carta a Marcelo Rebelo de Sousa pedindo escusa da sua candidatura, tendo obtido deste, em resposta, a informação de que "a posição do PSD não seria alterada".

## Direitos de autor



A Assembleia da República aprovou, por unanimidade e em votação final global, uma autorização

para o Governo legislar em matéria de Direitos de Autor e Direitos Conexos. Aprovada, faz hoje oito dias, foi também, apenas com abstenção do PSD, uma proposta de lei que autoriza a Assembleia Legislativa Regional dos Açores a contrair empréstimos externos. O projecto de lei do PS que cria o "Sistema de Informação para a Transparência dos Actos da Administração Pública" foi ainda aprovado por unanimidade.

Também aprovados, em votação final global, foram os projectos de lei do PS sobre a "extinção de enfiteuse ou aforamento" e do PEV sobre "acompanhamento familiar de deficientes hospitalizados".

# Com críticas à falta de vontade política do PS PCP admite abandonar Grupo de Trabalho para a Regionalização

O PCP admitiu abandonar o Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão do Poder Local para tratar da regionalização caso o PS mantenha a intenção de remeter para o plenário a votação das regiões em relação às quais não há entendimento. Em declaração proferida na passada semana naquele Grupo de Trabalho, onde representa a bancada comunista, o deputado José Calçada garantiu que só continuará a comparecer nas reuniões "se e enquanto estiver em discussão a definição das áreas de todas as regiões administrativas, e não apenas uma parte delas como pretende o PS".

Esta situação de discórdia entre comunistas e socialistas surgiu na sequência da definição das regiões do Alentejo e de Entre Douro e Minho. O PCP defende uma só região do Alentejo, ao contrário do PS que pretende a divisão em Alto e Baixo Alentejo.

No Norte a definição das regiões também não é pacífica: o PS insiste na criação de Entre Douro e Minho e o PCP não desiste de separar o grande Porto do Minho. Os problemas começaram quando o PS fez aprovar uma proposta no grupo de trabalho que remete para plenário a votação das "regiões da discórdia".

José Calçada assegurou, no entanto, que ou a Comissão do Poder Local, por sugestão do Grupo de Trabalho, aceita as opiniões das Assembleias Municipais, manifestadas durante a audição pública, e

com base nelas elabora o mapa da regionalização, ou o PCP não voltará a participar nas reuniões.

A saída para a crise poderia passar, deste modo, pela aceitação por parte do PS de uma só região no Alentejo, admitindo em contrapartida o PCP a criação da região de Entre-Douro e Minho.

O problema ficaria, assim, ultrapassado, no respeito pela vontade manifestada pela maioria das Assembleias Municipais ouvidas pela Comissão do Poder Local.

"O PCP não aceitará aprovar seja que mapa regional for que não contemple uma só região do Alentejo ou que não respeite a vontade dos

municípios em todas as outras situações, salvaguardando o princípio da contiguidade territorial", asseverou o deputado comunista, depois de lembrar que, na perspectiva do PCP, "a chamada «questão Alentejo» não é um problema de interesse partidário ou de cálculo eleitoral", mas sim, frisou, "uma questão de princípio" assente "na ideia do respeito da vontade dos municípios" e no pressuposto de que "a regionalização deve ser feita «de baixo para cima»".

Para José Calçada, que elencou as sucessivas posições do PS sobre esta matéria, existe em todas elas um denominador comum, o qual tem sido sempre, observou, o de "adiar sucessivamente qualquer decisão" e de "criar crescentes obstáculos à concretização da regionalização".

Por este motivo, frisou, o PCP tem "toda a legitimidade para pôr em causa" a "vontade política do PS" para fazer avançar a regionalização do País, tanto mais que, da forma como decorre o processo de revisão constitucional e nos termos em que a acordou com o PSD e o PP, "deixa na dependência desses dois partidos - adversários da regionalização - , a referendária instituição em concreto das Regiões", sendo por isso "o único e inegável responsável pela previsível inviabilização da regionalização".



O PCP quer uma só região do Alentejo e não abdica da sua posição de ver respeitada a vontade dos municípios

## PS e direita consumam ataques à Lei Fundamental

O plenário da Assembleia da República aprovou na semana transacta a proposta da Comissão Eventual de Revisão Constitucional que permite o voto dos emigrantes para a eleição do Presidente da República. A proposta obteve os votos favoráveis do PSD e do PS, a abstenção do CDS/PP e de dois deputados socialistas e os votos contrários do PCP e do PEV. Votaram também contra esta proposta 10 deputados do PS.

Correspondendo a uma velha aspiração da direita, que assim consegue subverter as regras do jogo democrático, esta alteração só foi possível devido à vergonhosa cedência do PS. E o que hoje espanta, como assinalou o deputado comunista António Filipe, não é a posição do PSD e do CDS/PP, partidos para quem o real objectivo nunca foi a defesa dos direitos dos emigrantes, mas antes a "utilização a seu favor da governamentalização e da menor genuidade democrática".

"O que espanta é a completa mudança de opinião do PS em relação ao que defendeu em todas as anteriores revisões constitucionais e mesmo depois disso, até há bem pouco tempo",

comentou António Filipe, que não escondeu a sua profunda preocupação por uma medida que vem "pôr em causa a genuidade democrática da eleição presidencial".

É que esta "não é uma questão de emigrantes", mas sim uma "questão de organização do Estado e de garantia de condições de democraticidade eleitoral", como bem assinalou o parlamentar do PCP, antes de recordar declarações, em 1994, do ex-deputado Alberto Costa, hoje ministro da Administração Interna, defendendo que "sentido de Estado, sentido da democracia e sentido da realidade devem neste domínio fazer frente à tentação da sentimentalização, da dramatização e da retórica. Sentido de Estado é o que se exige em primeiro lugar".

### Alterações ao referendo

A consagração constitucional do alargamento do âmbito do referendo esteve igualmente em debate na passada semana no quadro das alterações à Lei Fundamental, com o PS e o PCP a trocarem acusações sobre a impossibili-

dade de uma consulta popular sobre a Moeda Única.

Luis Sá, em nome da bancada comunista, abriu esta discussão das alterações ao artigo 118, que alargam o âmbito de matérias susceptíveis de referendo, considerando inadmissível a continuação da impossibilidade de uma consulta popular sobre a entrada de Portugal na Moeda Única.

A alteração constitucional que resulta do acordo entre o PS e o PSD prevê a realização de referendos vinculativos decididos pelo Presidente da República, mediante proposta da Assembleia da República ou do Governo, ou ainda por iniciativa de um grupo de cidadãos dirigida ao Parlamento.

João Amaral faz notar que a alteração ao instituto do referendo continua a impedir a consulta popular sobre a Moeda Única e ironizou com a pergunta que o PS e o PSD pretendem fazer aos portugueses sobre a construção europeia. "«Portugueses, achais que a Europa deve preocupar-se com o vosso emprego», é o que os senhores querem perguntar, pensando que os portugueses são tão estúpidos que vão dizer: não", comentou.

### Redução do número de deputados

A alteração constitucional que possibilita a redução do número de deputados foi igualmente aprovada, na especialidade, com 172 votos a favor e 31 contra. Nem tudo correu, porém, de forma pacífica. A agitação começou quando o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, colocou à votação a alteração ao artigo 151 da Lei Fundamental, constante do acordo PS/PSD, que estabelece um mínimo de 180 e um máximo de 230 deputados.

Quando a alteração foi posta à votação, faltavam na sala deputados das bancadas do PS, PSD e PP. Face às ausências, o Grupo comunista, contrário à possibilidade da redução do número de deputados, pediu uma contagem nominal. Foi então que entraram no hemiciclo um conjunto de deputados, que pretendiam ainda participar na votação. Almeida Santos opôs-se e, perante a insistência do PCP, exigiu que os "atrasados" se confessassem, para que o seu voto não fosse registado, acabando por repetir a votação com o universo inicial.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Desemprego Estatísticas desfasadas da realidade

António Guterres reconheceu no parlamento da Argentina, na passada semana, que "o desemprego em Portugal está um pouco acima dos valores da estatística". De acordo com as suas declarações, o desemprego "está talvez um ponto mais do que os seis por cento, mas provavelmente pode mesmo chegar aos oito por cento". Reagindo a esta afirmação, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, afirmou que "o Primeiro-Ministro confirmou lá fora o que nós temos dito aqui dentro". Em depoimento à Agência Lusa o dirigente comunista sublinhou que a "taxa de desemprego em Portugal é claramente superior aos números do INE e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, mesmo sem contar com os trabalhadores que trabalharam, na semana prévia ao inquérito, entre uma e 15 horas e os que trabalharam entre as 16 e as 20 horas", sendo provável que, enfatizou, "chegue mesmo aos 12 por cento, o que representa 700 mil desempregados".

"Entre os que trabalharam, nessa semana prévia, entre 1 e 15 horas, que são 170 mil trabalhadores e os que trabalharam entre 16 e 20 horas, que são 150 mil, perfazem já 320 mil trabalhadores. Se deduzirmos a este valor 40 por cento de trabalhadores que estão com estes horários por mero acréscimo de serviço, teremos um pouco mais de 200 mil trabalhadores que, somados aos do INE, somam mais de 700 mil desempregados", salientou o líder do PCP.

"A taxa oficial, se olharmos para a estatística, também nos diz que foram criados 60 mil postos de trabalho na agricultura e ninguém os consegue ver", disse Carlos Carvalhas, que salientou ainda o facto de estes valores poderem ser ainda maiores se contabilizados os trabalhadores com vínculos precários de emprego.

Manuela Ferreira Leite, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, pronunciando-se sobre a mesma questão, acusou também o Primeiro-Ministro de "precisar de se deslocar ao estrangeiro para confessar os verdadeiros números do desemprego em Portugal" e afirmou existir "um arranjo das estatísticas e uma limpeza de ficheiros".

## Problemas dos emigrantes Governo não passa das promessas

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo do PS de manter uma postura de inércia, na esteira do seu antecessor, relativamente aos problemas dos emigrantes portugueses espalhados pelo mundo. O deputado comunista José Calçada, que levantou a questão em plenário, no decorrer de uma intervenção proferida na semana transacta, considerou mesmo que a acção do Governo neste capítulo se esgotou na utilização demagógica dos emigrantes como peça negociada no acordo que selou com o PSD na revisão constitucional. Em tudo o mais, ou seja, na "acção concreta", frisou, o Governo não foi além de "promessas, adiamentos ou tímidas medidas", revelando assim o seu completo desrespeito pelos emigrantes.

Exemplos desta realidade deu-os ainda José Calçada ao lembrar, entre outros problemas a aguardar por "medidas eficazes e essenciais", o funcionamento dos serviços consulares, o ensino da língua e da cultura portuguesas, o apoio ao movimento associativo, ou a valorização efectiva do Conselho das Comunidades como órgão democrático e representativo.

O mais recente testemunho desta incapacidade do Governo para atender às preocupações dos nossos compatriotas a residir no estrangeiro foram, aliás, as eleições em Abril último para o Conselho das Comunidades Portuguesas (CPP), sufrágio marcado por uma elevada taxa de abstenção. Recordada por José Calçada, a este propósito, foi a responsabilidade do Governo por essa abstenção, em resultado, explicou, da "ausência de uma campanha de esclarecimento motivadora e eficaz", bem como de uma "deficientíssima organização logística do processo", e de uma "insuficiente descentralização das assembleias eleitorais".

"Confundir causas e consequências pode contribuir para fazer esquecer as responsabilidades do Governo neste domínio - mas em nada contribui para a defesa dos interesses dos emigrantes e para a credibilização do seu órgão representativo, o CPP, e, a prazo, revelar-se-á como uma estratégia sem futuro", observou o parlamentar do PCP.

Pronunciando-se sobre a primeira reunião plenária do CPP, prevista para Setembro próximo, na Assembleia da República, José Calçada expressou o desejo de que este encontro permita uma abordagem não apenas "sobre os problemas com que estão confrontados os portugueses da diáspora", como também sobre a "política concreta deste Governo para com os emigrantes" e sobre a "absoluta necessidade de se consagrarem em sede do próximo Orçamento do Estado as verbas que permitam um funcionamento digno e eficaz do Conselho".

## TRABALHADORES

## Em causa paralisação dos serviços Sindicatos da Função Pública criticam Ministério da Agricultura

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) considerou que se assiste a uma paralisação dos serviços no Ministério da Agricultura e a uma indefinição dos meios para atingir os objectivos que lhes estão atribuídos. Em comunicado divulgado na passada semana, no Porto, aquela estrutura sindical afirma que há uma clara diferença entre as intenções iniciais dos responsáveis do Ministério da Agricultura e a concretização das mesmas, uma vez que, observa, há uma notória sobreposição de competências atribuídas a

organismos centrais e regionais.

No texto, a FNSFP afirma que os trabalhadores do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) mais uma vez são meras peças que se retiram de um lado e se colocam no outro, a maior parte das vezes sem qualquer audição prévia e sem que fique provada a necessária conveniência para o serviço de tal mudança.

Significa isto, acrescenta o comunicado, que não existe na "definição e implantação da suposta nova estrutura orgânica o necessário envolvimento

dos trabalhadores, de forma a que os objectivos sejam previamente compreendidos, o que a acontecer determinaria o empenho dos mesmos e ganhos qualitativos e quantitativos de produtividade".

"A imposição tem sido a palavra de ordem, a exemplo do que aconteceu noutras ocasiões", salienta, citando como um dos casos mais evidentes o do Corpo Nacional dos Guardas Florestais tutelado, duplamente, pela Direcção Geral das Florestas e pelas Direcções Regionais de Agricultura.

Para a Federação sindical "a tentativa de conciliar o incon-

ciliável tem provocado uma evidente contradição de orientações provenientes de uma e outra origem e uma evidente falta de capacidade de acção do corpo de guardas florestais".

"O MADRP é um amplo e complexo universo de carreiras profissionais que não tem merecido os necessários cuidados por parte dos seus responsáveis", considera a Federação dos Sindicatos da Função Pública, lamentando que se esteja a assistir a "uma degradação da situação profissional de diversas carreiras, sejam de regime geral ou específicas".

## Vinculação dos professores contratados FENPROF apresenta proposta ao Ministério

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) entregou ao Ministério da Educação uma plataforma de princípios gerais que visa consagrar um regime transitório de vinculação dos educadores e professores contratados a prazo.

O regime transitório tem como horizonte temporal o ano de 1999, por ser o fixado para aplicação do regime aprovado para a administração pública e por estar prevista, a partir dessa data, a entrada em vigor de um novo regime de quadros e concursos onde deve ficar consa-

grado o sistema definitivo de vinculação de docentes.

A Federação, que elegeu 1997 como o ano da luta pela vinculação dos docentes contratados, pretende que as medidas transitórias de vinculação promovam a integração desses professores nos quadros, através de um processo de selecção.

A apresentação ao Ministério da Educação de uma plataforma de princípios gerais pela FENPROF surge na sequência da aprovação pelo Governo de legislação que visa estabilizar o desempenho de funções na Administração Pública. Aquela estrutura sindical entende que o regime deve ser estendido aos docentes.

Entregue no Ministério na passada semana, o documento contém 11 princípios gerais. Segundo a FENPROF, o regime transitório deve considerar o pessoal docente que está em condições de concorrer para a integração nos quadros de zona pedagógica (QZP) em Novembro de 1997, Maio de 1998 e Maio de 1999.

O segundo princípio indica que estarão em condições de concorrer todos os docentes com habilitação própria ou profissional que completem três anos de serviço até ao dia 30 de Abril.

Na plataforma de princípios gerais, a FENPROF propõe

ainda que a integração nos quadros seja feita nas vagas existentes nos Quadros de Zona Pedagógica e que nos casos em que as habilitações não estejam completas os docentes com seis ou mais anos de serviço deverão ser integrados provisoriamente nos quadros, ficando obrigados a completar a sua formação no prazo máximo de cinco anos.

A Federação defende também no documento entregue no Ministério da Educação que todo o tempo prestado pelos professores em situação de contratados deve contar para efeitos de carreira, aposentação e sobrevivência.

## Queixa contra Hotel do Mar

O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares da Madeira vai apresentar, junto da Inspeção Regional de Trabalho, queixa do Hotel do Mar. Em causa está a atitude da administração daquela unidade hoteleira do Funchal em relação aos nove trabalhadores que, como noticiámos no último "Avante!", foram alvo de um processo de despedimento colectivo, entretanto suspenso pelo Tribunal de Trabalho.

Cinco desses trabalhadores apresentaram-se na passada semana para retomar a sua actividade, tendo os responsáveis, embora permitindo que ocupassem os seus postos de trabalho, não lhes atribuído qualquer tarefa para desempenhar.

## Sindicalistas criticam revisão constitucional

Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, questionou a necessidade e urgência da revisão constitucional "com a extensão e profundidade da que está agora em curso", criticando a forma como foi feita e o seu conteúdo, que considerou "inaceitável".

O dirigente comunista falava num colóquio, em Lisboa, subordinado ao tema "Porquê esta Constituição, para quê esta revisão?", organizado pela União dos Sindicatos de Lisboa e pela CIL.

Criticando o acordo PS/PSD, estabelecido à margem dos restantes partidos parlamentares, Jerónimo de Sousa considerou que António Guterres e Jorge Coelho "apelaram ao sacrifício dos princípios, face às exigências da conjuntura partidária e aos interesses do PS e do Governo".

O voto dos emigrantes, a eleição indirecta para as Câmaras Municipais e as alterações ao estatuto das autonomias regionais da Madeira e dos Açores foram outros tan-

tos pontos criticados pelo dirigente comunista.

O ex-ministro do Trabalho e dirigente socialista Marcelo Curto, outro dos convidados no colóquio, por sua vez, criticou também a revisão constitucional, considerando-a desnecessária e portadora de inconstitucionalidades.

Marcelo Curto, criticou igualmente a forma como se processou a revisão constitucional, mediante o acordo PS/PSD, classificando-o como "falta de respeito" pela Assembleia da República.

Perante uma assistência composta por sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores, claramente discordante do processo de revisão constitucional - por considerarem que esta lesa os seus direitos fundamentais -, Marcelo Curto enumerou o que considerou serem os aspectos inconstitucionais da revisão e garantiu que se fosse deputado, agora, "traria muitas dificuldades ao PS".

## Novo presidente albanês

Na sua primeira sessão, na quinta-feira, o recém-eleito parlamento albanês escolheu Rexhep Mejdani para substituir o presidente Sali Berisha. O novo chefe de Estado da Albânia foi eleito com os 122 votos a favor, três contra e duas abstenções. No mesmo dia os deputados decidiram levantar o estado de emergência que vigorava no país desde 1 de Março, em consequência de diversos motins e rebeliões armadas que ocorreram contra a falência de várias instituições bancárias.

## Polícias brasileiros em greve

Com as caras pintadas ou usando sacos de plástico na cabeça, cerca de dois mil polícias do Rio de Janeiro manifestaram-se nas ruas da cidade exigindo um aumento salarial de 84 por cento. Actualmente os agentes recebem o equivalente a 44 mil escudos por mês. Esta iniciativa surge integrada num movimento grevista que já chegou aos Estados de Alagoas, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás e Rio de Janeiro.

## "Regionalização" na Escócia e País de Gales

Em Setembro a Escócia e o País de Gales vão às urnas, num referendo que decidirá sobre a constituição ou não de parlamentos regionais para estes dois países. Estas instituições irão gerir os orçamentos nas áreas da saúde, educação, cultura, ambiente e transportes. Em Março de 1979, galeses e escoceses rejeitaram uma proposta semelhante. Desde então, o desejo da criação de parlamentos próprios tem crescido.

## Racismo em Itália e Israel

Realizou-se na passada semana, em Turim, na Itália, uma marcha silenciosa contra o racismo, na sequência da morte de um estudante marroquino. Segundo a polícia, Abdallah Dumi foi impedido de chegar à margem do rio Pó por um jovem italiano que lhe lançou garrafas e outros objectos. Dumi acabou por morrer afogado. O presidente

# Israel suspende novo colonato em Jerusalém

A suspensão do projecto de construção de um novo bairro judeu em Jerusalém oriental constitui o reconhecimento por Benjamin Netanyahu de que a sua implementação provocaria uma nova crise política na região, afirmou Ahmed Tibi, conselheiro do presidente palestino Yasser Arafat.

A autorização do projecto de Irving Moskowitz, proprietário dos terrenos, visando a construção de 70 apartamentos para judeus em Ras el-Amud, fora anunciada quinta-feira passada pelas autoridades de Jerusalém, provocando de imediato a indignação entre os dirigentes palestinos e a condenação do Egipto e da Jordânia.

A decisão do município de Jerusalém de construir um novo colonato na parte árabe da cidade santa foi considerada pelos palestinos como uma «declaração de guerra».

«É uma declaração de guerra contra o povo palestino e

uma provocação perigosa. Que querem que os palestinos façam agora?», afirmou Ahmed Tibi.

Por seu turno, a ministra da educação superior palestina, Hanane Ashraoui, deputada por Jerusalém-Oriental no Parlamento palestino, considerou a decisão israelita «criminoso».

«Este caso e o de Har Homa e tudo o que eles (os israelitas) fazem em Jerusalém mostra que este governo procura deliberadamente destruir a paz», declarou Ashraoui.

Recorda-se que o processo de paz israelo-palestino se encontra suspenso desde o início

da construção de um colonato judeu em Har Homa, mais a sul no sector oriental ocupado e anexado por Israel em 1967.

Desta vez, o próprio chefe dos Serviços de Segurança interna israelitas advertiu o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para o «risco de violência generalizada» nos territórios palestinos se o projecto fosse avante. Netanyahu veio posteriormente a público dizer discordar «neste momento» do lançamento do projecto em Ras el-Amud, o que acabou por levar à sua suspensão.

Uma mudança de atitude resultante das pressões internas e externas, já que se torna cada vez mais claro que a paralisação do processo de paz se deve a sucessivas práticas e violações israelitas nos territórios ocupados, assim como à falta de cumprimento dos acordos assinados, como sistematicamente tem acusado Yasser Arafat.

## Cuba

# Um símbolo de resistência ao imperialismo

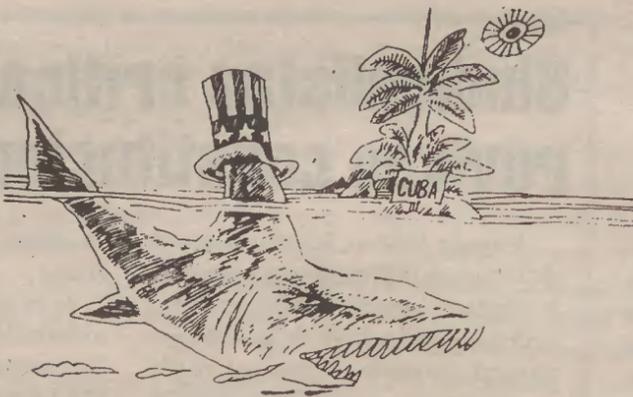
«Pode-se tentar destruir Cuba, mas ela nunca poderá ser conquistada», garantiu o ministro cubano da Defesa, general Raul Castro, que acusou os Estados Unidos de manterem uma «guerra suja» contra o país, ao discursar na cerimónia do «Dia da Revolução».

referiu a recente visita a Cuba do responsável pelos assuntos cubanos do departamento de Estado norte-americano, Michael Runnenberger, que «manteve reuniões com cabecilhas de grupos contra-revolucionários ilegais, exortou-os à subversão interna e prometeu-lhes uma ajuda económica de mais de um milhão de dólares».

Cuba, disse, apresentou «o mais enérgico protesto» junto das autoridades dos Estados Unidos por essa intromissão nos assuntos internos cubanos.

«Pode-se tentar destruir Cuba, mas ela nunca poderá ser conquistada», disse Raul Castro, que concluiu o seu discurso com uma homenagem a «Che» Guevara.

O «Dia da Revolução», a 26 de Julho, comemora o aniversário do ataque ao quartel de Moncada em 1953, que levou os guerrilheiros dirigidos por Fidel Castro a derrotar a ditadura de Fulgêncio Baptista.



A cerimónia, presidida por Fidel Castro, que não interviu, realizou-se no sábado à noite na cidade de Las Tunas, a cerca de setecentos quilómetros a leste de Havana, e contou com a participação de milhares de pessoas.

Raul Castro denunciou a «agressão política, diplomática e biológica» de Washington contra Cuba e o «plano monstruoso, fascista e rejeitado pelo mundo inteiro» que constitui a lei «Helms-Burton» de reforço do bloqueio norte-americano à ilha.

«Independentemente da lei Helms-Burton, eles mantêm a sua guerra suja contra Cuba», afirmou, advertindo que «o imperialismo continua a fazer tudo o que está ao seu alcance para confundir os ingénuos e para comprar quem queira vender-se». A título de exemplo

## Festival da Juventude

Entretanto chegou a Havana, com Timor-Leste na «bagagem», uma delegação de cerca de 250 elementos, de 32 associações juvenis portuguesas, para participar, até 8 de Agosto, no 14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

No Festival participam 13 mil jovens de mais de cinco dezenas de países, que desta forma manifestam a sua «solidariedade anti-imperialista» e reafirmam a «amizade entre os povos».

A delegação portuguesa, que integra alguns timorenses, propõe-se aproveitar este importante fórum juvenil para denunciar e alertar para a situação que se vive em Timor-Leste, ganhando novos apoios para a causa do povo maubere.



O esforço para incluir a Grécia na «linha da frente» da União Europeia continua, deixando de fora a resolução dos problemas nacionais

# Grécia Uma perspectiva nada animadora

O calor intenso do verão, particularmente violento este ano, não abrandou a tensão que se vive na Grécia.

Primeiro, numa fase «quente», encontra-se a situação externa do país, ou seja, os seus problemas de política externa.

Na cimeira da NATO em Madrid, o acontecimento mais importante no que nos diz respeito foi o encontro do primeiro-ministro K. Simitis com o presidente da Turquia, Suleyman Demirel. Desse encontro resultou uma declaração comum que, segundo Simitis, constitui um pacto de não-agressão entre os dois países. O texto não é muito original nem contém propriamente novidades, mas coloca algumas questões: se até ao momento era impossível aos dois países encontrarem-se para debater os problemas em aberto, como é que de repente tal se tornou possível (e com bons resultados)? Não terá sido devido à insistência dos EUA, cuja ministra dos Negócios Estrangeiros, M. Albright, esteve presente até à assinatura da declaração? Não é segredo para ninguém que Washington já manifestou o seu interesse em formar «zonas cinzentas» (expressão norte-americana) no mar Egeu, para se transformar em seguida em árbitro dos problemas pendentes. Algumas formulações da declaração foram alvo de crítica severa, inclusive por parte de quadros dirigentes do partido governamental.

A situação complicou-se em seguida dado que, imediatamente após a cimeira de Madrid, começaram em Nova Iorque as novas negociações sobre Chipre. A questão não constava na declaração Simitis-Demirel, uma vez que formalmente as negociações são entre cipriotas, mas toda a gente sabe a influência directa e indirecta que a Grécia e a Turquia exercem nesta matéria. O ambiente de suspeita continua.

Do ponto de vista interno, os problemas também não faltam. O ataque neoliberal continua, apesar das declarações de boas intenções assinadas em Atenas num encontro de partidos socialistas, e esperam-se no futuro imediato novos passos de «convergência». Uma experiência muito amarga alimenta o temor de que novos golpes estejam em preparação contra os operários, agricultores, funcionários, pequenos e médios empresários. As declarações do Governo não deixam margem para dúvidas: o esforço para incluir a Grécia na «linha da frente» da União Europeia - uma esperança tão utópica que chega a parecer loucura - continua sem tréguas.

Um outro facto está a criar novas tensões: abundam os sinais de que o Governo desencadeou uma vaga de «limpeza». Esta «limpeza» significa uma operação para encontrar, prender e expulsar os emigrantes clandestinos albaneses. Em Atenas, isso criou já inúmeros problemas, não faltando quem se interrogue se não vamos passar a ver o país inundado de bloqueios policiais e postos de controlo de identidade. Uma perspectiva nada animadora.

# Angola

## Jogos de guerra da UNITA

O Parlamento angolano aprovou, por maioria, uma resolução condenando a UNITA por não ter desmantelado totalmente o seu dispositivo militar, avaliado pelo Ministério da Defesa em 35 mil homens.

Reunido em sessão extraordinária desde o dia 22, o Parlamento dedicou particular atenção à situação político-militar que se vive no país, marcada nas últimas semanas por forte instabilidade e pelas ameaças de regresso à guerra.

A resolução requer a adopção de medidas contra a degradação da situação político-militar no país, cuja responsabilidade é imputada maioritariamente à UNITA, acusada de manter um dispositivo militar de 35 mil homens preparado para a guerra. O movimento de Jonas Savimbi rejeita a acusação, mas aparentemente já não convence ninguém. O próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas veio recentemente a público afirmar que os dados avançados pela UNITA sobre o seu dispositivo militar não são «nem credíveis, nem completos».

Entretanto, como já é costume quando a situação angolana se degrada, Savimbi volta a avançar com a eventual realização de um encontro com José Eduardo dos Santos. Desta vez, porém, a receptividade foi nula. Falando em Luanda, na conferência de imprensa que assinou a visita a Angola do presidente namibiano, Sam Nujoma,

Eduardo dos Santos foi claro ao afirmar que não vê utilidade em novo encontro com Savimbi, dado que os anteriores «não produziram nada de positivo».

Na ocasião, o presidente angolano alertou para a possibilidade de confrontos armados no país, opondo as forças governamentais e os efectivos militares da UNITA.

### Sinais preocupantes

Os sinais de guerra começaram a avolumar-se desde a vitória de Desiré Kabila, o que forçou a UNITA a abandonar as bases de retaguarda que tinha instaladas no Zaire, agora denominado República Democrática do Congo (RD Congo). Pretendendo manter o domínio de zonas mineiras cuja exploração é fundamental para a sua sobrevivência, bem como zonas vitais para a permanência dos seus homens armados, a UNITA recusa a extensão da administração do Estado a todo o território e rotula qualquer medida nesse sentido como uma «agressão».

Ainda recentemente, em entrevista a um semanário francês, Savimbi insistiu que

«é preciso dizer ao MPLA que são eles os agressores, que foram eles que se rearmaram, que armaram as populações, que mantêm a presença de mercenários» em Angola, e que só se o MPLA reconhecer isso e voltar atrás «a guerra será evitada».

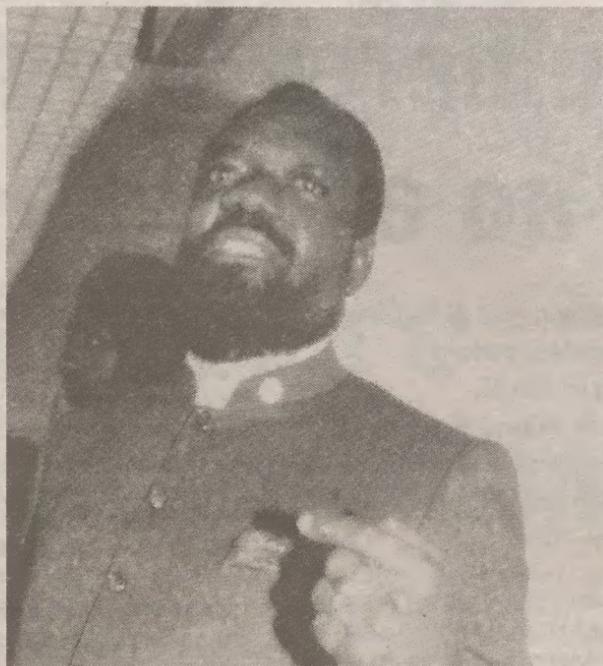
De registar que para o dirigente da UNITA «os norte-americanos são os responsáveis pela situação actual» em Angola, e que se enganam «pensando que Angola é o Zaire». Na referida entrevista, Savimbi, fazendo tábua rasa dos acordos de Lusaca e dos compromissos assumidos pela UNITA e pelo Governo angolano, vai ao ponto de pôr em causa a legitimidade de Eduardo dos Santos como presidente, porque «nunca chegou a ser eleito». «Como a segunda volta nunca chegou a ter lugar - diz - nós os dois somos apenas e ainda candidatos».

Para Savimbi, «considerar José Eduardo dos Santos como presidente da República significa transgredir os princípios jurídicos que fazem os países civilizados e democráticos». Uma curiosa interpretação de democracia e civilização vinda de quem, no passado recente, demonstrou ser incapaz de aceitar os resultados das eleições e persiste, pela força das armas, em manter um poder que não foi capaz de conquistar nas urnas.

### As regras do jogo

Não menos curioso é o facto de Savimbi e a UNITA continuarem a pôr em causa toda e qualquer relação estrangeira com o Governo angolano - como se o movimento do «galo negro» não participasse nele com quatro ministros e sete vice-ministros -, bem como a legitimidade do Parlamento, onde ocupam setenta lugares.

Quando a UNITA acusa os Estados Unidos de terem passado de «uma política de neutralidade activa relativamente a Angola, em que predominava a diplomacia, o diálogo entre as partes angolanas e a reconciliação nacional, para uma política de partidatismo e de alinhamento militar com o Governo de Angola», como fez há dias o representante do movimento em Washington, em entrevista à Agência Lusa, o que está a afirmar é que a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional e todo o articulado das negociações de Lusaca não passam de artifícios. Porque o que a UNITA efectivamente pretende não é participar no jogo da democracia que tanto invoca, mas servir-se dele para, mantendo situações de privilégio, a começar pelo inédito estatuto de Savim-



Savimbi em jogo de sombras aposta na guerra

bi, sabotar o jogo em seu proveito.

A comunidade internacional começa a estar cansada deste jogo de sombras. Só Savimbi e

os seus homens de mão parecem ainda não ter percebido que, mesmo para «o amigo americano», não há ninguém insubstituível.

## Massacres na Colômbia

Mais de 30 camponeses do município de Mapiiripan, na Colômbia, foram selvaticamente assassinados por paramilitares das «Autodefesas de Córdoba e Uraba» (ACCU) desde o passado dia 15, denunciou o Partido Comunista Colombiano.

Os trágicos acontecimentos, só agora vindos a público, testemunham o clima de terror que se vive no país. Segundo relatá o PCC, «mais de 100 paramilitares chegaram a Mapiiripan com a lista das pessoas a abater e deram início à captura e assassinato dos moradores na pior orgia de sangue e dor de que há memória» naquela povoação do leste colombiano.

A denúncia prossegue, aterradora: «António Barrera Cutumare, dirigente comunista da região, foi o primeiro a ser detido. Depois de submetido a torturas, foi decapitado no matadouro municipal. Em idênticas condições foi encontrado o cadáver de Sinai Blanco, de 55 anos, pai de dois filhos. O cadáver de Ronald Valencia foi encontrado na rua. Não foi possível identificar outros dois cadáveres. Entre os desaparecidos conta-se Hernen Gallego, eleito concelheiro do Partido Comunista.»

O testemunho de um dos sobreviventes confirma o horror: «torturavam as pessoas, abriam-lhes a cabeça, tiravam-lhes as tripas e atiravam-nas ao rio».

Dezenas de homens, mulheres e crianças fugiram da povoação em busca de protecção, mas na Colômbia é difícil saber em quem confiar.

Segundo o comandante do Exército, general Manuel Jose Bonett, que confirmou o massacre, os acontecimentos foram «consequência de confrontos entre narcotraficantes». Estranhas declarações, idênticas às do comandante da Polícia de Bogotá, Teodoro Campo, quando face ao assassinato dos investigadores Mario Calderon e Elisa Alvarado manifestou a sua estranheza porque «não tinham antecedentes criminais». Ou às declarações do general Gillibert, quando perante o atentado contra Aida Abella com um rocket em Bogotá aventou que «podia ter sido um acidente»(!).

O silêncio do Presidente Samper e do Governo perante a gravidade da situação é no mínimo insólito. Tanto mais que as organizações políticas, sociais e religiosas nacionais, bem como as próprias Nações Unidas, têm insistido junto de Samper na necessidade imperiosa de enfrentar os grupos paramilitares e pôr fim ao banho de sangue.

Segundo o PCC, são poucas as esperanças numa mudança de atitude do Governo face aos paramilitares, que se inserem de resto numa estratégia oficial contra-revolucionária. Com efeito, o Governo Samper tem vindo a legalizar os referidos grupos através das chamadas Cooperativas Rurais de Segurança CONVIVIR e com a total impunidade que o aparelho militar garante aos altos comandos militares acusados de organização e acção paramilitar.

Razões de sobejo para o PCC apelar à denúncia internacional contra a passividade do Governo colombiano face ao recrudescimento da criminosa actividade paramilitar e do terrorismo de Estado.

da Câmara Municipal local apelou à participação nesta iniciativa de todos os habitantes de Turim, «italianos e estrangeiros», «para dizer não à violência, ao racismo e à delinquência». O racismo, também presente no Estado Hebraico. De acordo com uma recente sondagem, os jovens israelitas entre os 16 e os 18 anos são racistas em relação a árabes e emigrantes de origem russa. O inquérito revela que quase 62 por cento dos jovens não concorda com a concessão de direitos iguais aos 800 mil árabes israelitas, enquanto que 65 por cento diz que não se pode confiar em nenhum árabe israelita.

## Austrália viola direitos aborígenes

O relatório deste ano da UNICEF destaca o tratamento dado aos aborígenes pelas autoridades australianas. De acordo com o documento, as crianças aborígenes têm 18 vezes mais hipóteses de serem presas do que as crianças não aborígenes. As crianças e os jovens indígenas representam apenas 2,6 por cento da população total do país, mas este grupo constitui 40 por cento da população mais jovem em custódia. Recentemente, um importante jurista australiano afirmou que, no âmbito do sistema judicial, o comportamento do Estado constitui uma violação grosseira das convenções internacionais de defesa dos direitos humanos.

## Taylor presidente da Libéria

Charles Taylor, o principal chefe da guerra da Libéria, foi eleito presidente do país com 75 por cento dos votos. Ellen Johnson-Sirleaf, a sua maior opositora, obteve apenas 9,5 por cento da votação, tendo já contestado os resultados. A ONU, por seu lado, considera que as eleições foram «livres, transparentes e creíveis». Taylor iniciou a guerra civil no fim de 1989, numa acção para derrubar o presidente Samuel Doe. A sua campanha contou com sofisticados meios e foi financiada com o dinheiro obtido no tráfico de madeira, borracha e diamantes durante o conflito.



## Portugueses trabalham mais

Os trabalhadores portugueses, espanhóis e britânicos foram os que mais horas semanais trabalharam em 1996, anunciou a semana passada o Gabinete de Estatística comunitária (Eurostat) no seu último relatório sobre «forças do trabalho».

Segundo o documento, nesse ano, britânicos, portugueses e espanhóis assalariados a tempo inteiro trabalharam em média, respectivamente, 43,9, 41,2 e 40,6 horas semanais.

Os assalariados a tempo inteiro que menos trabalharam foram os belgas, com 38,3 horas/semana, seguidos dos italianos, com 38,6 e dos finlandeses, com 38,7. A média da União Europeia situou-se nas 40,3 horas semanais.

A Espanha foi, no mesmo período, o país da União Europeia com a maior percentagem de contratos a prazo, 33,6 por cento, mais do dobro da média dos Quinze (14,1 por cento).

Segundo o último relatório sobre população e condições sociais do Eurostat, nesse ano o país com menos contratos a prazo foi o Luxemburgo, com somente 2,6 por cento.

No que respeita aos trabalhadores menores de 25 anos, a Espanha registou também o índice mais elevado de contratos a prazo, com 75,4 por cento, contra os 35,1 por cento de média comunitária. Seguiram-se-lhe a Finlândia, com 49,3 por cento, e a França, com 47,1 por cento.

## Educação e(des)emprego no feminino

# O acesso das mulheres licenciadas ao emprego

**N**ão há, actualmente, nenhum grau de ensino nem nenhuma profissão vedada às mulheres portuguesas. Pelo menos na lei. Em 95, dos licenciados com menos de 30 anos, 63 por cento eram do sexo feminino. No entanto, nas 50 maiores empresas do país, só uma tem mulheres nas estruturas de direcção. A discriminação existe?

É verdade que um quarto das mulheres do nosso país são analfabetas. Se nos lembrarmos que Portugal tem a segunda maior taxa da União Europeia de mulheres a trabalhar fora de casa, é fácil concluir que o emprego feminino é, na maior parte dos casos, desvalorizado, precário e não especializado.

Desvalorizado, porque os sectores tradicionalmente ocupados por mulheres são os que têm as mais baixas tabelas salariais (vejam-se os casos das profissões ligadas ao têxtil e ao calçado, ao ensino, à saúde e aos serviços sociais, todos com uma taxa de feminização perto dos 75 por cento).

O emprego feminino é precário, e um olhar rápido pelas estatísticas oficiais revela-nos isso mesmo; entre 95 e 96, o desemprego masculino baixou 2,2 por cento e o das mulheres subiu 5,1 por cento; metade das trabalhadoras por conta de outrem têm contratos não permanentes.

A falta de formação e especialização das trabalhadoras portuguesas constituem uma outra ordem de entraves ao emprego. Mas a tendência parece estar a mudar, pelo menos no que diz respeito à frequência do ensino superior.

### A feminização do ensino superior

Na análise de todos os dados que apresentaremos de seguida, há que ter em conta um relatório da OCDE que revela que 55 por cento das jovens portuguesas com mais de 15 anos não estão na escola, nem no trabalho, nem inscritas em nenhum Centro de Emprego. Onde estão elas? Em empregos clandestinos, à espera de entrar para a universidade, em casa, desempregadas mas sem esperança na eficácia dos centros de Emprego? Não sabemos.

Ao certo, o que se sabe é que todos os anos quase 62 mil jovens ficam à porta da universidade. Ainda assim, e principalmente graças ao esforço das famílias que enviam os estudantes para as universidades privadas, quase um quarto dos jovens portugueses frequenta o ensino superior. Apesar disso, Portugal continua a ser o país da Europa com a mais baixa taxa de licenciados.

Dos estudantes do superior, 56,3 por cento são mulheres. Em 95, dos licenciados com menos de 30 anos, 63 por cento eram mulheres. No entanto, e como já dissemos, nas 50 maiores empresas do país, só uma tem mulheres nas estruturas de direcção.

### O que se passa, afinal?

Os factos são indesmentíveis: há mais mulheres que homens a sair das universidades, mas mais homens a ocupar os lugares para os quais estão habilitados.

Não parece, portanto, disparatada a presunção da discriminação das mulheres no acesso ao emprego. E o PCP chegou mesmo a apresentar, durante a última legislatura, um projecto-lei que estabelecia regras para que isso não acontecesse. Alertado pelo caso do Banco Comercial Português (BCP) – que, lembremos, não admitia mulheres nos seus quadros –, o nosso Grupo Parlamentar propunha uma presunção de discriminação com base na confrontação da taxa de feminização das licenciaturas com a taxa de feminização dos empregos naquela área. Pelos números referidos acima, não é difícil perceber que a Inspeção-Geral do Trabalho teria muito a fazer. O projecto foi, porém, chumbado no último dia da última legislatura PSD.

Mascarar o fantasma da discriminação é tentador. É certo que os desempregados com uma licenciatura inscritos nos Centros de Emprego subiram 35 por cento no ano passado. É certo que ainda persistem valores tradicionais nas escolhas das mulheres em relação aos ramos de formação educacional, porque 70 por cento escolheram cursos de letras e de ciências da educação em vez dos chamados «sectores estratégicos», como as engenharias.

Mas isto não justifica tudo. A verdade é que o mercado de trabalho continua a preferir os homens às mulheres. Uma rápida vista de olhos pelos anúncios de ofertas de emprego revela isso mesmo.

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) considerou que 48 por cento dos anúncios de ofertas de emprego publicados em 94 eram discriminatórios, apesar de a lei estabelecer coimas para quem publique anúncios discriminatórios em função do sexo.

A CITE denunciou casos óbvios, como os que pediam exclusivamente homens. Mas denunciou também outros, mais subtis e muito mais frequentes: porque eram pedidos gestores e não gestoras, porque era «esquecida» a fórmula (M/F), porque se pede que o serviço militar obrigatório eteja cumprido, e em Portugal só os homens o cumprem. Está criada a barreira psicológica.

### Entrevistas de emprego

Um estudo patrocinado pela CITE com 1200 trabalhadores revelou que a maior parte das mulheres conseguiu o seu primeiro emprego por meios não formais. Leia-se, por cunha. Os homens conseguiram-no, na maior parte dos casos, por convite ou por concurso.

Provar que se foi discriminada numa entrevista de emprego é praticamente impossível, porque será sempre a palavra da vítima contra a do entrevistador. Mas a verdade é que há perguntas sacramentais que são feitas a uma rapariga, recém-licenciada ou não, que se candidate a um emprego: se tem namorado, se vai casar, se está grávida, se pensa ter filhos, se já os tem.

As entidades empregadoras não querem perder tempo e dinheiro com uma trabalhadora grávida, que fique três meses com o bebé em casa, que vá com ele ao médico, que tenha redução de horário para aleitamento. As entidades empregadoras não querem, as mulheres continuam sujeitas ao desemprego ou ao trabalho precário.

Há casos de mulheres que ocultam a gravidez no momento da contratação, casos de mulheres que adiam os filhos até encontrar estabilidade no emprego, mulheres que assinam sob compromisso de honra que não ficarão grávidas até ao final do contrato. Há casos de mulheres que têm os filhos apesar da precariedade, porque já perderam a esperança de vir a ter uma vida profissionalmente estável. E não é difícil imaginar o número de abortos clandestinos que todos os dias são praticados neste país por mulheres postas entre a espada e a parede pelas ameaças mais ou menos veladas das entidades patronais.

### Discriminações salariais e na carreira

À partida, uma mulher com um diploma universitário auferir um vencimento 90 por cento maior do que o de uma mulher que tenha apenas completado o 12º ano.

Mas existe um reverso da medalha. Tome-se um homem e uma mulher portugueses, ambos em início de carreira, ambos com um canudo na mão: o homem ganhará, em média e sem justificação, mais 20 por cento que a mulher.

À reivindicação de que para trabalho igual, salário igual, grande parte das entidades empregadoras responderá que o trabalho das mulheres é quantitativamente inferior ao dos homens. Porque é a elas que cabe, tradicional e quase exclusivamente, o governo da casa e o cuidar dos filhos, e a conciliação entre a carreira e a vida pessoal prejudica o desempenho das mulheres (dizem).

Se o prejudica (e sublinhamos o «se»), ataque-se o problema de frente e não se use a maternidade como arma de arremesso contra as mulheres. Exija-se uma boa rede de assistência materno-infantil, uma rede de educação pré-escolar, a participação dos homens na educação dos filhos.

Ao nível da progressão na carreira, o problema é muito sério. Sendo quase metade dos trabalhadores por conta de outrem, as mulheres representam apenas 1/5 dos quadros dirigentes. Em 94, a CITE denunciou o facto de a proporção das promoções de indivíduos do sexo masculino ser muito maior que do feminino na Administração Pública. Se o Estado se comporta assim, imaginemos os privados.

Entretanto, as propostas de redução do horário de trabalho e dos tempos parciais prejudicarão principalmente as mulheres. A proposta do Governo para reformar a Função Pública consiste na possibilidade de os trabalhadores optarem voluntariamente pela semana de quatro dias, recebendo menos 20 por cento do salário e progredindo mais lentamente na carreira.

Sujeitas à culpabilização (ideológica, porque volta à baila sempre em alturas de forte desemprego) que as empurra para ficar em casa com os filhos, as mulheres serão as primeiras a querer aceitar estas fórmulas. Que só as prejudicam: a nível salarial, da carreira, do próprio processo de emancipação.

Portugal tem das mais avançadas legislações da Europa em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Mas a verdade é que muitas delas são letra morta. O que há a fazer é exigir a efectivação da legislação. Exigir que se faça mais e melhor pelos direitos da grávida, dos pais trabalhadores, que se vá ao fundo do problema. Que se processe judicialmente os agentes da discriminação.



**P**ortugal tem uma das mais avançadas legislações da Europa em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Na Europa comunitária, a directiva respeitante à igualdade de remunerações entre os dois sexos conta já com 20 anos de existência.

E no entanto...

No entanto, quer no País quer na União Europeia a realidade não deixa margem para dúvidas: as mulheres continuam a ser discriminadas a todos os níveis, a ser as principais vítimas do desemprego, a ser remetidas para funções «menores» e até mesmo estimuladas a ficar em casa confinadas ao papel de esposas e procriadoras. Os dois trabalhos que hoje publicamos são, mais do que um exemplo desta situação, um alerta para a necessidade de

alterar uma política – uma mentalidade? – que persiste em subaproveitar as capacidades de mais de metade da população. As boas intenções não bastam. Impõem-se medidas que garantam às mulheres o pleno direito à cidadania.

e d



# AUTÁRQUICAS 97



**É** com provas dadas e obra feita que a CDU encara com toda a confiança as próximas eleições autárquicas no distrito de Portalegre. Detendo a presidência das câmaras de Avis, Crato e Nisa, a Coligação Democrática Unitária tem como objectivos reforçar as suas posições nos municípios e freguesias onde é maioritária, apostando na conquista de novas presidências de Câmara e de assembleias municipais e de freguesia, bem como no aumento do número de eleitos e de votos no conjunto dos órgãos autárquicos do distrito.

A intensa actividade na preparação das eleições autárquicas tem-se traduzido na realização de numerosos contactos, reuniões, plenários e encontros, de cujo balanço resulta uma redobrada confiança na possibilidade de alcançar os objectivos da Coligação. Por outro lado, a obra notável dos seus eleitos em maioria e a sua insubstituível intervenção, mesmo quando estão em minoria, fazem justiça à afirmação de que CDU é trabalho, competência e honestidade.

Sem dúvida que o prestígio da CDU, granjeado ao longo de mais de duas décadas de poder local democrático, resulta da sua profunda identificação com as mais sentidas aspirações das populações e do seu empenhamento na resolução dos problemas. Mas é também consequência da forma como os seus eleitos exercem o poder, da sua ligação aos eleitores, incentivando uma gestão participada, contando com os contributos de todos os que estão interessados no desenvolvimento equilibrado das suas terras, sem discriminações de qualquer tipo.

**Joaquim Miranda**  
*«Se essa for a vontade dos meus conterrâneos, renunciarei ao mandato de deputado no Parlamento Europeu e assumirei a presidência da Câmara de Portalegre»*

## Portalegre Romper imobilismos

O concelho de Portalegre necessita de «um projecto de progresso e de futuro, capaz de romper com os tradicionais imobilismos e respostas avulsas e de trazer uma lufada de ar fresco». A afirmação é de Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu e cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Portalegre, que defende e protagoniza uma «candidatura de projecto».

Como explica é «um projecto alicerçado na participação dos portalegrenses na

vida quotidiana do seu município, apontado para o progresso económico e social do concelho e orientado para o bem-estar da respectiva comunidade».

Sublinhando a necessidade de efectuar «profundas alterações na acção municipal», o candidato tem como objectivos «dar novo ritmo, nova e mais ampla dimensão e maior consistência aos desempenhos nas áreas específicas da sua competência», ao mesmo tempo que considera que o concelho deve mover-se «em torno daquelas legítimas e justas aspirações e preocupações que extravasam os limites dessas competências».

O projecto da CDU visa assim terminar com métodos

arcaicos de funcionamento da Câmara e dos seus serviços e resolver as gritantes carências infra-estruturais que ainda subsistem ao nível das acessibilidades ou do saneamento, entre outras. Novas respostas são igualmente necessárias nos domínios urbanístico e da habitação, criando-se condições para a fixação de residência no concelho.

Nas prioridades do projecto da CDU está ainda a resolução do actual caos no estacionamento de automóveis no casco velho da cidade; a recuperação da cidade limpa e branca que Portalegre já foi; maior apoio à área da educação; a salvaguarda e promoção do património; novas formas de divulgação do concelho; criação de espaços de lazer. Para Joaquim Miranda trata-se, em suma, de «dar vida ao concelho».

### Aproveitar recursos

Outro conjunto de questões determinante para o bem-estar dos portalegrenses prende-se com o desenvolvimento económico e social. O projecto da CDU realça que «o concelho tem recursos e potencialidades não negligenciáveis. Tem uma tradição industrial quase ímpar no Alentejo. Tem a tapeçaria de inegável valor. Tem produtos agrícolas e agro-alimentares de indiscutível qualidade. Tem o ensino superior politécnico. Tem um património ambiental inestimável».

Apesar disso, a instabilidade radicou-se no concelho, constata Joaquim Miranda que refere alguns exemplos:

«Portalegre continua a quatro ou cinco horas de Lisboa, se utilizarem os meios públicos de transporte. O desemprego é preocupante. O emprego é escasso e precário. As situações de injustiça social multiplicam-se e fazem-se sentir já preocupantes fenómenos de insegurança. Nas fábricas vive-se com o credo na boca. A generalidade dos comerciantes vive com a corda na garganta. E, tão grave quanto isso, faltam perspectivas. Falta poder reclamativo ao conce-

lho. E tem faltado, também, quem dê o rosto a uma tal atitude de reclamação junto do poder central. São responsabilidades que cabem, em larga medida, a uma inegável inércia municipal».

### Sair da penumbra

O projecto para Portalegre passa ainda pela criação de uma vida cultural intensa no concelho, equipando-o neste domínio, dando campo à iniciativa criadora dos grupos, associações e outros agentes culturais existentes e incentivando o aparecimento de outros.

Dar voz ao concelho tirando-o da penumbra em que o colocaram é o que propõe a candidatura da CDU, protagonizada por Joaquim Miranda. Aos portalegrenses caberá optar em Dezembro: «quererão continuar a percorrer, mais alguns anos, o caminho sem saída que vêm trilhando, ou estarão na disposição de experimentar um novo percurso?»

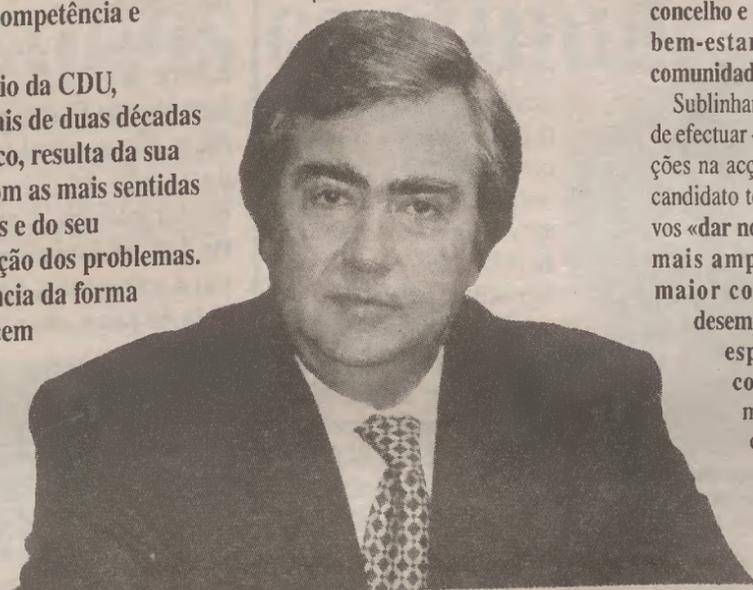
Joaquim Miranda é a este propósito peremptório:

«Se essa for a vontade dos meus conterrâneos e dos que aqui vivem, renunciarei ao mandato de deputado no Parlamento Europeu, assumirei a presidência da Câmara de Portalegre e partilharei com eles, de forma responsável, activa, empenhada e permanente uma nova e mais profícua caminhada no concelho de Portalegre».

Inequívoca é a crescente afirmação de uma vontade de mudança no concelho. Os múltiplos apoios que a candidatura vem recebendo, provenientes dos mais variados sectores políticos e sociais e bem evidenciados numa lista com mais de cem apoiantes, recentemente divulgada, a par com o clima de simpatia que em torno dela se desenvolve, aí estão para o confirmar.

A tal ponto que a candidatura da CDU está já a transformar-se na candidatura de e por Portalegre.

E Portalegre bem necessita de uma lufada de ar fresco!





Vista aérea da barragem do Maranhão junto à qual estão as instalações do Clube Náutico e as piscinas municipais

## Avis Gestão comprovada

Sempre com o apoio da população, a CDU tem desenvolvido ao longo de sucessivos mandatos um trabalho assinalável criando as infra-estruturas básicas, construindo equipamentos para cultura e lazer, promovendo a prática do desporto, apoiando as associações e colectividades.

António Raimundo Bartolomeu, presidente do município desde 1980, volta a encabeçar a lista da CDU «com a consciência do dever cumprido e uma forte convicção de que soubemos honrar os compromissos assumidos em 1993 com as gentes do conce-

lho, dando continuidade a um trabalho que teve o seu início em 1974».

Sobre o mandato que agora termina, a equipa da CDU sublinha que «sem egoísmos e sem objectivos pessoais, não enveredando por promessas fáceis nem demagó-



António Raimundo Bartolomeu é de novo candidato à Câmara de Avis

gicas, pautámos a nossa acção pelo contacto permanente com as pessoas, ouvindo-as sobre os seus problemas e carências, sobre o seus anseios, expectativas e ideias, procurando, em cada momento, apesar das dificuldades e insuficiências de meios, trabalhar sempre com o objectivo de encontrar as melhores soluções».

O trabalho realizado está à vista de todos. Neste mandato

O presente mandato foi marcado por diversas obras de pavimentação e remodelação da rede de esgotos



a Câmara construiu e melhorou estradas e arruamentos, ampliou a rede de saneamento básico, investiu em edifícios comunitários, desenvolveu o parque habitacional, apoiou todas as instituições de carácter escolar, social, desportivo e cultural.

Entre os muitos projectos realizados destacam-se a conclusão da Sala de Espectáculos Polivalente, a electrificação dos Covões, ETAR's, o parque de campismo, o mercado municipal, as piscinas e a praia fluvial, o novo pavilhão ginnodesportivo, a remodelação arquitectónica do edifício da Biblioteca fixa Calouste Gulbenkian.

A Câmara ampliou o parque de máquinas assim como adquiriu novos equipamentos para asfaltar as estradas municipais.

No próximo mandato, a CDU tem propostas para prosseguir o desenvolvimento económico do concelho que passam pela captação de novos investimentos na zona industrial e pelo aproveitamento turístico da Barragem do Maranhão através do Plano de Ordenamento desta zona.

Com a instalação da empresa Papelaco, serão investidos até ao ano 2001 quatro milhões de contos e serão criados 200 postos de trabalho no concelho.

Outros projectos serão concretizados. É o caso da Ponte suspensa sobre a Albufeira do Maranhão, cujos trabalhos estão a ser iniciados, e a construção do Quartel de Bombeiros Voluntários de Avis, financiado em 50 por cento pelo Município.

## Nisa A obra não pode parar

Retomar um projecto de futuro para o concelho capaz de atrair grandes investimentos no turismo e na indústria agro-alimentar e aproveitar eficazmente os valores regionais é a proposta que a CDU apresenta à população de Nisa para o próximo mandato.

Defendendo que o desenvolvimento de Nisa não pode parar, a Coligação considera que o artesanato, o património e a natureza podem e devem constituir pólos de criação de riqueza e emprego estável. Para concretizar estes objectivos, recandidata-se à Câmara uma equipa forte, decidida a reunir as condições políticas necessárias a uma gestão estável em colaboração com as forças interessadas no progresso de Nisa.

O presidente da Câmara e cabeça de lista da CDU, José Manuel Basso, reconhece que «o actual mandato não correu da melhor maneira. A maioria dos que foram eleitos para a vereação, com o voto do povo, em vez de

colaborar só criaram dificuldades; em vez da harmonia e participação empenhada, cultivaram o sectarismo e o ódio mais primário».

Discursando na apresentação da sua candidatura, José Manuel Basso sublinhou que «as obras que se fizeram de novo só possíveis graças à permanente colaboração com generalidade das juntas de freguesia, organizações, empresas, colectividades, associações de jovens, Igreja, centros de dia, Escolas, etc. - sempre disponíveis a pôr o bem estar das populações acima de politiquices baixas e vaidades de ocasião».

Num pequeno balanço o autarca referiu ainda que



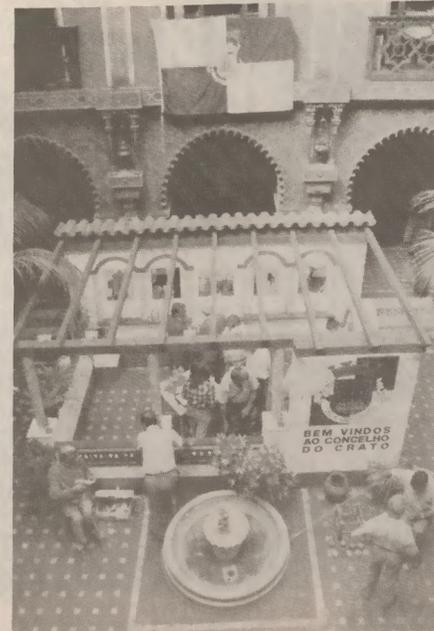
apesar das dificuldades «com o empenhamento de todos, no essencial, manteve-se uma dinâmica ainda maior na educação, cultura, desporto, apoio à juventude, associações em prol dos mais necessitados - idosos, deficientes, crianças».

A frente dos destinos do concelho desde 1983, em maioria ou minoria, a CDU é responsável por uma obra notável nas mais diversas áreas. Propondo-se prosseguir este trabalho, a Coligação quer apoiar os produtos regionais, nomeadamente a salsicharia com a criação do matadouro local e favorecer o crescimento industrial em Alpalhão e Tolosa.

Outra grande aposta para o próximo mandato é o desenvolvimento do turismo, assente no aproveitamento do Tejo e na defesa patrimonial e ambiental, bem como continuar a política de melhoramentos nas freguesias.



Apresentação pública da candidatura de José Manuel Basso, médico de 42 anos de idade, e actual presidente da Câmara Municipal de Nisa



Semana do Crato na Casa do Alentejo em Lisboa

## Crato Vamos continuar

Após o fim do primeiro mandato à frente da Câmara do Crato, a equipa da CDU, presidida por Manuel Sanches Ferreira, pode orgulhar-se da obra feita. E nunca é de mais relembrá-la.

Além de reequilibrar financeiramente a autarquia, o novo executivo camarário conseguiu ampliar o património municipal, desenvolvendo ao mesmo tempo obras em todas as áreas vitais do concelho: rede viária, pavimentações, calcetamentos, águas e saneamentos, habitação e loteamentos, desporto e cultura.

A Câmara concluiu numerosas infra-estruturas de água e saneamento de que são exemplos relevantes a estação de tratamento de águas residuais de Gáfete e o abastecimento de água a Monte da Velha e Pisão a partir da Barragem da Figueira Doida. Ainda nesta área o actual executivo camarário finalizou a construção das condutas de reforço de abastecimento de água a Gáfete, Monte da Pedra, S. Marcos e Arreganhada. Finalizadas foram também as condutas adutoras de Crato e Aldeia da Mata; a rede de água e saneamento da Tapada e Encarreiçadas; as infra-estruturas de Fonte do Crespo, da zona industrial e na Rua 1.

Fazendo um aproveitamento eficaz dos fundos disponibilizados pelo quadro comunitário de apoio 94/99, a Câmara procedeu à renovação da rede viária municipal interligando as sedes de fre-

guesia e a sede do concelho, bem como à pavimentação de ruas em várias localidades do concelho.

Na área da habitação social, a Câmara construiu seis fogos em Flor da Rosa, cinco fogos em Monte da Pedra, dando início à construção de mais duas dezenas de habitações em Crato.

Em construção está também as piscinas da Gáfete e do Crato, esta última coberta, balneários e um tanque de aprendizagem em Vale do Peso, sanitários no Campo 1º de Maio. Surgiram parques infantis em Gáfete e



Manuel Sanches Ferreira quer continuar a trabalhar em prol do concelho

Flor da Rosa e a autarquia está já a trabalhar para o futuro parque de Merendas em Crato.

As termas de Monte da Pedra beneficiaram de vários melhoramentos e de novos



Aqui vai surgir o novo parque de merendas do Crato

equipamentos construídos pela autarquia (entre outros o auditório municipal com cinema), facto que se repercutiu num aumento significativo do número de visitantes.

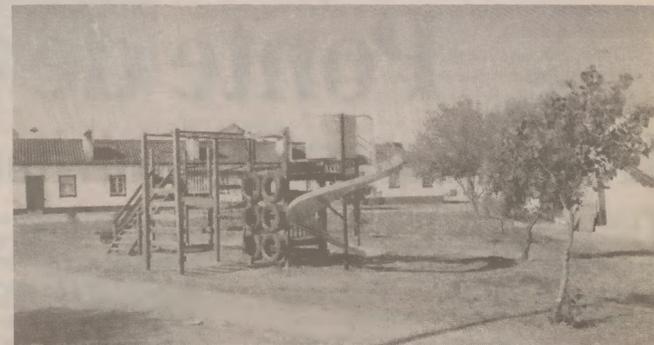
Ao longo deste mandato, o concelho conheceu uma dinâmica cultural importante, sendo palco para a realização de vários espectáculos, exposições de arte e outras inicia-

tivas. Aqui teve lugar a 1ª Bienal de Arte do Alentejo, decorreu o concerto e exposição «O Barroco no Norte Alentejano», a Feira do Livro, o lançamento do livro «O Combate de Flor da Rosa», entre outros acontecimentos que atraíram público e promoveram a imagem do concelho (refira-se ainda o exemplo da Semana do Crato na Casa do Alentejo).

É por tudo isto que «o concelho já não pode voltar atrás». Consciente de que «a construção do bem comum é uma tarefa permanente, porque melhorar as condições de vida é uma obra sempre por completar» a lista da CDU, encabeçada por Manuel Sanches Ferreira, propõe-se prosseguir o desenvolvimento harmonioso, apostando no desenvolvimento económico, designadamente na componente turística. Empenhada na luta pela construção da Barragem do Pisão, a CDU defende uma política que crie novos postos de trabalho, promova a cultura e o desporto, criando bem estar e riqueza no concelho.



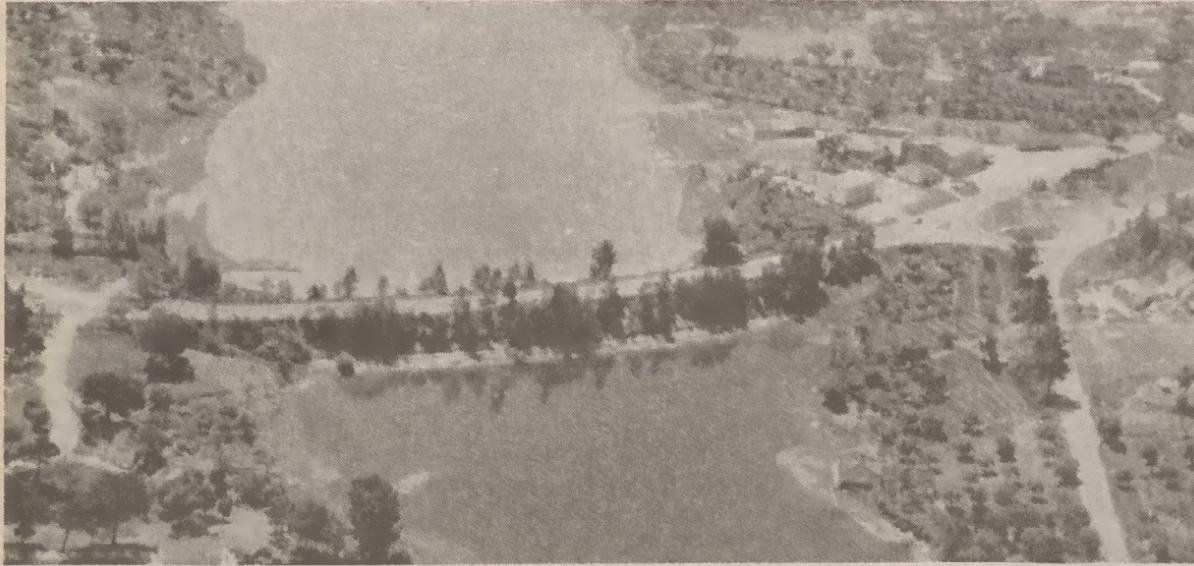
Em cima: construção de habitações sociais em Monte da Pedra. Em baixo: o novo parque infantil em Flor da Rosa



O loteamento da Tapada de Stº António é mais uma obra do mandato



## AUTARQUIAS



O programa de utilização e ordenamento da Barragem de Montargil deve ter em conta a opinião das populações e organizações interessadas

# Ponte de Sor

## Humanizar o desenvolvimento

O concelho é um todo. Por isso Ponte de Sor deve ter um desenvolvimento integrado que tenha em consideração os interesses económicos, sociais e ambientais, numa estratégia de complementaridade e solidariedade para com as freguesias.

Diálogo e parceria com todos os sectores, articulando responsabilidades e permitindo uma gestão participada, são assim as linhas de força do projecto da CDU, que se opõe à gestão isolada do actual executivo PS.

Como prova da sua vontade de ouvir e resolver os problemas e aspirações da população, a CDU propõe-se criar na

colaboração e participação de todos». Na sua perspectiva, é necessário promover uma estratégia global integrada, que compatibilize os interesses do ordenamento e do ambiente, a promoção das infra-estruturas básicas em plena articulação com as exigências do desenvolvimento económico.



Jorge Rebeca

em atenção a localização estratégica de Ponte de Sor, os seus recursos e principais vocações».

ensino, traduzindo-se na realização de iniciativas próprias do município e no apoio àqueles agentes locais». «Daremos particular atenção às relações institucionais com as juntas de freguesia do concelho, desde a identificação das necessidades e prioridades à definição dos investimentos e obras a realizar».

«Consideramos de extrema importância a criação de zonas de expansão habitacional e de apoio à instalação de pequenas unidades económicas nas freguesias rurais do concelho com vista à fixação das populações».

Garantindo que a sua equipa irá desenvolver uma política justa de recursos humanos, o candidato da CDU vê os trabalhadores do município como um valioso património, essencial para a concretização dos principais objectivos da autarquia.

Jorge Rebeca trabalhou como psicólogo em Ponte Sor, entre 1983 e 1989. Foi presidente da Assembleia Municipal entre 1985-89; vereador da CM de Évora entre 1989-93, sendo reeleito para o mandato 1993-97, sendo de presidente substituto da autarquia com os pelouros do Urbanismo e Habitação, Obras Municipais, Trânsito e Transportes. É membro do Conselho de Administração da Associação Nacional de Municípios do Distrito de Évora.



Aspecto da cidade de Ponte de Sor com o seu tribunal

Câmara um Gabinete do Concelho, que funcionará como um espaço aberto a todos os munícipes.

Apostando «numa atitude de diálogo sério e efectivo na procura das melhores soluções», o candidato da Coligação à Câmara, Jorge Rebeca, afirma que vai ser «o presidente de todos os pontessorenses» e deseja «o contributo de todos independentemente das opções ideológicas de cada um».

Segundo diz existe «uma condição que se nos afigura fundamental: o que for feito, o que tiver de ser feito terá que ser feito com o pensamento, o raciocínio e o coração postos do lado das pessoas e dos cidadãos de todo o concelho. O que queremos fazer, queremos fazê-lo com todos, com

«Procuraremos em estreita colaboração com o tecido empresarial e os seus representantes intensificar as condições de expansão das diferentes áreas económicas (comerciais, industriais, agrícolas ou turísticas), tendo

Mas outras propostas marcam o projecto da CDU:

«Desejamos incrementar a actividade cultural, desportiva, social e educativa, em conjunto com as colectividades, clubes, associações ou instituições de

**AUTARQUIAS**  
97

Trabalho • Honestidade • Competência

# CDU é obra!

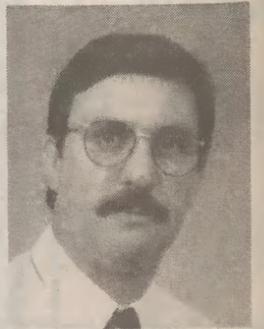
PCP-PEV

# Elvas

João Manuel Matias Vintém apresenta-se à população de Elvas disposto «a dar o arranque para uma nova era do desenvolvimento do concelho, adormecido até agora».

Exerce o seu terceiro mandato como vereador na Câmara Municipal, tendo sido em 1980/82 membro da Assembleia Municipal de Elvas, e em 1986/89, membro da Assembleia de Freguesia de Vila Fernando.

Conhecedor dos problemas locais, está à frente de uma lista que tem como objectivo trazer investidores para o concelho, invertendo a actual «filosofia de terrenos» na zona industrial. Define ainda como prioridades divulgar a imagem do concelho para atrair visitantes compensando a quebra de movimento que o IP7 irá provocar, defendendo a sua integração numa região de turismo. A CDU compromete-se ainda a tudo fazer para que a cidade de Elvas seja classificada como património mundial.



João Vintém

# Arronches

Tem 44 anos, chama-se José António das Dores Botelho e é tesoureiro da Junta de Freguesia de Assunção no presente mandato. Encabeça a lista da CDU à Câmara Municipal de Arronches porque quer «fazer mais e melhor».

Segundo afirma o concelho tem potencialidades cujo desenvolvimento requer trabalho, honestidade e competência. Por isso as suas gentes só têm a ganhar com a intervenção dos eleitos CDU para travar a desertificação, o isolamento e a interioridade.

«Eleito na Câmara estarei em melhores condições para trabalhar pelo desenvolvimento económico, social e cultural do concelho».



José Botelho

# Sousel

Já foi vereador na Câmara no mandato de 1982-1995. Agora é o primeiro candidato da lista da CDU à Câmara e afirma que Sousel «precisa de uma gestão competente e isenta, que conte com todos - homens, mulheres e jovens, trabalhadores e empresários, colectividades culturais e recreativas, instituições de solidariedade social e outras entidades».

Só desta forma o concelho poderá aproveitar as potencialidades, afirma José Coelho da Rosa, independente, 55 anos de idade, empregado bancário natural e residente em Sousel. Tem o firme propósito de «unir todos os souselenses para retirar este concelho do marasmo em que se encontra».



José Coelho da Rosa

# Monforte

Rui Maia da Silva tem 49 anos, é bancário, membro do PCP, delegado sindical e membro do Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul. Foi presidente da Junta de Freguesia de Assumar, entre 1984-88 e 1989-93, sendo actualmente vereador na CM de Monforte.

Cabeça de lista da CDU à Câmara, Rui da Silva considera que a actual gestão do PS tem estado de costas viradas para as juntas de freguesia e apontando ainda a ausência de uma política de juventude, num concelho onde o desemprego é uma catástrofe.

Entre as várias propostas da sua candidatura destacam-se o desenvolvimento industrial, dinamizando e facilitando a instalação de empresas; a construção de habitação social nas freguesias; a aplicação de uma verdadeira política de turismo, dotando o concelho de equipamento como um parque de campismo, praia fluvial e um motel.



Rui Maia da Silva



# Mulheres desemprego discriminação



## Igualdade de remunerações — para quando?

**A** luta das mulheres por «salário igual, para trabalho de igual valor» é já muito antiga e tem consagração legal. A nível da União Europeia o Tratado de Roma estabelece no seu artigo 119º que «cada Estado-membro garantirá e manterá a aplicação do princípio da igualdade de remunerações entre trabalhadores masculinos e trabalhadores femininos, por trabalho igual».

Vinte anos após a aprovação da Directiva relativa à igualdade de remunerações entre homens e mulheres continuamos a verificar que no conjunto dos Estados-membros existe uma diferença salarial entre 20 e 30% e que apenas 20% da contratação colectiva aborda o tema das desigualdades existentes.

Uma das razões que tem atrasado a aplicação desta legislação é a dificuldade existente em avaliar trabalho de igual valor, sem um sistema de avaliação profissional.

Há diferenças notórias nas descrições de empregos para mulheres e para homens, sendo os empregos masculinos frequentemente qualificados de técnicos e de elevada responsabilidade, comparados com os empregos femininos que tendem a ser descritos apenas em termos do esforço requerido. Há as classificações tendo por base as diferenças corporais (força física) e disponibilidade. Há a segregação vertical e horizontal dos empregos ocupados por homens e por mulheres (os empregos femininos continuam a ser menos remunerados).

Aos postos de trabalho podem, assim, ser atribuídos perfis diferentes, conforme quem está a descrevê-los.

Outro problema reside no facto de a legislação existente pecar por não definir os critérios para avaliar o valor dos trabalhos que serão postos em confronto.

E o caso complica-se ainda mais uma vez que, sendo consideradas comparáveis apenas situações existentes dentro da mesma empresa, não permite comparar situações dentro do mesmo sector e muito menos intersectorialmente.

### «Código de conduta» é insuficiente

Face a todas estas dificuldades a Comissão Europeia elaborou um «Código de Conduta relativo à aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de igual valor» destinado prioritariamente aos parceiros sociais aos vários níveis (nacionais, regionais e de empresa) e aos trabalhadores que entendam ser vítimas de discriminações salariais.

Este «Código de Conduta» fixa orientações relativas à análise das estruturas de remuneração e apresenta algumas ideias acerca do plano de acção a adoptar uma vez concluída a análise do regime de remunerações.

Sobre o conteúdo deste código, o Parlamento Europeu aprovou recentemente um relatório elaborado por Laura Gonzalez Alvarez, deputada espanhola do Grupo Esquerda Unitária (de que fazem parte os eurodeputados do PCP), em nome da Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego, em que se apontam algumas medidas concretas, tais como:

- assegurar a consulta e participação dos trabalhadores, sobretudo do sexo feminino, nos processos de negociação colectiva e na concepção e aplicação de sistemas de avaliação, não baseados no sexo, de postos de trabalho;

- fomentar a difusão do código entre os empresários, os trabalhadores e os representantes sindicais.

Por proposta de Sérgio Ribeiro, este relatório insta ainda os Estados-membros a criarem uma rede de peritos que procedam à verificação do cumprimento da legislação e a preverem processos e sanções que assegurem a sua aplicação concreta e solicita à Comissão e ao Conselho a rápida aprovação da directiva sobre o ónus da prova.

Embora, no geral, se considere que este código pode constituir mais uma ferramenta que pode contribuir para a igualdade de remunerações, por si só ele não será suficiente para eliminar as situações de discriminação existentes.

Como diz Laura Gonzalez Alvarez no seu relatório, a diferença entre os rendimentos dos homens e das mulheres deve-se não só a uma subavaliação do trabalho feminino, mas igualmente ao facto de as mulheres se concentrarem em determinados sectores da economia (segregação horizontal) ou nos escalões hierárquicos mais baixos, tanto nas organizações públicas como privadas (segregação vertical), ou se encontram abrangidas por contratos atípicos que oferecem más condições de trabalho e escassa protecção social.

Se, 20 anos após a adopção da directiva relativa à igualdade de remunerações entre homens e mulheres, ainda se viu a necessidade de elaborar um «código de conduta», facilmente concluímos que, no que respeita a esta matéria, os progressos não foram suficientes.

O movimento sindical e os seus representantes nas negociações das convenções colectivas terão de estar mais atentos às formas mais ou menos explícitas de discriminação. As mulheres trabalhadoras terão de estar mais vigilantes na reivindicação deste direito.

■ Fátima Garcia

## EM FOCO

**A** CAMPANHA de deturpação que o PS vem procurando fazer sobre o processo de regionalização impõe um breve mas indelével roteiro das situações de facto. A regionalização é um imperativo constitucional desde 1976, a que os Governos do PSD, do Bloco Central e, mais recentemente, do PS de António Guterres se têm recusado dar cumprimento.

Após as eleições de 1995, com a verificação de uma maioria numérica (PS, PCP e PEV) na Assembleia da República que se declarava favorável à regionalização, pareciam estar criadas as condições necessárias e suficientes para que, finalmente, fossem criadas as regiões administrativas.

Tanto mais que o PS, para além de todo o seu discurso regionalista enquanto partido da oposição nos dez anos de cavaquismo, se havia expressamente comprometido durante a campanha eleitoral a concretizar a regionalização. Por todos os compromissos escritos, cito o constante do "Contrato de Legislatura", pág. 10: "Considera-se indispensável dar finalmente cumprimento às disposições constitucionais para a criação das regiões administrativas no continente". A que se pode e deve acrescentar a promessa do actual Primeiro-Ministro de que as primeiras eleições para as regiões administrativas se realizariam em simultâneo com as eleições autárquicas de 1997!

Pela parte do PCP, logo em 7 de Fevereiro de 1996 fizemos a apresentação do Projecto de Lei relativo ao "processo de criação e instituição das Regiões Administrativas".

Dois meses depois, nas suas Jornadas Parlamentares de 9 e 10 de Abril de 1996, o PS anunciava a apresentação dos seus projectos de lei sobre a matéria e reafirmava o seu compromisso de dar, "finalmente, cumprimento ao objectivo constitucional de aproximação da Administração Pública em relação aos cidadãos e contribuindo para o desenvolvimento do país".

Aliás, passadas 24 horas (a 11 de Abril), no Plenário da Assembleia da República, o actual presidente do Grupo Parlamentar do PS, ao apresentar os projectos de lei do PS sobre regionalização, falava "grosso" e aparentemente peremptório: "Não esqueçamos nem renegamos os compromissos estabelecidos, não metamorfoseamos posições e comportamentos, não abdicamos de convicções nem contrabandamos desígnios. Agrada-nos particularmente salientar a fidelidade agora manifestada para com um compromisso regional (...). Ainda bem que agora o Governo e a maioria parlamentar que o sustenta não estão dispostos a nenhuma rendição que se traduza no adiamento de uma reforma que se nos afigura essencial por vários e relevantes motivos".

Entretanto, o PSD começara a "ameaçar" o PS caso ele intentasse avançar com o processo da regionalização.

Mas, segundo o PS, podíamos estar descansados e confiantes. O processo de regionalização iria avançar sem hesitações pois, como dizia, ainda, Francisco Assis, "o destino deste Governo (do PS, não confundamos) e desta nova maioria não há-de ser o da imolação dos seus desígnios no altar das suas conveniências mas antes o da afirmação das suas posições neste tempo tão decisivo que é o nosso".

O pior é que, como sabiamente diz o nosso povo, palavras leva-os o vento. Bem cedo o PS no Governo se começou a mostrar, também em relação à regionalização, um "clone" do PSD no Governo.

É certo que em 2 de Maio de 1996 (há quase quinze meses!) foram aprovados na generalidade os projectos de lei do PCP, do PS e do PEV relativos à regionalização. Mas depois disso o PS tudo tem feito para congelar o processo de regionalização, e mesmo para criar as maiores dificuldades à sua concretização.

Naquela data foi aprovada igualmente uma Resolução, da iniciativa do PS, que abria um processo, indispensável, de consulta pública aos Municípios por 90 dias, o qual deveria estar terminado em 15 de Outubro de 1996. Mas entretanto começaram as negociações do PS com o PP e o PSD sobre a revisão constitucional. E a febre do PS sobre a revisão foi eliminando qualquer vontade política dos socialistas para realizar a regionalização. Pelo menos nos termos em que a Constituição há mais de 20 anos o impunha e o PS se havia comprometido a concretizar.

Logo em 25 de Julho de 1996 o PS fazia aprovar na Comissão um prorrogação do prazo de consulta pública por mais 60 dias, isto é, até 15 de Dezembro.

E depois desta data, tudo o que o PS fez em matéria de regionalização foi acordar com o PSD e o PP a alteração do texto constitucional (fazendo depender a instituição em concreto das Regiões da realização de dois referendos) e protelar, na Comissão respectiva e no Grupo de Trabalho para o efeito criado, qualquer avanço no processo de criação das Regiões antes da aprovação da revisão constitucional.

Contrariamente ao que pomposamente afirmava o actual presidente do Grupo Parlamentar do PS em Abril de 1996, o que ao PS fundamentalmente interessava não era cumprir a palavra e as promessas eleitorais, não era a concretização do "desígnio" nacional da

# Verdades sobre o processo de regionalização

■ Octávio Teixeira  
Membro da Comissão Política

regionalização administrativa do Continente. O que para o PS e o seu Governo era importante e prioritário era o desígnio do PS de conseguir uma revisão constitucional que defraudasse profundamente o sistema político-eleitoral, de forma a que no futuro pudesse vir a obter mais deputados com o mesmo ou menor número de votos. Sem qualquer respeito pelo princípio democrático da proporcionalidade, sem respeito pela adequada representação parlamentar da vontade expressa pelos eleitores, sem respeito pela representatividade regional dos eleitos para a Assembleia da República.

Entretanto o PCP foi, sempre, batalhando pela concretização da regionalização, fiel aos seus compromissos e a uma reforma do Estado que pode ser um valioso contributo para a descentralização administrativa do Estado, para o aprofundamento da democracia e a aproxi-

CC: "A definição de responsabilidades pela previsível inviabilização da regionalização far-se-á no momento da votação da revisão constitucional e não em qualquer outro momento ou situação posteriores".

E foi igualmente por isso que nas Jornadas Parlamentares do PCP, no passado dia 7 de Junho, o Secretário-Geral do PCP desafiou o PS a aprovar na Comissão especializada a criação das regiões administrativas até ao passado dia 4 de Julho (dia em que deveriam terminar os trabalhos da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional).

Em resposta a este desafio, e depois de derrotar a proposta apresentada pelo PCP, o PS fez aprovar na Comissão uma sua proposta segundo a qual o Grupo de Trabalho, "sob a forma de proposta à Comissão", aprovaria as áreas das regiões até 10 de Julho e que, "no dia 15 de Julho as áreas das regiões administrativas" seriam "votadas em Comissão".

A verdade, porém e mais uma vez, é que mesmo antes daquelas datas, o PS tomou a dar o dito pelo não dito, e pretendeu que na Comissão fossem aprovadas, agora até ao dia 31 de

Julho, apenas 6 das Regiões e que as restantes, relativas ao Alentejo, ao Minho e ao Douro Litoral fossem transferidas para o plenário. Isto é, na sua "manha" de fazer o discurso público da regionalização e, simultaneamente, actuar na prática para a continuar a adiar e eventualmente inviabilizar, o PS pretendia fazer mais uma charlatanice política, votando apenas metade das áreas regionais, isto é, não votando nenhuma lei de criação das Regiões.

Tudo isto interligado com ambições pessoais de alguns dirigentes locais do PS no distrito de Beja beneficiando do apoio do eng. Guterres.

Por isso no passado dia 22 de Julho, o representante do Grupo Parlamentar do PCP no Grupo de Trabalho para a Regionalização, fez mais uma clara declaração sobre as posições do PCP em matéria de regionalização, e expressou de forma iniludível que só continuaria "a comparecer nas reuniões do Grupo de Trabalho se e enquanto estiver em discussão a definição das áreas de todas as Regiões Administrativas, e não apenas uma parte delas como o pretende o PS". Porque, para o PCP, "a chamada questão Alentejo não é um problema de interesse partidário ou de calculismo eleitoral. É uma questão de princípio. Assente na ideia do respeito da vontade dos municípios e de que a regionalização deve ser feita de baixo para cima. Se, para atender a ambições, fosse rompido este princípio, deixaria de haver critério para resolver todas as outras situações que restam no País". Incluindo no Minho e no Douro Litoral.

Estas são, em resumo, a essência das posições assumidas pelo PS e pelo PCP no processo recente tendente ao avanço da lei de criação das Regiões Administrativas. É fácil de ver quem faz chicana política e procura fugir às promessas e declarações de amor pela regionalização. Pela parte do PCP não houve nem há "chantagens". Há sim, e exclusivamente, fidelidade às nossas promessas e às nossas convicções. E se essa fidelidade igualmente existisse da parte do PS, em Dezembro deste ano teríamos as primeiras eleições regionais!

Possivelmente, na véspera do dia em que esta edição do *Avante!* aparece nas bancas, no meio de mais uma tentativa de dramatização da vida político-parlamentar, o PS terá, eventualmente e a contragosto, votado na Comissão a área das regiões administrativas.

Mas quer assim tenha acontecido quer não, é fundamental deixar claras três questões: a primeira, a de que o PS tudo fez para atrasar e travar o processo de regionalização; a segunda, a de que foi feita a prova de que era possível fazer a regionalização no quadro da Constituição em vigor; a terceira, a de que com a revisão constitucional em curso, nos termos em que a acordou com o PSD e o PP, o PS deixa na dependência desses dois partidos, adversários da regionalização, a referendária instituição em concreto das Regiões.

O PS continuará, pois, a ser o único e inegável responsável pela previsível inviabilização da regionalização.

**É fácil de ver quem faz chicana política e procura fugir às promessas e declarações de amor pela regionalização**



mação do poder aos eleitores e para o desenvolvimento regionalmente equilibrado do nosso País.

E fomos alertando os cidadãos, e acusando o PS e o seu Governo, de estarem a criar dificuldades acrescidas ao processo de regionalização e, eventualmente, a impedir que ele alguma vez se venha a concretizar.

Foi assim, por exemplo, que em 7 de Maio deste ano, o Comité Central reafirmou duas ideias essenciais: uma, "a de que as previsíveis dificuldades de concretização ou o provável congelamento da regionalização decorrerão essencialmente do propósito do PS, em aliança com o PSD e o PP, de inscrever na Constituição a obrigatoriedade de sujeitar a concretização da regionalização a dois referendos prévios"; outra, a de que "o único compromisso que, nesta matéria, o PCP assumiu e assume perante o País, é o da criação e instituição em concreto das regiões administrativas, pelas formas previstas nas normas constitucionais actualmente em vigor". E acrescentava o

EM FOCO

# Movimentações na zona aberta



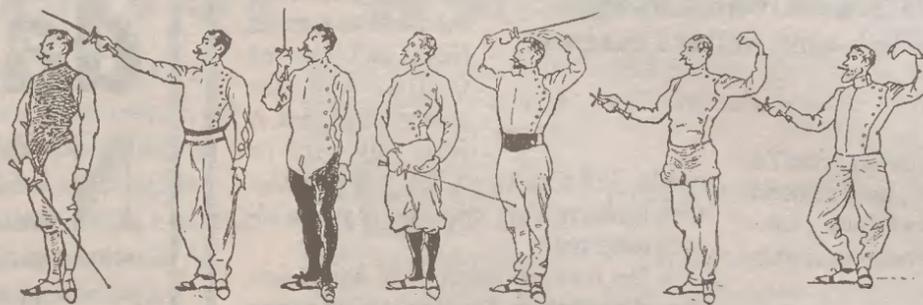
T R I B U N A

**D**urante a interpelação do PCP ao Governo realizada no passado dia 10 de Julho, o ministro António Vitorino criticou o PCP por "manter uma leitura fechada da sua identidade própria", incitando-o a "enveredar decididamente pela sua modernização".



■ João Amaral

Menos de duas semanas decorridas, o reacendimento público da crise larvar que o PS vive veio mostrar que a "modernização" do PS levada a cabo pela sua actual direcção, antes de ser a razão principal para a falta de entendimento com o PCP, é a razão principal para a linha de fractura interna que o PS hoje exhibe perante o país. Antes de tentar convencer(!) o PCP a "modernizar-se", o secretário-geral do PS teria de convencer uma parte substancial do seu próprio partido de que a "modernização" a que procedeu não o afastou decididamente da esquerda. Vai ser uma tarefa muito difícil, porque, na "modernização" do PS, António Guterres deitou fora a água do banho ... e o



PCP derivam de uma alegada postura fixista (com a tal falta de "modernização") e não de uma postura consequente de esquerda. Até em alguns, que agora dentro do PS criticam com severidade António Guterres, houve tempo em que essa análise prevaleceu. Quando foi a questão das 40 horas, há quase um ano e meio, Helena Roseta falava da "desesperada tentativa do PCP de encostar o PS à direita". Era o tempo que, analisando as políticas governamentais, Helena Roseta ainda acreditava que Guterres governaria à esquerda ...

Na realidade, a construída ideia de um PCP fixista continua a ser pretexto para muito anticomunismo e muito preconceito. Quando alguns dizem: "se o PCP mudasse, seria possível o entendimento com o PS", o

Vale a pena registar o tom do debate nas declarações do ministro Carrilho e de Manuel Alegre. Diz Carrilho: "Alegre é um homem do passado, que não se reconhece no mundo de hoje e que não alinha na estratégia do PS enquanto partido do futuro". Responde Alegre: "Não me reconheço no mundo de hoje porque é um mundo feito de muitas desigualdades, um mundo onde há ainda muitas batalhas para travar, para transformar o Mundo e a sociedade. Sou um homem com um passado e orgulho-me do meu passado".

(aparente) acalmia que forçosamente o regresso de Guterres do périplo sul-americano vai trazer.

Para Guterres, é muito importante manter esta corrente contestatária controlada dentro do PS. Enquanto isso suceder, o PS pode manter um diálogo à esquerda através dessa corrente, o que significa a neutralização do espaço vazio. Por outro lado, Guterres espera que passada a questão da revisão constitucional, a contestação abrande e possa ser mais controlável.

Para os contestatários, o objectivo mais adequado seria a recomposição da direcção do PS e das orientações do Governo. Mas as dificuldades de uma tal estratégia são enormes, tornando-a praticamente inexequível. Resta a tentação autonómica, da corrente organizada, da maior ou menor fractura.

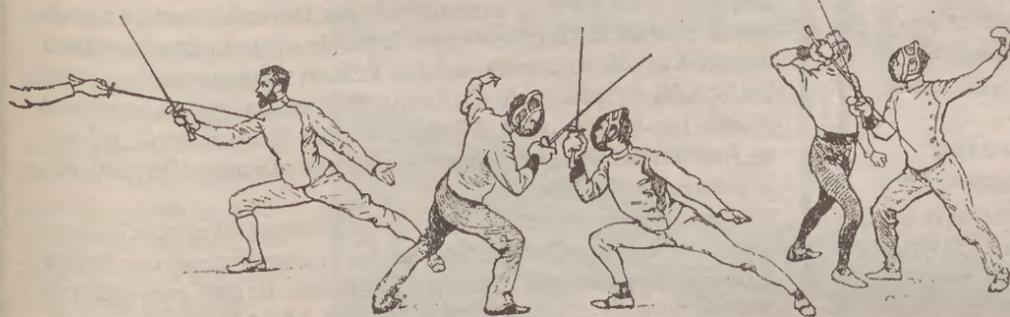
Seja como for, uma crise tão profunda e tão vasta como esta volta a pôr na ordem do dia a questão central do espaço vazio à esquerda. É o que os modernos alarmes de segurança chamem como "zona aberta".

Mas a questão do espaço vazio já não aparece só como um desafio, tendo em vista a sua ocupação. Já não se trata somente de saber se o PCP ocupa esse espaço, ou se ele se perde no desencanto e no conformismo (ou então nalguns dos radicalismos que sempre aparecem nestas ocasiões). A questão agora é mais complexa, porque obviamente há sérias movimentações nessa zona aberta.

Desde a JS, que promove o livro sobre "O que é governar à esquerda?", até ao "grupo de fundadores do PS" que exprimiu a sua solidariedade com Alegre; desde os nomes indicados por Soares para aquele livro (onde estão, por exemplo, Maria de Lurdes Pintassilgo, Helena Roseta, Vital Moreira, Fernando Rosas e Boaventura Sousa Santos), até ao grupo de intelectuais que fez uma pública declaração de apoio às posições de Alegre e Almeida Santos na votação de Vizela (onde figuram, por exemplo, as assinaturas de Sophia de Mello Breyner, Mário Cláudio, João de Melo e José Saramago), a realidade visível é a de que as movimentações na zona aberta são múltiplas, e exigem a máxima atenção e grande rigor de análise. Todas as hipóteses devem ser consideradas, num quadro em que possíveis choques podem empurrar para fora do actual quadro partidário pessoas e grupos mais ou menos organizados.

Cada vez se torna mais urgente organizar o diálogo do PCP com o País, tendo em vista o estabelecimento de pontes com esse espaço vazio. As movimentações existentes mostram que não é um terreno para "caçadores solitários". É uma zona aberta, à procura de quem saiba corporizar anseios e aspirações, há muito conhecidos.

O PCP pode e deve fazê-lo.



menino! O PS de Guterres, de socialista e de esquerda, já não tem nada.

Mas, o truque de retórica do ministro António Vitorino, que visto a esta luz se desmascara com uma impressionante facilidade, obteve um inacreditável e inaceitável êxito junto da comunicação social. Distraídos ou mal informados (ou por outras

que estão a inculcar é a ideia de um PS sem responsabilidade nas políticas de direita que hoje executa. Estão a desculpar o PS da opção que fez pelas políticas de direita. Estão a evitar esta questão central: para que haja política de esquerda em Portugal, quem tem que mudar é António Guterres e a equipa dirigente do PS, não o PCP.

Mas estão ainda a realizar outro objectivo: estão a tentar fechar a porta ao PCP para impedirem o seu progresso no terreno político e

razões ...), houve jornalistas que deram crédito à charla de António Vitorino, segundo a qual o PCP tinha pela frente o dilema de, ou manter as suas posições "correndo o risco de abrir as portas ao regresso da direita ao poder", ou então fazer a tal "modernização", caso em que estaria "consolidando por direito próprio uma posição contra-

tual no nosso sistema democrático-representativo". Esse núcleo de jornalistas aceitou tudo o que estava implícito neste discurso de Vitorino, designadamente que o PS se situava na esquerda e praticava uma política de esquerda, que ficaria em risco se o PCP não a apoiasse, e que só por o PCP não actuar de forma "modernizada" é que não aceitava a oferta para uma contratualização política com o PS.

Com o truque malabarista de Vitorino, o PS procura precisamente consolidar uma ideia segundo a qual as posições críticas do

social que está aberto com a gestão de direita da actual direcção do PS. Esta é uma questão central, cuja análise não pode ser separada da crise no interior do PS.

A crise do PS não é casual e Vizela é tão somente um pretexto para uma questão que é muito mais vasta. Não é uma crise que tenha nascido há duas semanas com a posição do Grupo Parlamentar do PS quanto ao cumprimento de promessas eleitorais. A questão das promessas eleitorais não cumpridas não esgota, nem é o centro, nem de perto nem de longe, da polémica que divide o PS.



# 11 Eu opto tu optas, ele opta

**F**oi agora anunciado que o «progressivo» governo de Tony Blair se prepara para obrigar os reformados a pagar parte substancial dos tratamentos médicos e uma grossa fatia dos medicamentos.

O nosso Sacatrapo, em conversa com Zoe Nickson, a professora de piano, agora despedida pela Escola de Música, porque a Música, quanto a lucros, é de uma ineficácia confrangedora, comentou:

– Quem nasce pobre vê a luz do dia numa prisão.

Zoe, que aprende agora a dedilhar num outro teclado, o de um computador de aviário, responde:

– Sempre foi assim. Chega um novo primeiro-ministro todo casado com a verdade, todo promessas de ser fiel até morrer aos que o elegeram. Só que a verdade e os primeiros-ministros não são coisas que se possam conciliar dentro de um casamento normal. Eles e as respectivas metafóricas mulheres vivem em quartos separados quando não em moradias situadas bem longe umas das outras.

Sacatrapo também ataca:

– A verdade! É coisa que sempre se misturou num cadinho com mil mentiras, de tal maneira misturadas que não há analista químico que seja capaz de destrinçar umas das outras.

Zoe Nickson, com quem ele fala no **Green Dragon, pub** onde o proprietário barafusta contra o aumento de 5 pence em cada pint de cerveja, confidencia:

## SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro  
Torres



– Os meus pais estão muito desiludidos e já me disseram que deve sempre votar-se em quem menos prometa. Quem promete menos não desilude tanto. O eleitor, qualquer eleitor, é sempre dotado de uma enorme ignorância. Ora a ignorância, numa democracia, prejudica a segurança de todos. Viu o **Independent** de hoje, com a estatística onde se revela que o seu país é um dos mais atrasados do mundo em aritmética e matemática? Não viu que uns certos estudantes, incapazes de entender a Geometria Descritiva, querem acabar com ela? Parece-me que Portugal não vai melhor do que a Inglaterra quanto a circunvoluções cerebrais.

– É verdade, Zoe. Em Portugal acontecem coisas ao nível do Uganda e do Bangladesh. Mas vamos melhorar. Estamos ainda a vencer cinquenta anos de obscurantismo absoluto, sob a égide de um tal Salazar. Meio século da ineficiência característica de todas as ditaduras, à esquerda ou à direita. Um Governo acima da lei que alguns cretinos, no meu país, afirmam não ter sido um fascismo.

Zoe remexeu-se na cadeira:

– Você, Sacatrapo, às vezes é um chato. Sempre a remoer em velhas feridas. O que eu lhe quero dizer é que esta medida do Tony Blair já provocou consequências graves no casal Shergold que vive ao pé de mim em Ullswater Avenue.

– Ah!, conheço-os! Já bastante velhos. Ele, o Norman, está quase cego. A Betty manca de uma perna, sem dentes.

– É a fome casada com a vontade de comer – comentou Zoe. – Reforma pequena. Têm um pequeno pé de meia de quinhentas libras, uma miséria. Uma coxa a conduzir um cego. Sim, porque ele não vê quase nada.

– Pobre gente! A viver assim numa avenida

com aspecto de próspera. Mas eu compreendo. Nas chamadas Avenidas Novas de Lisboa há famílias que não ganham para comer. A fome não pára no

mundo. Você ainda é nova, Zoe, pode reciclar-se como operadora de um computador de aviário, talvez a contar ovos.

– Sim, num certo sentido é isso. Mas há também galinhas a abater. Não põem ovos que rendam o que comem em milho. É um problema de custo-eficácia: *Cost-effectiveness* é a palavra de ordem. Tudo tem de ser *cost-effective*. Por isso deixei de ser professora de piano.

Sacatrapo ia comendo amendoins muito salgados e bebendo uma cerveja **Brains**:

– E esse casal Shergold?

Zoe só respondeu passado um bom minuto de perplexidade.

– Imagine que o Norman e a Betty tinham esse dinheiro guardado para o funeral de qualquer dos dois. Mas a Betty queixa-se que não tem dentes, que só poderá ter uma dentadura nova através do Serviço Nacional de Saúde (DHSS). Ora a bicha de espera obriga-a a uma demora de dois anos.

Sacatrapo não tem vontade de rir, mas mofa:

– É um caso de opção cómica-trágica: o funeral ou os dentes.

– Sim, até é, porque a Betty pretende convencer o marido que quem cá ficar que os enterre. Ela precisa de redescobrir o prazer de tornar a trincar uma coxa de galinha. É justo.

– Uma galinha do seu aviário?

– Isso, divirta-se, Sacatrapo. O pior é que o Norman responde sempre que trincar coxas de galinha é alto luxo. Gastar quinhentas libras em dentes impecáveis, bem firmados nas gengivas que lhe permitam a ela andar a

esmoer coxas de frango? Que ir a um dentista particular tinha muito que se lhe dissesse!

Sacatrapo interessou-se:

– Muito que se lhe dissesse? Que se lhe dissesse o quê?

– É que o marido objecta e objecta sempre por muito que, ao andar guiado pela mão de Betty, anda a tropeçar no mundo. Ele diz, e tem razão, que o Serviço Nacional de Saúde acabaria por descobrir que ele recorria à medicina privada. Ora tal implicaria dinheiro escondido, posses, um salto para além do limiar da pobreza.

– Mas os governos não existem para fazerem tudo para acabar com ela?

Zoe Nickson, a pianista de computador de aviário, responde:

– É verdade. Isso é verdadeiro. Você lembra-se de uma frase do antigo presidente Johnson proferida quando ele tomou o poder depois do assassinato do Kennedy em 1963?

– Não me lembro nada. Como me poderia lembrar?

– Pois o presidente Johnson declarou que, a partir dele, só haveria uma guerra. Uma guerra incondicional. A da luta contra a pobreza nos Estados Unidos.

– E então? – espantou-se Sacatrapo. – Não são os Estados Unidos o país mais rico do mundo? Dinheiro nunca lhes faltou.

– Sim, só que todo o dinheiro disponível de Johnson foi gasto na guerra do Vietnam. Era muito mais *cost-effective* para a economia americana. Uma questão de opção.

– Como a do casal Shergold? – interrogou Sacatrapo.

– Talvez. Os dentes ou um funeral de primeira classe.

## Um auxiliar de leitura...

■ Jorge Messias

# O governo da Igreja ⑧

**N**as formas características de funcionamento da *Congregação da Educação Católica* podem assinalar-se os mesmos traços que caracterizam as estratégias de grupo adoptadas nos outros superdicastérios do Vaticano: um esquema circular que, periodicamente, reconduz à congregação os mesmos responsáveis; e um reforço contínuo das ligações que o dicastério alimenta com alguns «lobbies» eclesiásticos da mesma família. Na área da Educação Católica, esta constante é evidente.

Na pirâmide do poder que domina o governo da Igreja institucional, e a um primeiro nível, os super-dicastérios procuram, de uma forma geral, recolher as simpatias preferenciais das «eminências pardas» que dominam os bastidores do Vaticano, também elas organizadas em grupos de pressão, com os seus apoios próprios e os seus «homens de mão». No caso da Congregação da Educação Católica é notória, por exemplo, a preocupação dos seus dirigentes em promover a aproximação ao dicastério dos chamados «grandes eleitores» e dos seus colaboradores directos, vários dos quais temos vindo a mencionar, como é o caso dos cardeais Sodano, Solmalo, Silvestrini, Tomko, Ratzinger, Ortas, Gantin, etc.

Depois, a um segundo nível, a Congregação promove cruzamentos pontuais com outros dicastérios (tal como, no neoliberalismo económico, as «holdings» cruzam capitais). Esses outros dicastérios ou estruturas de direcção são geralmente escolhidos entre os organismos eclesiásticos que, directa ou indirectamente, interferem na área da Educação Católica, como acontece em relação às congregações para a Evangelização dos Povos, do Culto Divino, das Igrejas Orientais ou da Doutrina da Fé, se nos referirmos a ministérios irmãos. Ou conclui acordos e entendimentos informais com poderosos grupos de pressão sem cuja protecção nenhuma hegemonia se pode sensatamente tentar no Vaticano, nomeadamente com a Opus Dei (Somalo), a Vigararia de Roma (Ruini), a Prefeitura dos Negócios Económicos (Castillo Lara e Skoza), o IOR ou Banco do Vaticano (Donatode Bonis), o Conselho Pontifício da Cultura (Paul Poupard), o «Clã Polaco» (Stanislaw Dziwisz) e várias outras poderosas formações.

Finalmente, num terceiro nível, a Congregação chama à sua esfera de interesses grupos católicos de acção específica e ordens religiosas principais com trabalho desenvolvido no plano educativo ou com a juventude. De entre essas numerosas organizações poderíamos mencionar, de passagem, a Pax Christi, a Opus Angelorum (que enquadra o Corpo Mundial de Escutas Católicas), a Juventude 2000, a Ecclesia Dei, a Cor Unum, o Movimento Carismático, o Apostolado das Crianças, os diversos Movimentos de Educação, os Focolari, os Casais de Santa Maria, o Fons Vitae, as Oficinas de Oração, etc., num conjunto de estruturas confessionais que, sem exagero, influenciam em todo o mundo os comportamentos de milhões de jovens. Note-se que, na maioria dos casos, estas organizações formam-se a partir de ordens religiosas e missionárias, mantendo com a casa-mãe relações e afinidades concretas.

Este universo de incontáveis influências entrecruzadas exige, naturalmente, da parte do governo da Igreja, um controlo apertado e um reduzido elenco de direcção. Como vimos, tanto a Opus Dei como João Paulo II chamaram a assumir essas complexas funções o cardeal Pio Laghio cujo perfil tentámos anteriormente esboçar. Mas a frente a cobrir é de tal modo extensa que o Papa entendeu garantir a base de sustentação do responsável pontifício, através da nomeação de um segundo plano, apagado mas forte. Foi então que João Paulo II chamou ao exercício desse espinhoso lugar uma das figuras mais controversas da Cúria Romana, o **Cardeal colombiano Alfonso Lopez Trujillo, arcebispo de Medellín**.

Homem relativamente jovem entre os outros cardeais (conta, actualmente, 62 anos de idade), Trujillo é consensualmente apontado, entre os observadores, como o homem que tem nas mãos a obediência do decisivo grupo de cardeais conservadores (cerca de 52% dos votos do Colégio Eleitoral). Membro destacado da Opus Dei, o cardeal desempenha, actualmente, as funções de presidente da Comissão Pontifícia da Família onde colabora, estreitamente, com o famoso «opusdeista» monsenhor Carlo Cafara, presidente do Instituto João Paulo II.

O cardeal Lopez Trujillo tem uma péssima reputação no Vaticano onde é conhecido com um homem vingativo e com poucos escrúpulos. Fez uma carreira eclesiástica fulgurante e gozou, desde sempre, da protecção do actual Papa que o nomeou, perante a surpresa geral, presidente da CELAM, a conferência episcopal da América Latina e o guindou, em 1983, à dignidade cardinalícia. O êxito pessoal de Lopez Trujillo ficou-se a dever, como também é público e notório, à protecção que lhe foi dispensada por um religioso belga, o padre Roger Vekemans, elo de ligação entre a CIA e a Companhia de Jesus e correia de transmissão através da qual Trujillo terá recebido, enquanto presidente da CELAM, mais de 5 milhões de dólares destinados a combater as comunidades de base ligadas à Teologia da Libertação. Nesses anos dos inícios da década de 80 foram, aliás, notadas as suas evidentes relações de amizade com Pablo Escobar, «rei dos traficantes da cocaína», sinistra personalidade colombiana que se tornou senador, em 1982, mercê de influências políticas às quais o cardeal Lopez Trujillo de forma alguma foi alheio.

Foi a estes homens – Pio Laghio e Lopez Trujillo – que a Opus Dei entregou os destinos católicos da Educação e da Família.

«Mary, Queen of Scots»

■ Manoel de Lencastre

# Rainha da Escócia e mulher de coragem

**N**a Escócia medieval, o poder executivo da monarquia era exercido de maneira itinerante. O rei, em viagens constantes, surgia, de repente, nas diversas regiões. Estabelecia-se a corte e procurava-se fazer justiça às reivindicações das populações. Tanto os nobres como o povo eram obrigados, segundo a tradição, a dar guarida ao monarca e à sua comitiva. Então, o papel do Estado tornava-se visível, mas era sempre levado à prática de acordo com os limites consentidos pelas condições da época e pelo jogo de interesses que funcionava entre a figura real e os barões feudais grandes proprietários.

O poder do rei, em muitas situações, era abstracto. A terra, todo o chão do país, pertencia às famílias dominantes. E estas faziam uso de uma considerável influência junto da casa real inglesa e podiam sempre que isso lhes interessasse, causar embaraços ao rei da Escócia ou, até, impedir a sua acção. Algumas das principais famílias, quase todas de origem normanda, estiveram na base de acontecimentos decisivos na História do povo da Escócia, os Balliol, os Albany, os Arran, os Hamilton, os Douglas, os Morton e outras. A certa altura, o poder dos Douglas alargava-se a todo o território escocês. Os Douglas eram um verdadeiro estado dentro do Estado. Foi necessário diminuir esse poder e dividir as imensas terras que possuíam. E, como aconteceu quase sempre nas horas mais importantes da trajectória nacional, o sangue correu abundantemente.

Mas, enquanto as lutas pelo poder se intensificavam e as intrigas plantadas por uma Inglaterra que não se cansava de tentar fazer vergar o reino vizinho se mantinham, a Escócia conseguia alguns progressos através da fundação de universidades em Glasgow, Aberdeen, St. Andrews. Os estabelecimentos religiosos eram, igualmente, centros de ensino e de estudo. Desses estabelecimentos de cultura, saíam homens que pensavam a vida e o mundo. Muitos deles adoptaram concepções anticatólicas e viriam a criar uma certa base ideológica que explicaria o despotismo e o totalitarismo da Igreja papista e contribuiria para abrir as portas a uma revolução religiosa que os protestantes lideraram — mas, em condições patéticas, impossíveis de, na prática, darem forma às promessas feitas.

Não pode deixar de notar-se, porém, que uma dessas figuras das letras escocesas, George Buchanan, aceitou propostas de colegas portugueses, quando professor da Universidade de Bordéus, no sentido de leccionar na Universidade de Coimbra. Porém, a Inquisição não gostou de verificar que um homem cujo passado intelectual era caracterizado por uma quase constante agitação contra os poderes do Papa e a natureza da Igreja católica, pudessem ensinar em Portugal. Foi julgado e preso com residência fixa e vigiada durante cinco anos. Ao regressar à Escócia, Buchanan viria a ser o educador de James VI, filho da rainha Mary, que seria o primeiro rei no regime de união entre as coroas inglesa e escocesa. Uma das principais ruas de Glasgow tem o seu nome — Buchanan Street, bem no centro da famosa cidade industrial.

## A revolução religiosa

O drama da religião andava nos ares e na alma de todo o povo escocês. Acelerou-se quando as autoridades eclesiásti-

cas, alarmadas com a rápida propagação das novas ideias luteranas e calvinistas, ordenaram o martírio de um proponente do protestantismo, Patrick Hamilton, em 1528. Este crime incendiou o país. E, catorze anos depois, a situação agravar-se-ia mais, ainda, com a derrota sofrida em Solway

Moss frente aos ingleses e a morte do rei James V a quem sucedeu Mary a famosa «Queen of Scots» cuja carreira dramática e fatal observaremos a seguir. Mas a rainha era uma criança e o governo do país passou para as mãos de um regente, o austero senhor de Arran. Este, ainda assim, teve de consentir na livre circulação da Bíblia que sufocaria toda a nação. Numa atmosfera desesperada, a jovem Mary era a esperança da velha Escócia. Mas o catolicismo ruiria em breve. Com efeito, seduzidos pelas promessas demagógicas

meios para defender o seu país natal da ganância dos ingleses. Na regência, ficou Mary de Guise, a rainha-mãe.

## Uma frívola rainha...

Em 1560, o Parlamento escocês adoptou o protestantismo como religião nacional e como forma de governo. Mas, morto Francis II, em França, Mary viu destruído o seu grande projecto. Regressou à Escócia. Toda a gente admirou a beleza e a majestosa elegância desta rainha católica e o próprio governo protestante entendeu não ser de boa política prender ou fazer assassinar aquela que o povo tão bem acolhera. Preferiu deixá-la assumir o trono. E produziu-se aquilo a que se chama, agora, a coabitação. O governo era protestante mas, no palácio de Holyrood, vivia uma rainha católica. Knox preferiu esperar que esta cometesse os primeiros erros. Mary aliava à sua estonteante formosura uma frivolidade e uma liberdade de maneiras para as quais a Escócia obscurantista e puritana não estava preparada. As suas relações com o secretário privado, um italiano, Rizzio, eram mal aceites. O marido, Darnley, passava por homem grosseiro, sem princípios, sem qualidades para a posição que ocupava. Assim, Rizzio foi assassinado (1566) e Darnley, a 10 de Fevereiro de 1567, teve a mesma sorte. O mulherio de Edimburgo não poupou a rainha aos mais ásperos comentários. O povo convenceu-se de que o assassinio de Darnley fora encomendado pela própria Mary ao amante, Bothwell.

Como justificar perante o governo protestante e a opinião pública da época o casamento com Bothwell? Este raptou a soberana e levou-a para Dunbar. O país ficou na expectativa. E o negócio entre uma rainha que parecia relutante em voltar a casar-se e um homem delirantemente apaixonado que estava disposto a recorrer a todos os meios para obter a mulher que amava, levou oito dias a concluir-se. Findo esse período, Mary regressou a

Edimburgo montada num cavalo branco cujas rédeas o novo marido, Bothwell, segurava. Esta era a prática que fazia calar as más línguas. Se a rainha por respeito à tradição do país, consentira em regressar na sela de um cavalo branco, era porque tinha aceite por marido o homem que a conduzia. A linguagem negra e suja da população de Edimburgo, especialmente a das mulheres do mercado, susteve-se. Mas o drama de «Mary, Queen of Scots» não terminaria ali. Pelo contrário, mal começava.

Edimburgo montada num cavalo branco cujas rédeas o novo marido, Bothwell, segurava. Esta era a prática que fazia calar as más línguas. Se a rainha por respeito à tradição do país, consentira em regressar na sela de um cavalo branco, era porque tinha aceite por marido o homem que a conduzia. A linguagem negra e suja da população de Edimburgo, especialmente a das mulheres do mercado, susteve-se. Mas o drama de «Mary, Queen of Scots» não terminaria ali. Pelo contrário, mal começava.

## Mary, entre as mulheres...

Na Escócia de hoje, a figura de Mary é venerada tanto pela maneira descomplexada como viveu como pela forma cruel e traiçoeira como os ingleses lhe prepararam e executaram a morte. Mary é um emblema da irreverência escocesa, da beleza de grande parte das mulheres deste país, da sua capacidade para sofrer. Na conjuntura presente, as mulheres escocesas, as mães do país futuro, têm assumido uma substancial quota-parte dos prejuízos e das desilusões que a nação tem sustentado. São elas, sem dúvida, quem está na frente de luta pelo novo Parlamento.

Segundo as secções femininas dos sindicatos da Escócia e do Partido Comunista, a reabertura do Parlamento de Edimburgo constituirá um passo importante para a conquista de novos direitos democráticos na perspectiva da reconquista da independência nacional. Não existe qualquer razão para que se pense que um eventual abandono da União Europeia dê lugar a uma catástrofe económica ou a um isolamento doloroso. A Noruega, por exemplo, decidiu em 1995 não entrar para a chamada Europa Unida e nem por isso deixou de ser o próspero país que todos conhecemos. Já começou a campanha para esclarecer toda a nação escocesa de que a independência na Europa Unida não será substancialmente diferente da situação actual como parte do Reino Unido. Independência deve ser total independência. A futura Escócia livre não pode permanecer nos braços do capitalismo. A sua vocação é colectivista. O socialismo é a esperança da Escócia.



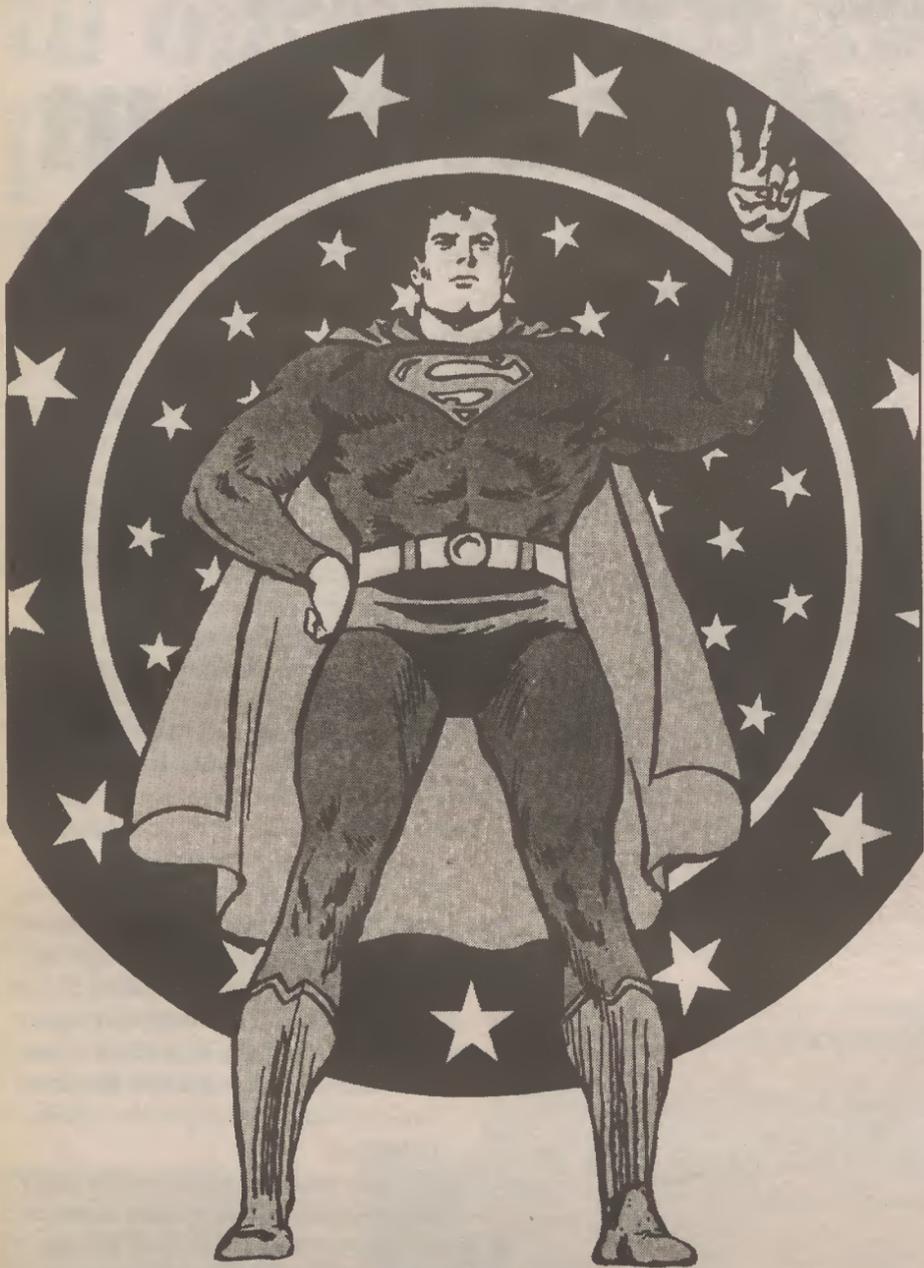
do «novo mundo» que John Knox prometia, os escoceses caíram na esperança de que o futuro governo de Deus dirigido pelos seus imaculados ministros protestantes lhes traria prosperidade, justiça e glória. A verdade é que os ingleses cujo protestantismo era mais lúcido e completamente voltado para a econo-

mia e os negócios, voltavam a procurar tirar partido da instabilidade em que a Escócia mergulhara. Com exércitos comandados por Hertford, invadiram o país vizinho em 1544 e em 1545.

No centro de uma desorientação completa, a hierarquia católica atingiu o auge da sua agonia ao dar-se o assassinio do Cardeal Beaton, a 29 de Maio de 1546. O desnecessário martírio de George Wishart (a 1 de Março) dera lugar a um ciclo de revoltas que ensanguentou quase toda a Escócia. Multidões de fanáticos incitadas pelas palavras ardentes e facciosas de Knox acorreram ao Palácio bispal que incendiaram e saquearam. Depois, numa intensa campanha de ódio contra a ordem antiga, destruíram igrejas, palácios, mosteiros. Queimaram-se livros e documentos históricos de incalculável valor. A Escócia queria pôr fim ao passado. Mas ao pretender fundar uma nova era de verdade, só encontrou cinzas e ruínas. Ficou à espera do governo de Deus cujo «primeiro-ministro» não era outro senão John Knox, o fanático supremo. Mary, entretanto, fora enviada para França onde se preparava o seu casamento com o Delfim, Francis II. Seria rainha da Escócia e da França e, nessa qualidade, possuiria

EM FOCO

# Quem avalia os EUA?



**A** primeira visita de Clinton à América Latina foi um fracasso. O Presidente estava a ser alvo de críticas por nunca incluir os vizinhos do Sul nas suas *tournées* pelo mundo.

As datas para esta viagem, fixadas com antecedência, coincidiram com iniciativas da Casa Branca e do Congresso que, para azar de Clinton, suscitaram reacções muito desfavoráveis à imagem dos EUA. Resultado: o programa inicialmente previsto teve de ser comprimido à última hora. A convalescença do Presidente serviu de pretexto para o adiamento das visitas à Argentina e ao Brasil.

Apesar das cautelas, tudo correu mal nas três etapas da viagem. No México, o governo de Ernesto Zedillo montou um dispositivo de protecção policial como há muito não se via na grande cidade. Mais de 1500 homens foram mobilizados para o efeito. Não obstante, os protestos populares foram permanentes e os trabalhadores romperam os cordões da segurança em diversos locais. O Presidente dos EUA não pôde sequer entrar no hotel como um hóspede estimado. Chegou de helicóptero para evitar as colunas de manifestantes. Durante a sua breve estada saiu de reuniões importantes por portas traseiras.

Na Costa Rica, o encontro com os chefes de Estado da América Central foi decepcionante na avaliação dos órgãos de comunicação social. O Presidente dos EUA não saiu do blá-blá-blá das promessas; não deu resposta a uma só das reivindicações da Região. Como se isso não bastasse para gerar mal-estar, cometeu o erro de afirmar em San José que o seu país vai manter a sua actual política de imigração. Se tal acontecer, cerca de 900 000 cidadãos da América Central, que se encontram ilegalmente nos EUA, estão sujeitos a serem expulsos nos próximos dois anos.

Por si só, a concretização dessa política levaria à bancarrota países como El Salvador e a Nicarágua, onde o equilíbrio da balança de pagamentos depende das remessas dos emigrantes.

Em Barbados, Clinton nada tinha a oferecer aos Estados do Caribe, mas apresentou exigências atentatórias da soberania dos pequenos países da região.

Pouco inteligente, inculto e inábil quando se movimentava longe dos cenários norte-americanos onde os *shows* presidenciais se desenvolvem de acordo com um ritual que lhe é familiar – Clinton, em vez de a atenuar, agravou com o seu estilo a actual maré de ressentimentos contra os EUA.

Entre sorrisos, acenos e apertos de mão, insistiu em defender as grandes linhas de uma estratégia que humilha a América Latina e fere os seus interesses. Comportou-se como um imperador de visita a protectorados remotos.

A nova lei norte-americana da imigração é tão monstruosa que a própria imprensa liberal de Nova Iorque e Washington, tradicionalmente pouco vocacionadas para defender os latino-americanos, reconhece que a sua aplicação criará problemas em cadeia, maiores do que aqueles que pretende resolver.

Dos cinco milhões e meio de estrangeiros ilegais, mais de 80% são originários da América Latina, com elevadíssima percentagem de mexicanos. A supressão dos subsídios de habitação e saúde a famílias que não cumprirem as formalidades impostas pela lei para a legaliza-

ção é uma monstruosidade que atingiu duramente os idosos e os pobres, tal como a proibição de frequentar a escola pública que visa os filhos dos clandestinos. Acontece que as exigências para a naturalização são na prática insuperáveis para a maioria, a principiar pelo exame de inglês. A partir de agora os imigrantes latinos também não poderão mais exercer determinadas profissões, tais os obstáculos que se levantam.

Essas medidas discriminatórias são acompanhadas de um aumento da repressão directa contra os latinos. Na fronteira da Baixa Califórnia, sobretudo, os vexames, os espancamentos e as violações de mulheres, cometidos pelos guardas norte-americanos ao longo do gigantesco muro metálico que ali separa os dois países, assumem facetas de barbárie medieval.

A política de combate à droga dos EUA é, pelas suas implicações políticas, outra fonte de problemas. Não se contesta o objectivo, mas a concepção e a execução suscitam uma onda de protestos veementes.

Os EUA são o maior mercado mundial de estupefacientes. Segundo um programa recente da cadeia de televisão ABC (13 de Março pp), dezenas de milhares de norte-americanos produzem hoje, em sótãos e caves, enormes quantidades de marijuana. Quanto à cocaína e a heroína, importadas, o número de consumidores nos EUA aproxima-se dos 13 milhões. Os fios de um negócio avaliado em 30 mil milhões de dólares começam e acabam em território norte-americano.

Não obstante as responsabilidades dos EUA na expansão do consumo mundial de drogas serem transparentes, Clinton, mascarado de moderno jansenista (apesar dos escândalos pessoais) fala como se o povo norte-americano fosse vítima de uma conjura internacional contra ele montada com a cumplicidade da América Latina.

## Que fazem os EUA?

Alegando a necessidade de proteger uma juventude ingénuo (a dos EUA), Washington inventou a arrogante palhaçada dos *certificados* de boa conduta no combate às drogas. Automeheu-se juiz mundial dessa luta. E as regras do jogo estabelecem que os títulos de bom comportamento na colaboração com os EUA sejam atribuídos somente a países que abdicam da sua soberania, submetendo-se a exigências de tipo colonial.

A farsa dramática gera situações quase inimagináveis. Os EUA – é um exemplo – negam visto de entrada ao presidente Samper da Colômbia porque o acusam de ter recebido financiamentos do narcotráfico durante a sua campanha eleitoral, não obstante o Congresso do seu país o haver ilibado. O embaixador norte-americano em Bogotá concede entrevistas à TV e aos jornais de Bogotá insultando o presidente, criticando as leis aprovadas pelo legislativo colombiano e explicando o que deputados e senadores deveriam fazer. Noutros países latino-americanos diplomatas dos EUA participam activamente em reuniões e manifestações públicas da oposição. Ministros são vetados pelos embaixadores dos EUA.

Relativamente ao México, Washington levou a provocação além do que se admitia possível. Inicialmente, o país recebeu boa nota no tocante ao combate à droga. Depois, o Congresso resolveu retirar o *certificado*. Pior ainda: prometeu devolvê-lo se o Governo de Ernesto Zedillo se submetesse a um humilhante feixe de exigências. Teria de aceitar que os agentes da Drug Enforcement Agency – DEA (intimamente ligada à CIA)

## ■ Miguel Urbano Rodrigues



passassem a ter as mãos livres em território mexicano; permitir a intervenção das lanchas americanas em águas territoriais mexicanas; e aceitar também os pedidos de extradição apresentados pelos tribunais norte-americanos que envolvam delinquentes presos pelas autoridades mexicanas.

Forças militares dos EUA constituem já autênticos corpos de intervenção em diferentes países da América Latina. Mas a Casa Branca e o Congresso consideram insuficiente o que obtiveram no terreno das intervenções não oficializadas. Exigem sempre mais.

Relativamente a Cuba, Bill Clinton, em mensagem ao Congresso, olhando para a ilha socialista como se ela fosse propriedade dos EUA, apresentou um plano de recolonização intitulado de «transição para a democracia».

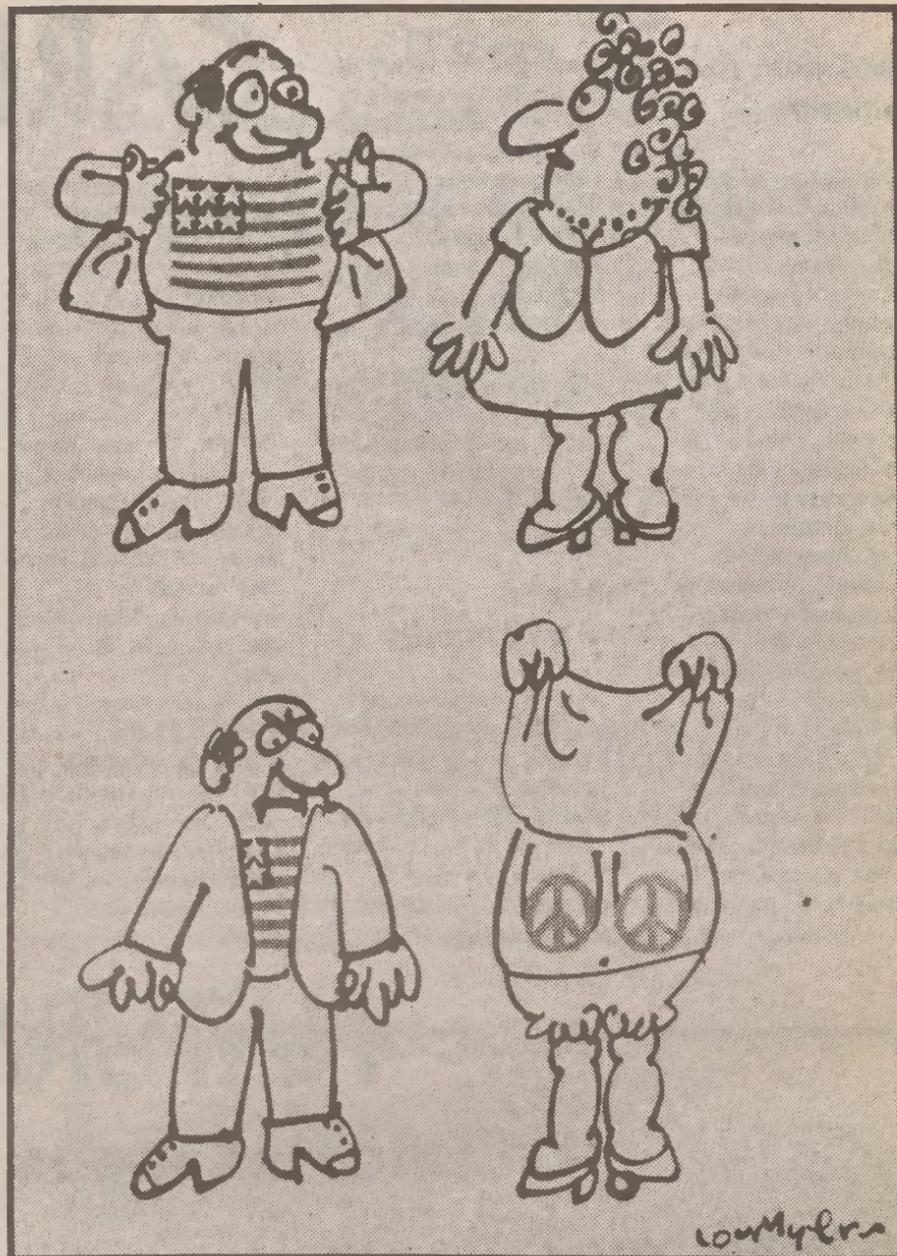
A política imperial, as leis extraterritoriais (como a Helms-Burton e a D'Amato-Kennedy), o bloqueio a Cuba, todo um conjunto de iniciativas que expressa a estratégia de hegemónio de um país que se proclama investido da missão de dirigir o mundo, são acompanhados de uma ruidosa campanha moralista.

Sem para tal receberem procuração, os EUA apresentam-se, farisaicamente, como os campeões mundiais da defesa dos direitos humanos. Anualmente, o Departamento de Estado publica um Relatório sobre a situação desses direitos no vasto mundo. Obviamente, os EUA não constam da lista onde esses direitos são violados. Auto-excluíram-se.

A omissão não engana, porém, o povo norte-americano. Os EUA são hoje o país com maior população carcerária do planeta. Mais de um milhão e meio de presos enchem as prisões da grande República, com esmagadora maioria de negros. Dois mil condenados à morte aguardam a execução das sentenças. Em presídios de alta segurança, como os de Marion, no Illinois, e o de Lexeington, no Kentucky, 100 presos políticos são tratados como animais. Entre eles figuram 15 porto-riquenhos condenados a penas que oscilam entre os 55 e os 105 anos. Que crime cometeram? Lutaram, como patriotas, pela independência da sua pátria.

No país mais rico e poderoso do mundo aumentam o analfabetismo, a criminalidade, o consumo de drogas, o número dos sem tecto, a miséria. Segundo as estatísticas oficiais do Distrito Federal, somente em Washington o número de pobres cresceu 85% nos últimos quatro anos.

O país que julga e avalia os outros segundo os seus critérios é incapaz de se contemplar a si mesmo. Milhões de norte-americanos não percebem que, sob a fachada democrática, a engrenagem de Poder existente no seu país assume características monstruosas. No desrespeito pelo Direito Internacional, pelos direitos dos outros povos e pelos direitos das minorias internas da União, ela somente encontra paralelo no III Reich.



## Fim do imobilismo no México

**A**s eleições mexicanas de 6 de Julho pp poderão ficar a assinalar uma viragem na história do país de Benito Juárez. Cuauhtémoc Cárdenas não é um revolucionário. Seria uma ingenuidade acreditar que a sua política será de ruptura. Não vai procurar a confrontação com o Governo Federal. Já o disse: tentará manter um bom relacionamento com o presidente Ernesto Zedillo para resolver os problemas da capital e influir positivamente nas grandes questões nacionais.

Cuauhtémoc Cárdenas é um social-democrata atípico. Alguns analistas identificam nele um moralista. O qualificativo pode gerar confusão. Moralismo e eticidade não são sinónimos.

Num país de corrupção endémica, o prestígio que Cuauhtémoc conquistou está intimamente ligado à sua concepção ética da política. Foi ela que o levou a romper com o PRI e a fundar um novo partido, o Partido da Revolução Democrática – o PRD, com um punhado de dissidentes.

Derrotado em sucessivas eleições – com a ajuda de fraudes – nunca baixou os braços. Quando Salinas de Gortari intensificou a política de privatizações iniciada por Miguel de la Madrid, imprimindo-lhe um ritmo e um estilo selvagens, Cárdenas comandou o combate a essa estratégia e recusou qualquer tipo de compromisso com o Presidente arquétipo dos Harvard boys latino americanos, programados para executarem as políticas de ajustamento ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Cuauhtémoc (nome do herói nacional, o príncipe azteca que defendeu Tenochtitlan contra os espanhóis) foi durante muitos anos um político próximo do centro do PRI. Foi precisamente a

sua eticidade que o fez caminhar para a esquerda. O exemplo do pai terá sido decisivo. Após a sua morte, coube-lhe ler, em gigantesco comício, o testamento político do general Lázaro Cárdenas. Nesse documento, carta ao povo mexicano, o ex-presidente (que implantou a Reforma Agrária ejidal e nacionalizou o petróleo, resistindo às pressões e ameaças dos EUA) lembrou aos seus compatriotas que a

Revolução democrática e nacional fora desviada dos seus objectivos e denunciou como **traição nacional** a estratégia de destruição do sector empresarial do Estado em benefício das transnacionais e da grande burguesia a elas enfeudada.

\*  
\* \*

São prematuras as previsões sobre a evolução da conjuntura mexicana. Mas é transparente que o resultado das eleições provocou mal estar em Washington.

O temor de uma nova revolução no México permanece omnipresente no imaginário norte-americano. A Administração Clinton tem consciência de que as relações entre os dois países atravessam uma fase muito difícil. A nova lei de Imigração dos EUA, os incidentes diários no muro da fronteira com a Califórnia, o funcionamento discriminatório da NAFTA (o Caricatural Mercado Comum da América do Norte), contribuíram nos últimos meses para avolumar o tradicional e justo ressentimento mexicano contra o grande vizinho do Norte. A atitude do Senado

dos EUA no episódio dos certificados de bom comportamento na luta contra a droga foi sentida pelo povo mexicano como insulto à dignidade nacional.

O discurso de crítica à arrogância imperial norte-americana assumiu então uma dureza inédita; foi uma advertência, esclarecedora do estado de espírito das massas.

A atmosfera anti-norte-americana era tão transparente em Abril, que, para receber Clinton, numa visita de programa encurtado, o governo mexicano mobilizou o maior aparelho policial militar já visto na capital.

\*  
\* \*

Como novo prefeito da Cidade do México, Cuauhtémoc Cárdenas não influirá directamente no rumo da política federal. Mas o peso da gigantesca megalópolis na vida nacional é esmagador, e o PRI passou a ser minoritário na Câmara dos Deputados.

Ernesto Zedillo já afirmou que tudo fará para atrair Cárdenas, envolvendo-o no sistema. Ao declarar que o país «deu um passo decisivo no sentido da democracia plena», o actual Presidente simulou esquecer que durante a campanha o candidato oficial do PRI à Prefeitura apontou sempre Cárdenas como um traidor que provocara a cisão do partido.

Que fará Cuauhtémoc Cárdenas?

Intelectuais como o social-democrata Jorge Castañeda fazem votos para que ele se comporte como político de «esquerda moderada». Sonham com um Tony Blair ou um Jospin de figurino latino-americano. Na prática isso significaria a aceitação para o México de uma estratégia neoliberal suavizada.

A maioria dos observadores acredita, porém, que a eticidade de Cárdenas e o seu respeito pela memória do pai o levarão, pelo contrário, a radicalizar a sua posição. De qualquer forma, o factor subjectivo será determinante, pois o PRD é uma organização partidária débil.

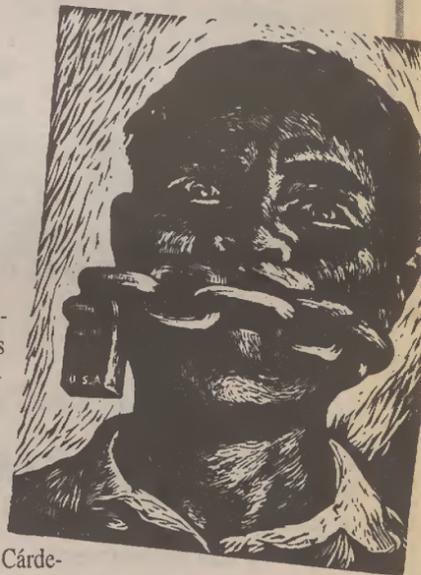
Cárdenas pensa na Presidência, conhece os efeitos devastadores da política neoliberal e sabe que a defesa da soberania nacional exige grande firmeza perante o imperialismo norte-americano.

O novo prefeito da maior cidade do mundo ganhou a confiança dos mexicanos sem recorrer à tentação do populismo. Pretende agora manter essa confiança e ampliá-la.

«Vencemos na capital, agora nos preparamos para ganhar no país no ano 2000» – comentou numa primeira alusão aos planos do seu partido.

São muitas as perguntas sem resposta que o povo mexicano formula. Mas a eleição de Cuauhtémoc Cárdenas abre um clarão de esperança não apenas no México como em toda a América Latina. Acontecimento político de natureza muito diferente, confirma o que Chiapas anunciou: o tempo do imobilismo acabou no México. O grande povo irmão do Norte não aceita passivamente o papel subalterno e semicolonial que os EUA lhe atribuíram na sua cruel nova ordem internacional. A dramática crise de 1994 contribuiu decisivamente para que o povo mexicano tomasse consciência de uma realidade óbvia: a corrupção no PRI era, e é, inseparável da tentativa de imposição do fracassado modelo neoliberal.

■ M.U.R.



# PONTOS CARDEAIS

## Robô com forma humana

A novidade veio do Japão (tinha de ser): após 10 anos de ensaios e estudos, um grupo de investigadores de robótica construíram e puseram a funcionar o primeiro robô com forma humana. Na apresentação pública do invento, lá vimos a fantástica engenhoca com o seu metro e oitenta e cinco e 200 quilos de peso a subir escadas, a empurrar carrinhos, até a gingar sobre as pernas numa descontraída exibição de versatilidade. Obviamente que tal invenção abre enormes perspectivas de útil aproveitamento, nomeadamente a sua utilização em tarefas complicadas, como a deslocação a zonas perigosas para os homens: áreas contaminadas, incêndios, fundos de minas com perigo de explosão ou intoxicação, etc. Também é óbvio que ainda falta muito caminho a percorrer e

investigação a desenvolver até que o fantástico engenho surja mais autónomo e eficaz para tais *performances*, mas esta sua primeira apresentação já significa um salto em frente muito importante. Pena é que os homens - «estes» homens que presentemente mandam no mundo com tanta arrogância capitalista - contraponham ao desvelo com que olham este robô com forma humana, uma brutal crueza onde os homens são olhados como robôs...

## Marte é do lémen!

A notícia fez as delícias das páginas estivais, presentemente a braços com falta de assunto: três iemenitas - Adam Ismail, Mustafa Khalil e Abdullah al-Umari, para que conste - estão a reclamar a propriedade do planeta Marte, acusando por isso a agência espacial norte-

-americana NASA de «invasão de propriedade alheia», e exigem a suspensão imediata, não apenas de novos voos ao planeta vermelho, mas também das experiências actualmente em curso no solo marciano através dos engenhos norte-americanos «Pathfinder» e «Sojourner». Para justificarem o seu direito de propriedade, os três iemenitas avançam um argumento de peso: «Somos os herdeiros do Planeta Vermelho desde que os nossos antepassados o deixaram para viver na Terra, há três mil anos atrás».

Sabia-se que a Etiópia é a terra da lendária Rainha de Sabá e de opulentos reinos mercantis que dominaram toda a região até ao século I antes de Cristo. Também se sabe que, apesar da sua fertilidade, este território da península arábica vive há décadas situações de extrema

pobreza, fruto de regimes obscurantistas e predadores que a luta dos iemenitas ainda não conseguiu apagar. Só nos faltava o esclarecimento, dado por estes três maduros iemenitas, de que os graves problemas do Lémen derivam, afinal, da sua origem marciana.

## As «independências» da TVI

Coincidindo com a entrada de dinheiro fresco, ou coisa que o valha, a TVI anda há uns tempos a procurar relançar-se no espectro televisivo nacional. No campo informativo mudou o telejornal da noite para as 21 horas, demarcando-se ostensivamente da RTP1 e da SIC, que continuam a esgatanhar-se às 20 horas mais

ou menos em ponto. Esta aposta informativa da TVI foi devidamente acompanhada por auto-propaganda, reivindicando para este canal uma informação «única», só encontrável ali mesmo. Um dia destes a confirmação de que nada, afinal de contas, mudara - pelo menos para melhor, no sentido da proclamada qualidade, independência e rigor informativos - surgiu num telejornal da TVI onde Manuel Monteiro apareceu nada menos que quatro vezes para dizer coisa nenhuma, entremeados por três bitates de Marcelo Rebelo de Sousa e dois da área do PS, enquanto Carlos Carvalhas e o PCP, que tiveram mais intervenções nesse dia que os outros partidos juntos numa semana, eram completamente ignorados. O ridículo, entretanto, atingiu o paroxismo quando, ao chamarem Manuel Monteiro pela quarta vez ao ecrã (e com imagens recolhidas no mesmo local das três anteriores aparições), este

«falou» durante mais de um minuto sobre a crise da greve dos pilotos da TAP, conseguindo, nesse longo tempo de antena, não dizer rigorosamente nada sobre o assunto: não falou dos pilotos, não falou da administração da TAP, não falou dos problemas da empresa, não falou da actuação do Governo, não falou do conflito, não fez uma crítica, um comentário, a mínima sugestão de opinião. Durante um minuto e tal, Monteiro repetiu até à exaustão que «a situação era preocupante», pelo que ele estava «muito preocupado!» É isto um «dirigente político». É isto uma «informação independente e rigorosa»... Pelo menos há aqui uma vantagem para a TVI: com anedotas destas, não precisa esforçar-se para criar programas de humor.

## Apoios e solidariedades

Segundo o *Diário de Notícias* de anteontem, o secretário-geral do PS, António Guterres, terá dado nesse dia o seu «apoio inequívoco» ao líder parlamentar do PS, Francisco Assis, para, em seguida, manifestar «solidariedade» ao «militante histórico socialista Manuel Alegre». Se assim foi - e dado o conflito declarado entre o «líder parlamentar» e o «militante histórico» - ficamos a braços com um enigma: qual a diferença, para António Guterres, entre «apoio inequívoco» e «solidariedade»? Não tem nada a ver uma coisa com a outra e, como tal, o secretário-geral do PS deu uma coisa diferente a cada um dos desavindos ou, à semelhança do que dizem os dicionários e se pratica no uso da língua, as duas expressões têm significados próximos, pelo que António Guterres afirmou a mesma coisa a ambos os contendores?!... Mais um mistério do «mestre do diálogo».

# PONTOS NATURAIS

## O diário dos meus olhos *Mário Castro*

### O crime

Eram três árvores. Estavam ali A ver passar os séculos.

Derrubaram-nas para alargar a estrada.

Se calhar até dizem que quem mandou a ordem até é um excelente chefe de família.

### A família

Na casa onde vivem passeiam descuidados os ratos, as baratas (e nada perturbados com a luz dos projectores)

Num canto as crianças filhas dos moradores protegem os olhos.

Setenta mexicanos trabalhavam nos Estados Unidos como escravos.

O facto em si não teve grande repercussão e a réplica kitsch da estátua da Liberdade continuou a vender-se por dez dólares.

### Execução

Deram-lhe uma injeção letal.

Não era um cão. Era afinal e simplesmente um homem.

(Se é que nos Estados Unidos

podemos ser assim tão radicais nas classificações).

### O condimento mínimo

O Rendimento Mínimo Nacional está previsto ser acompanhado de um projecto de reinserção social.

Isto oiço eu num dia em que mais uma fábrica fechou e 200 operários foram como direi, foram desinseridos.

O que é que uma pessoa há-de pensar senão que estão a gozar com o pagode.

### Ou o juro ou a vida!

O granizo chegou a abrir buracos na terra. Reparem nas pequenas crateras.

— *Eu investi aqui cinco mil contos. Ficou tudo perdido. E eu também. Não vou poder pagar e a Banca não perdoa.*

Esta poesia não quer ser um manifesto político. Não quer, mas dentro dela há uma voz que tenta fazer-se entender.

Por mim prometo ouvi-la com atenção.



## AGENDA

**BRAGA**

*Apresentação pública dos candidatos CDU à Assembleia de Freguesia de Carreira: sábado, 2, às 21h, na Sede da JF, com a presença dos candidatos à CM e AM, respectivamente Carla Alexandra e Manuel Barbosa.*

**MATOSINHOS**

*Apresentação pública da candidatura da CDU à freguesia de Lavra: dia 4, às 11h, na Esplanada Pereira Bar, na Praia Azul, em Angeiras, com a participação de José Cavalheiro, candidato à Presidência da CM de Matosinhos, de Serafim Brás e de Valdemar Madureira.*

**TAVIRA**

*Apresentação pública dos candidatos da CDU às autarquias do concelho: jantar na Esplanada do Papaiu em Santa Luzia, dia 2 a partir das 20h.*

**PONTE DE SÔR**

*Barragem de Montargil - Um recurso para o desenvolvimento do concelho de Ponte de Sôr - debate com a participação de Jorge Rebeca, candidato CDU à presidência da CM de Ponte de Sôr: dia 2 às 21h, no Restaurante Panela.*

## MONTE GORDO

### Parque das Merendas

(frente ao Parque de Campismo)  
Dia 3 de Agosto

**Almoço-convívio CDU**

*com a participação de António José, candidato e actual presidente da CM de V. Real de Sto. António*  
*Espectáculo com artistas locais*

**Gandra****S. Pedro da Cova**

Dias 9 e 10 de Agosto

**FESTA DA UNIDADE**

*Sábado, 9, 21h - Actuação de grupos de Dança Jazz e Aeróbica*  
*Domingo, 10, 15h - Música Popular Portuguesa*  
*pelo Conjunto Banda Rosa*  
*Intervenções de Constantino Loureiro e José Alves*  
*(presidente da JF e mandatário da lista CDU)*  
*e de António Lopes, da CP do PCP*

## SANTA MARINHA DO ZÊZERE

### BAIÃO

Dia 2 às 21h30

**Festa-convívio CDU**

*no Coreto de Música, junto à Igreja Paroquial*  
*com a presença dos candidatos CDU à CM, AM e Freguesias*  
*Baile com conjunto de dança*

**Faro**

Dia 5 de Agosto a partir das 10h, CT do PCP

## REUNIÃO DE MILITANTES DO PCP NA EMIGRAÇÃO

com a participação dos camaradas Henrique Sousa e João Armando

## GRANDE CONVÍVIO NO DOURO

- 15, 16 e 17 de Agosto -

promovido pela Organização da Penha de França do PCP  
*De Lisboa a Mesão Frio e Vila Nova de Foz Côa*  
*Figueira de Castelo Rodrigo - Cruzeiro no Douro*  
*(Informações: CTs da Zona Oriental de Lisboa)*

**Cidade de Lisboa**

Sectores Transportes e Zona Centro

**Jornada de trabalho na Festa do Avante!**

Sábado, 2 de Agosto

*(Transportes para a Festa: do CT Vitória, todos os sábados às 8h)*

**Santa Maria da Feira**

Espaço CDU - Dia 2 às 22h

## I FESTIVAL DA CANÇÃO DE INTERVENÇÃO

*(O vencedor actuará no Café Concerto da Cidade da Juventude na Festa do Avante!)*

# TELEVISÃO

## Quinta, 31

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 O Pirata Negro  
(de Vincent Thomas, It./Esp./1971, com Terence Hill, Bud Spencer, Edmund Purdom, Silvia Monti. Aventuras)  
15.30 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
20.00 Pais Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
22.00 Concurso 1, 2, 3  
00.05 TV Verdade  
00.40 24 Horas  
01.25 Magacine  
01.50 Motores  
02.25 No Calor da Noite

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.45 Ellen II  
16.30 Poder e Traição  
17.25 Agente Secreto  
18.15 Aventuras do Séc. XX  
18.40 Um, Dó, Li, Tá  
19.50 Infantil  
20.20 Euronews  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Amigos por Acaso  
22.00 Jornal 2  
22.35 Célebres e Ricas  
(de George Cukor, EUA/1981, com Jacqueline Bisset, Candice Bergen, David Selby, Hart Bochner. Ver Destaque)  
00.30 O Último Governador

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Volta a Portugal em Bicicleta  
15.45 Buêrére  
18.00 Mulheres de Areia

## Sexta, 1

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Olho Clínico  
14.25 História Interminável II - A Fuga  
(de Peter MacDonald, EUA/Alem/1994, com Jason James Rotcher, Melody Kay, Fredate Jones. Aventuras / Fantástico)  
16.15 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 Pais Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
21.45 TV Verdade  
22.20 Jogos Sem Fronteiras  
24.00 24 Horas  
00.55 O Delator  
(de Ian Mune, Gr.Br./1990, com Ian McElhinney, Frances Barber, Martin Maguire. «Thriller»)

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Ellen II  
16.30 Poder e Traição  
17.25 O Santo  
18.15 Aventuras do Séc. XX  
18.40 Um, Dó, Li, Tá  
19.50 Infantil  
20.20 Euronews  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Carolina na Cidade  
22.00 Jornal 2  
22.30 Frances  
(de Graeme Clifford, EUA/1982, com Jessica Lange, Sam Shepard, Kim Stanley, Bari Burnes. Ver Destaque)  
00.25 Rumo ao Sul  
01.20 Ciclo Bernstein/Beethoven - A 6ª Sinfonia («Pastoral»)

### SIC

09.10 Buêrére  
11.30 Receitas do Dia  
11.55 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Volta a Portugal

## Sábado, 2

### RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
11.50 Último Nivel  
12.20 Confissões de Adolescentes  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
14.45 Especial Backstreet Boys  
15.35 Alta Voltagem  
16.10 Amores e Rebeldia  
17.25 86-60-86  
18.05 Companhia dos Animais  
18.40 Super Bébés  
19.20 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.50 Isto S6 Video  
21.25 Há Horas Felizes  
22.45 Herman Enciclopédia  
23.45 Segredos da Escuridão  
00.40 24 Horas  
01.25 Guerrilheiros do Inferno  
(de Karel Reiss, EUA/1979, com Nick Nolte, Tuesday Weld, Michael Moriarty. Ver Destaque)

### RTP 2

12.05 Vida por Vida  
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno  
13.00 Segredos das Florestas Tropicais  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.00 Desporto 2  
19.30 Tourada  
20.00 Foyer: «Lendas de Hollywood»  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 Onda Curta  
(A Última Mulher do Barba-Azul, Curta-Metragem de Alexander Bounov. A Gateira, Curta-Metragem de Eduardo Ginérez Rojo e Jorge Sánchez-Cabezudo)  
22.30 O Lugar da História - «Napoleão»  
23.30 Coração Ardente  
(de Peter Petzak, Áustria, com Dominique Sanda, Helmut Griem. Drama)  
01.10 O Guia do Sexo

### SIC

08.00 Buêrére  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.50 Volta a Portugal  
16.00 Walker  
17.00 Ases da Polícia  
(de Aaron Norris, 1995, com Chuck

## Domingo, 3

### RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
11.45 Sem Limites  
12.20 Confissões de Adolescentes  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
14.45 O Caminho das Estrelas  
15.45 Amores e Rebeldia  
16.45 Os Andrades  
17.25 Futebol - Manchester United-Chelsea  
19.20 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra-Infomação (Compacto)  
21.10 Casa de Artistas  
22.20 Filhos do Vento  
23.15 Especial Desporto  
00.15 24 Horas  
00.55 Má Sorte, Ter Sorte  
(de George Gallo, EUA/1991, com Danny Aiello, Anthony LaPaglia, Lainie Kazan, Frank Pesce. Ver Destaque)  
02.45 Polícia em Acção

### RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 Guerra Civil de Espanha  
12.15 Como Salvar a Terra  
12.40 Em Busca de Vestígios Esquecidos  
13.30 Jornal d' África  
14.05 Desporto 2  
17.45 O Cerro dos Enforcados  
(de Fernando Garcia, Port./1953, com Alves da Costa, Helga Liné, Artur Semedo, Brunilde Júdice. Drama)  
19.30 Bom Bordo  
20.10 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX»  
21.00 Terra Estranha  
21.55 Horizontes da Memória  
22.30 Ópera: «A Valquíria», de Richard Wagner

### SIC

08.30 Buêrére  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.40 Volta a Portugal  
16.00 Cidade Escaldante  
17.00 Tudo em Família  
(de Bob Clark, EUA/1995, com

## Segunda, 4

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 Verão Quente  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Com Jeito Vai... na Pândega  
(de Gerald Thomas /Gr.Br./1972). Comédia)  
15.30 Alondra  
17.00 Notícias  
17.15 Carmen  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 Pais Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 TV Verdade  
21.30 Filhos do Vento  
22.30 Liz Taylor  
00.30 24 Horas  
01.20 O Comboio dos Duros  
(de Sam Peckinpah, EUA/1978, com Kris Kristofferson, Ali MacGrow, Ernest Borgnine, Burt Young. Ver Destaque)

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Poder e Traição  
16.20 Aventuras do Séc. XX  
17.00 Atletismo - Campeonato do Mundo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
19.50 Infantil  
20.20 People Count  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.30 Eva  
(de Joseph L. Mankiewicz, EUA/1950, com Bette Davis, Anne Baxter, George Sanders, Thelma Ritter, Marilyn Monroe. Ver Destaque)  
00.05 Nas Entrelinhas

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Volta a Portugal  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia



Marilyn Monroe retratada em «Lendas de Hollywood» (Sábado na RTP2), antecedendo uma semana dos seus filmes, no mesmo canal

## Terça, 5

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 Verão Quente  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Doutor... Vamos a Isto  
(de Gerald Thomas, Gr.Br./1968, com Frankie Howard, Kenneth Williams, Jim Dale. Comédia)  
15.05 Alondra  
16.05 Carmen  
17.00 Atletismo - Campeonato do Mundo  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 Pais Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
21.45 TV Verdade  
22.15 Antenas no Ar  
23.45 24 Horas  
00.40 Por Amor de Nancy  
(de Paul Schneider, EUA/1994, com Jill Clayburgh, William Devane, Tracey Gold. Drama)

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.30 O Santo  
16.10 Poder e Traição  
17.00 Atletismo - Campeonato do Mundo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.00 Rotações  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 A Grande Barraca  
22.00 Jornal 2  
22.30 Não Estamos Casados  
(de Edmund Goulding, EUA/1952, com Ginger Rogers, Fred Allen, Victor Moore, Marilyn Monroe. Ver Destaque)  
00.30 Jools Holland

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Volta a Portugal  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Indomada  
22.00 Futebol - Flamengo-Benfica  
23.50 O Cliente  
01.00 Último Jornal  
01.25 Balada de Nova Iorque  
02.45 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.55 Éramos Seis  
16.50 O Barco do Amor  
17.00 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Acima do Dever  
(de Jeffrey A. Bleckner, EUA/1994, com Glenn Close, Judy Davis, Jan Rubles, Ryan Reynolds. Drama)  
23.55 TVI Jornal  
00.30 A Balada de Hill Street

## Quarta, 6

### RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.05 Verão Quente  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Doutor... Agora É que São Elas  
(de Gerald Thomas, Gr.Br./1969). Comédia)  
15.05 Alondra  
16.05 Carmen  
17.00 Atletismo - Campeonato do Mundo  
18.00 País País  
19.30 Vamos Jogar no Totobola  
19.40 Pais Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Filhos do Vento  
22.25 TV Verdade  
23.00 Ligações Sujas  
(de Mike Figgis, EUA/1990, com Richard Gere, Andy Garcia, Nancy Travis, Laurie Metcalf. Ver Destaque)  
01.00 24 Horas  
02.05 O Anjinho Papudo  
(de Byron Gordon, EUA/1995, com Josh Charles, John Goodman, Anna Heche. Comédia)

### RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 O Santo  
16.30 Aventuras do Séc. XX  
17.00 Atletismo - Campeonato do Mundo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.00 Euronews  
21.00 Acontece  
21.15 Remate  
21.25 Os Simpsons  
22.00 Jornal 2  
22.30 Os Homens Preferem as Loiras  
(de Howard Hawks, EUA/1953, com Jane Russell, Marilyn Monroe, Charles Coburn. Ver Destaque)  
01.00 Vidas do Século

### SIC

09.10 Buêrére  
11.00 As Receitas do Dia  
11.30 Tocaia Grande  
12.30 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.40 Volta a Portugal  
15.45 Buêrére  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Cuidado com o Fantasma  
21.20 A Indomada  
22.20 Cantigas da Rua  
23.20 Nostromo  
00.35 Último Jornal  
01.00 Toda Verdade  
02.20 Vibrações

### TVI

10.10 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.55 Éramos Seis  
16.45 O Barco do Amor  
17.35 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Conta Comigo  
(de Rob Reiner, EUA/1986, com Wil Wheaton, River Phoenix, Corey Feldman, Jerry O'Connell, Richard Dreyfuss. Ver Destaque)  
23.55 TVI Jornal  
00.20 Fora de Jogo  
01.10 A Balada de Hill Street



A Volta - todos os dias e em vários momentos na SIC Raymond Chandler, mestre do policial, é o «grande escritor» desta semana (Domingo na RTP2)

### Mundial de Atletismo em Atenas: a partir do fim-de-semana na RTP1

19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 Malucos do Riso  
21.20 A Indomada  
22.30 Paródia Nacional  
00.10 Último Jornal  
00.35 O Cliente  
01.55 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.20 Éramos Seis  
16.00 O Barco do Amor  
17.00 Esquadrão Classe A  
18.00 II Mundialito de Futebol de Praia  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Obsessão Mortal  
(de Kevin Connor, EUA/1994, com Jack Scalia, Veronica Hamel, Jonathan Banks. «Thriller»)  
00.20 TVI Jornal  
00.40 Fora de Jogo  
00.55 A Balada de Hill Street

15.45 Buêrére  
18.00 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 As Aventuras de Camilo  
21.20 A Indomada  
22.30 Confissões  
24.00 O Exorcista  
(de William Friedkin, EUA/1973, com Ellen Burstyn, Max von Sydow, Jason Miller, Lee J. Cobb. Terror / Fantástico)  
01.40 Último Jornal  
02.05 Um Homem de Sorte  
03.15 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.25 Éramos Seis  
16.20 O Barco do Amor  
17.15 Esquadrão Classe A  
18.15 Doutores e Engenheiros  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 FX: Efeitos Mortais  
23.00 VR5 - Realidade Virtual  
24.00 Montra Indiscreta  
(de George Erschbamer, EUA/1992, com Judd Nelson, Nick Mancuso, Gina Gershon. «Thriller»)  
01.55 TVI Jornal  
02.30 A Balada de Hill Street

Norris, Michel Lamar Richards, Clyde Kusatsu. Acção)  
19.00 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Mundo VIP  
21.50 Salsa e Merengue  
22.45 Big Show Sic  
01.40 Último Jornal  
02.05 O Homem de Marakesh  
(de Jacques Deray, Fr./It./Esp./1966, com George Hamilton, Claudine Auger, Alberto de Mendoza. Policial.)

### TVI

08.30 Animação  
11.00 Vamos ao Circo  
12.40 Caloiros  
13.00 Notícias  
13.25 Contra-Ataque  
14.25 II Mundialito de Futebol de Praia  
15.30 Madame Sousatzka, A Professora  
(de John Schlesinger, EUA/1988, com Shirley MacLaine, Peggy Aschroft, Shabana Azmi. Ver Destaque)  
17.25 Uma Família à Direitas  
18.00 Competente e Descarada  
18.30 O 3º Calhau a Contar do Sol  
19.00 Futebol de Praia  
20.00 Hospital Universitário  
21.00 Telejornal  
21.30 Savannah  
22.30 Picket Fences  
23.30 Pensamentos Mortais  
(de Alan Rudolph, EUA/1991, com Demi Moore, Glenn Headly, Bruce Willis, John Pankow. Ver Destaque)

Charles Gropin, Kieran Culkin, Mary Steenburgen, Christian Culkin. Comédia)  
19.00 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Salsa e Merengue  
22.00 Futebol: Cruzeiro-Benfica  
23.50 Amor e Sangue  
(de Paul Verhoeven, EUA/1985, com Rutger Hauer, Jennifer Jason Leigh, Tom Burlison. Histórico / Guerra)  
02.00 Último Jornal  
02.25 J6 Soares

### TVI

08.30 Animação  
09.50 Vamos ao Circo  
11.10 Missa  
12.30 Portugal Português  
13.30 Notícias  
13.50 O Detective das Mil Caras  
14.30 As Aventuras do Homem Aranha  
(de E. W. Swackhammer, EUA/1977, com Nicholas Hammond, Lisa Eilbacher. Aventuras)  
17.25 As Ruas de Laredo  
20.00 I West Waikiki  
21.00 Telejornal  
21.35 Edição Especial  
22.30 A Esposa Surpresa  
(de Frank Perry, EUA/1987, com Shelley Long, Judith Ivey, Gabriel Byrne, Corbin Bernsen. Comédia)

19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Trapalhões  
21.30 A Indomada  
23.00 007 - Vive e Deixa Morrer  
(de Guy Hamilton, Gr.Br./1973, com Roger Moore, Yaphet Kotto, Jane Seymour, Clifton James. Espionagem / Aventuras)  
01.10 Último Jornal  
01.35 O Fim do Império  
03.05 Vibrações

### TVI

10.05 Animação  
11.40 Esquadrão Classe A  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.55 Éramos Seis  
16.45 O Barco do Amor  
17.35 Esquadrão Classe A  
18.30 Models  
20.00 Xica da Silva  
21.00 TVI Jornal  
22.00 Um Homem sem Passado  
23.00 PSI Fatores  
24.00 TVI Jornal  
00.35 A Balada de Hill Street

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**Célebres e Ricas** (Quinta, 22.35, RTP2)

Com uma história que nos relata a longa amizade entre duas mulheres - antigas colegas de estudo que, de tempos a tempos, se voltam a encontrar em situações particularmente diferentes -, eis um dos interessantes filmes da semana, incluído no ciclo «As Loiras» da RTP 2. Inteligentemente realizado por George Cukor - o «cineasta das mulheres» - e interpretado com brilhantismo por Candice Bergen e Jacqueline Bisset, o filme está, entretanto, longe das obras inesquecíveis que Cukor nos deixou, acusando o impiedoso declinar de uma fabulosa carreira, a qual termina, precisamente, com este filme.

**Frances** (Sexta, 22.35, RTP2)

Baseado num facto real, este filme biográfico conta-nos a história de como Frances Farmer, uma conhecida actriz de Hollywood dos anos 30, foi encerrada num asilo para loucos e submetida às mais cruéis experiências. Naturalmente impressionante e trágico, o filme não está à altura do argumento, salvando-se a brilhante interpretação de Jessica Lange.

**Madame Sousatzka, A Professora** (Sábado, 15.30, TVI)

Seguramente um dos mais destacados realizadores britânicos, a fazer a maior parte da sua carreira nos Estados Unidos, John Schlesinger encena aqui a sensível e curiosa história de uma professora de piano que, para além de iniciar os seus alunos no mundo da criação musical dos grandes compositores, os prepara do mesmo passo para as realidades da vida. Shirley MacLaine (pese embora alguma falta de contenção) é a emocionante protagonista principal, acompanhada com brilhantismo por alguns «secundários», entre os quais avulta Peggy Aschcroft. De assinalar que o argumento saiu da pena do realizador e, ainda, de Ruth Praver Jhabvala, habitual parceira de James Ivory.



Jessica Lange, num papel impressionante em «Frances», filme de Graeme Clifford



Shirley MacLaine é a intérprete principal de «Madame Sousatzka, A Professora», de John Schlesinger

acontecem os maiores azares. Um festival de representação de Antony LaPaglia e Danny Aiello, nos papeis de filho e pai respectivamente.

**Eva** (Segunda, 22.30, RTP2)

A actriz teatral Eve Harrington (Anne Baxter), recebe um prémio pela sua interpretação de uma peça e o seu percurso artístico é recordado: ela conseguira imiscuir-se na intimidade de Margot Channing (Bette Davis) e seduzira o influente crítico Addison de Witt (George Sanders). Ao regressar a casa depois da cerimónia de entrega do prémio, é ela esperada por uma admiradora, Miss Caswell (Marilyn Monroe) - e logo ali se percebe que poderá acontecer a Eve o que esta fizera a Margot... Um argumento notável e delicioso e, ao mesmo tempo, o retrato de uma arriivista e do seu envolvimento nos bastidores do mundo do Teatro numa obra-prima de Mankiewicz, sublime no que se refere tanto à montagem, como à encenação, como ainda à interpretação. Um regalo, a não perder!

**O Comboio dos Duros**

(Segunda, 01.20, RTP 1)

Três condutores de grandes camiões são presos por excesso e velocidade, que os liberta depois de ter aceite um suborno. Mas, depois disso, os mais inesperados acontecimentos acabarão por se suceder... Trata-se de um road movie de sabor especial que, independentemente de ter na sua base um argumento apaixonante encenado por Peckinpah com a sua habitual desenvoltura, nunca caiu nas boas graças do seu próprio realizador, tantos foram os percalços durante a rodagem. Mas vale a pena vê-lo, mesmo a estas horas, pois se calhar estamos em férias...

**Não Estamos Casados**

(Terça, 22.35, RTP2)

Depois de estarem casados há dois anos, cinco casais chegam à conclusão de que os seus casamentos não estão conformes à legalidade... Valerá a pena recomeçar de novo? É este o fio condutor que liga cinco histórias num filme de sketches cuja visão vale a pena não só pela curiosidade do ponto de partida como também pelas brilhantes interpretações. Com Ginger Rogers e Marilyn Monroe (em começo de carreira).

**Pensamentos Mortais** (Sábado, 23.30, TVI)

Uma mulher é submetida a um interrogatório de dois polícias acerca dos acontecimentos à volta do assassinato do marido da sua melhor amiga. Com reviravoltas no argumento (que pretendem surpreender o espectador), a encenação deste filme é, entretanto, algo primária, pecando ainda por cima pelo abuso de efeitos mais do que vistos, como a câmara lenta. Com Demi Moore e Bruce Willis como principal chamariz.

**Guerrilheiros do Inferno**

(Sábado, 01.20, RTP1)

Um jornalista, John Converse, antes de regressar do Vietname, compra três quilos de heroína por 2500 dólares e confia o produto a um amigo que deve entregá-lo à sua mulher. Mas o FBI mete-se ao barulho e a «mercadoria» dificilmente circula... Com acção localizada em 1971 - mesmo se ela está presente como «pano de fundo» - trata-se de um razoável «thriller» sobre os negócios da droga, realizado Karel Reiss (de origem checoslovaca), um nome histórico do Free Cinema britânico, aqui a fazer (bom) cinema comercial.

**Má Sorte, Ter Sorte** (Domingo, 00.55, RTP1)

Eis uma comédia dramática bem inserida nos meios italo-americanos nova-iorquinos, em que um jovem acaba de ganhar uma fortuna na lotaria e nem por isso se sente feliz, ao mesmo tempo que lhe

**Conta Comigo** (Quarta, 22.00, TVI)

Especializado, sobretudo, na comédia, o realizador Rob Reiner ensaia aqui, em *Conta Comigo*, uma espécie de «thriller» cómico que tem, como argumento, um romance autobiográfico de Stephen King (*The Body*) - interpretado e narrado por Richard Dreyfuss - que nos conta as aventuras de quatro rapazes em busca do corpo de uma adolescente desaparecida, uma arriscada jornada na qual, perante os vários perigos, os valores da amizade vêm a primeiro plano.

**Os Homens Preferem as Loiras**

(Quarta, 22.35, RTP2)

Que dizer mais sobre este clássico da comédia cinematográfica americana do que aconselhar vivamente a sua enésima visão? Não será de facto a primeira vez que nos confrontaremos com um dos papéis mais inesquecíveis de Marilyn Monroe, nem com a companhia irresistível de Jane Russell, ambas na pele de duas bailarinas-cantoras de cabaret prontas a desencadear paixões, se possível nos corações de jovens milionários... Mas chame-se a atenção, desta vez, para a réplica desarmante de Lorelei (Marylin) para o pai de Gus (o jovem milionário): «Não é pelo dinheiro dele que quero casar com Gus, mas pelo seu...». Entre as várias e maravilhosas canções da dupla Leo Robin-Jule Styne, o destaque vai seguramente para essa pequena «obra-prima» do cinema musical - «Diamonds Are a Girl's Best Friend».

**Ligações Sujas** (Quarta, 23.00, RTP1)

O filme escolhido para esta *Lotação Esgotada* é, apenas, mais um policial sem especiais recomendações, cuja trama mais uma vez gira em torno da corrupção na polícia. Um filme que tendo ainda por cima dois adequados intérpretes em Richard Gere e Andy Garcia, se dá ao luxo de desaproveitar algumas excelentes e potenciais ideias do argumento.



Anne Baxter, Bette Davis, Marilyn Monroe e George Sanders, da esquerda para a direita, em «Eva» a obra-prima de Joseph L. Mankiewicz



Richard Gere e Andy Garcia no filme «Ligações Sujas», de Mike Figgis

# O charme indiscreto de um aristocrata do pequeno ecrã

«(...) o público não quer os programas que eu faço e eu não quero fazer os programas de que o público gosta.»

(Miguel Sousa Tavares  
«Expresso-Revista», 26.07.97)

**A** notícia surgiu nos últimos tempos: eventualmente farto de protagonismos fáceis ou cansado de uma actividade cujo futuro vê cada vez menos risonho ou pelos vistos enjoado com a «imbecilidade» que em geral grassa pelas televisões, Miguel Sousa Tavares (MST) decidiu de sopetão afastar-se (conjunturalmente?) da pequena pantalha electrónica. Por mim, acho bem, compreendendo-lhe o enfado e a «falta de estímulo». E que a pausa lhe faça muito bom proveito!

Interessante é que tenha aproveitado esta saída em grande - porventura fazendo-a coincidir com o período de férias estivais para, assim, minorar o sofrimento e a perplexidade (digamos, mesmo, o vazio e até o desamparo!) em que deixa os seus admiradores - para fazer proliferar, em várias, dispersas e curtas intervenções e declarações públicas, algumas surpreendentes opiniões sobre o nosso «estado da televisão».

Entretanto, foi sobretudo numa entrevista de algum relevo dada à última «Revista» do «Expresso» que conseguimos melhor discernir as mais recentes e descomprometidas elucubrações de MST sobre a nossa paisagem televisiva e seus afloramentos, das quais não deixa de ser interessante citar algumas passagens significativas. Vejamos:

«Há 10 anos quase toda a gente queria saber mais, queria evoluir. Hoje em dia estamos a assistir a uma cultura da imbecilidade.»

«Não há cultura de informação, há um problema grave de demissão colectiva da sociedade, que caminha para a ignorância.»

«(...) este país parece caminhar para uma sociedade de ignorantes, na qual o único objectivo é distrair as pessoas e não informá-las. Como se chegou aqui, não sei.»

«A massificação da informação levou a critérios de audiência que predominam em relação a tudo o resto.»

«(...) eu não aceito que a audiência seja o único critério para a programação.»

«(...) há que desenhar a fronteira e não transgredir os princípios.»

«Há programas para "voyeurs", para sadomasoquistas, para delatores, para invejosos, etc. É o catálogo dos vícios.»

«É preciso que haja códigos morais de comportamento e ser-se inflexível em relação a eles.»

E assim por diante.

Cá por mim, mais uma vez acho bem, até assino por baixo!

Só que (ponto um) há pequenos deslizos que, às vezes, escapam à atenção dos mais distraídos mas que ficam a soar nos ouvidos dos mais atentos. Por exemplo, não deixei de esbarrar naquela inocente expressão de MST: «como se chegou até aqui, não sei». Além disso (ponto dois), há pequenas falhas e lacunas que, outras vezes, toldam a memória dos mais esquecidos - e há que reavivá-las.

## Desculpas de mau pagador

Com que então, MST «não sabe» como se chegou até aqui? É fácil: é só olhar para o lado! O próprio desenvolvimento da sua entrevista ao «Expresso-Revista» é claríssimo quanto à demonstração do contrário - ou seja, que MST sabe muito bem como se chegou até aqui - já que, muito para além destas curtas citações acima referidas, é ele mesmo que faz um diagnóstico feroz (e no fundamental certo) das lamentáveis situações que hoje em dia se vivem nas televisões e em certos órgãos da imprensa escrita.

O pequeno problema é que MST pretende lançar-nos areia para os olhos quando avança com a identificação (aliás, justíssima) de apenas um dos principais responsáveis desta estratégia de abastardamento da dignidade profissional e artística e da sua concretização em produtos televisivos - o «serviço público» de televisão, a RTP - parecendo querer fingir ignorar as enormíssimas responsabilidades dos operadores privados nessa tendência decadente, em particular aquelas atribuíveis em elevado grau à SIC.

Não deixam, a propósito, de ser reveladoramente tortuosas (e, tem de dizer-se, hipócritas) as posições de MST quan-

to a esta particular circunstância. Por um lado, estão implícitas as incomodidades que a sua permanência na SIC lhe causariam, quando refere não querer mais essa «responsabilidade solidária». Mas tudo isto resulta de um incómodo puramente

oriundo do foro pessoal, enquanto inequívoca manifestação de nojo que o indisfarçável aristocrata sente ao partilhar o mesmo ecrã com os alegados «alarves» e «imbecis» responsáveis pelo alimentar do tal «catálogo de vícios» que, justamente, tanto verbera e o incomoda.

No fundo, MST está-se nas tintas para o publicozinho. Durante algum tempo, ainda valeu a pena ir disfarçando e fazendo o sacrifício, aparentemente fechando os olhos. Agora - que horror! - já cheira mal, e talvez seja este o momento de dar o salto, sair em beleza e ficar à espera de outras e melhores oportunidades. Reveladora, aliás, desta incontinente sobrançeria face ao respeito pelos espectadores - que MST nunca conseguiu esconder na generalidade dos seus escritos anteriores sobre a matéria - é essa espantosa frase que se lhe escapa pela boca fora: «entre a televisão que eu queria e a que

a reserva de indignidade e irresponsabilidade (e consequentes proventos) para os operadores privados - é que seria necessário serem explicadas. Coisa que, manifestamente, MST não consegue fazer.

Por isso mesmo, não pode ele deixar também de afirmar ter sempre aceite «com naturalidade, que a SIC tem de funcionar para vários públicos» - evidência que nunca ninguém pôs em causa - embora, do mesmo passo, se sirva do habitual argumento falacioso de atribuir à inteira responsabilidade das «pessoas» («mesmo eventualmente as mais cultas») a atracção pelo espectáculo dos «sentimentos», das «emoções», das «intimidades» (no fundo, da aludida «trilogia composta por sexo, violência e escândalo»), parecendo com isto querer ilibar certas televisões, como a SIC, das principais responsabilidades na generalizada degradação dos gostos.

Quanto aos problemas relativos à dignidade da informação e a outros aspectos que têm a ver com a seriedade dos profissionais neste domínio, não podem deixar de ser consideradas no mínimo intoleráveis as expressões de sobrançeria e desprezo de que MST mais uma vez faz uso ao referir-se, nesta entrevista, ao órgão de classe dos jornalistas - o seu Sindicato - e ao que ele apelida de «"papas" deontológicos». Trata-se de um estratégia que já não é nova, que ele já utilizou amiúde na vã tentativa de ferir de morte, por tabela, também

ORMALISMO

MIGUEL SOUSA TAVARES

## “ASSISTIMOS A UMA CULTURA DA IMBECILIDADE”

Entrevista de HENRIQUE MONTEIRO/Fotografias de RUI OCHOA

**M**IGUEL Sousa Tavares, 46 anos, há mais de 20 anos, está desiludido com o caminho que o jornalismo leva em Portugal. Autor e apresentador de diversos programas de reportagem, informação e debate na RTP e na SIC, Miguel Sousa Tavares, várias vezes premiado pelos seus trabalhos, chegou à conclusão de que o público deixou de querer os programas que faz. Recusando passar o jornalismo por critérios de audiência, afastou-se da televisão e refugiou-se apenas na imprensa, até que a «vergilização» se passasse.

EXPRESSO — Que motivo pode levar alguém com tantos anos de televisão a dizer «adieu à televisão»?

MIGUEL SOUSA TAVARES — Eu não digo adeus. Esta é parte da minha profissão e eu vivo do trabalho. Digo adeus nas circunstâncias actuais e nas funções actuais. Mas as circunstâncias podem mudar, podem convidar a voltar e eu posso ter desejo de voltar, que, neste momento não tenho. Pode ser daqui a um ano ou nunca mais. Em termos pessoais, vivo muitíssimo bem sem a televisão. A minha vida pessoal é infinitamente mais agradável se não tiver de aparecer todas as semanas na televisão. O dinheiro, só por si, não paga isso. Tem de haver outras formas de

estímulo, que é o que me falta agora. EXP. — Porquê neste momento?

M.S.T. — Porque concluí que parece um desaconchego que, basicamente, consigam o público não quer os programas que eu faço e não quero fazer os programas de que o público gosta. A linha na arte, para mim, é não dar aos outros aquilo de que eu próprio não gosto.

EXP. — Isso pressupõe que o público é sempre como um todo. Não deveriamos entender que há diferentes públicos, e que podem e devem existir programas diversos? A menos que as direcções das TVs só decidam em função das maiorias.

M.S.T. — A SIC sempre foi uma televisão generalista — isso foi assumido desde o princípio e compreendido por toda a gente, excepto pelos críticos da SIC. Eu sempre aceitei, com naturalidade, que a SIC tem de funcionar para vários públicos. Mas o que eu sublinho é que até aqueles tradicionalmente mais receptivos a programas de informação deixaram de o estar. As pessoas — mesmo eventualmente as mais cultas — estão-se desilusionando nas linhas para programas sobre o euro, sobre a regionalização, sobre os critérios de Ochoa, sobre o que quer que seja. Gostam de sentimentos, de emoções, de intimidades e de clássica trilogia composta por sexo, violência e escândalo.

EXP. — Haverá algum motivo para esse desinteresse do público que tradici-

onalmente se mostrava adepto do outro tipo de informação e do debate político?

M.S.T. — Essa é a grande pergunta a que eu não sei responder. Quando comecei a fazer televisão há um ano e meio, quando fazia, por exemplo, a «Grande Reportagem» na RTP, o programa na altura só era lido pela televisão. E de facto, desde o professor universitário até ao camponês em Trás-os-Montes, as pessoas viam a Grande Reportagem, e interessavam-se por esses temas. Hoje em dia não é possível fazer um programa de informação que chegue a todo o público. Daqui deriva uma consequência grave para o país.

EXP. — Que tipo de consequência?

M.S.T. — O conhecimento é hoje uma arma profissional, um factor de produção cada vez mais importante. Nesse sentido, penso que aquilo que poderemos denominar luta de classes modernas vai passar-se a nível

entre os que têm e os que não têm informação e cultura, entre os que sabem e os que não sabem. É este país parece caminhar para uma sociedade de ignorantes, na qual o único objectivo é distrair as pessoas e não informá-las. Como se chegou aqui, não sei. Mas penso que isto é visível não apenas na televisão, mas em todos os tipos de imprensa e mesmo nas escolhas públicas. A massificação da informação levou a critérios de audiência que predominam em relação a tudo o resto.



a minha mulher-a-dias quer, é mais justo socialmente que se vá pelo modelo dela, que não tem outras alternativas culturais de entretenimento.»

Obrigadinho, MST! É a velha história dos «bem aventurados pobres de espírito»...

## Uma no cravo outra na ferradura

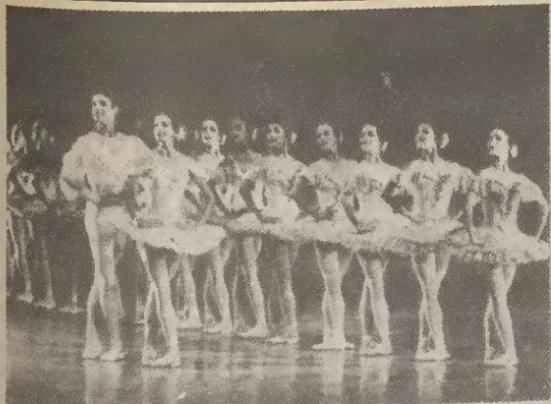
Claro que, como as pessoas não têm todas a memória curta, MST não pode pretender escamotear, assim do pé para a mão, os linguados de prosa que escreveu nos jornais, quando se tratou de, em variadíssimas ocasiões, objectivamente defender a estratégia da mesma SIC de que, agora, nas entrelinhas (mesmo que de forma indirecta), se mostra tão enjoado, ao mesmo tempo que admite, compreensivo, tratar-se de «uma estação comercial com determinadas regras que sempre aceitou e das quais não se queixa». De resto, no preciso momento em que MST se sente na obrigação de dar toda a razão ao vicinado postulado de Rangel quanto ao citado imperativo de «não se poder dar às pessoas o que elas não querem», logo ele se apressa a explicar que o faz porque aquela regra se aplica... «apenas à televisão privada e não à televisão pública». Espanto dos espantos! As enviezadas razões porque isto parece a MST assim tão linear - ou seja: ficarem as obrigações (e os encargos) da dignidade e responsabilidade profissional em exclusivo para o serviço público e achar-se lógica e aceitável

os críticos de televisão, e que é tanto mais chocante quanto, nesta entrevista, MST procura sempre subtrair à nossa memória (esforçando-se por compor uma nova imagem) as muitas e contraditórias linhas que escreveu sobre aspectos candentes dessa mesma deontologia. Quem não se recorda, por exemplo, da notória incapacidade de MST em se demarcar das repetidas infracções à lei cometidas pela SIC, como aconteceu (entre muitos outros casos) com a divulgação antes de tempo das sondagens à boca das urnas, ou das práticas escandalosas e sensacionalistas no domínio da programação em geral e mesmo da informação em particular, constantemente protagonizadas pela SIC, como foi notório no caso da ditatorial imposição de «critérios (ditos) jornalísticos» nos debates políticos pré-eleitorais?

Esta postura repetidamente mistificadora e arrogante revela, por fim, um supremo desprezo pelo público espectador. E com isto, em jeito de capicua, volto à frase citada inicialmente. Ao fim e ao cabo, o que MST quer dizer é que esse público - essa entidade abstracta, para ele constituída por uma camada de imbecis e ignorantes - afinal não merece os superlativos programas que ele tanto queria continuar fazer. Que é como quem diz: o público que se lixe!

Quanto a MST, vai porventura passar uma temporada para o seu monte alentejano a reflectir sobre ele próprio e sobre os pobres mortais que tanto o incomodam, de vez em quando passando pelo lombo do canídeo os seus dedos lambuzados, já não de anho assado, mas de ensopado de borrego... Que diabo, também nesta matéria, a tradição já não é o que era!

ESCAPARATE



A Dança em destaque

Um dos domínios da arte e do espectáculo que estará mais evidência neste início de Agosto é o Bailado. Para já, sempre com espectáculos a realizar nos Jardins do Hotel-Palácio de Seteais às 21.45, têm início as chamadas «Noites de Bailado» as quais, sob a direcção artística de Armando Jorge, estão incluídas no XXXII Festival de Música de Sintra e se prolongarão até 31 do corrente. Tudo começa amanhã com a apresentação do Ballet Nacional de Cuba num programa que se repetirá a 2 e 3 de Agosto: «Jardim dos Lilazes», com música de E. Chausson e coreografia de Anthony Tudor; «Pas-de-deux», com música de Tchikowsky e coreografia de George Balanchine; «Silvia», com música de L. Delibes e coreografia de George Balanchine; «A Noite», com música de F. Chopin e coreografia de Jerome Robbins; e o Grand-Pas de «La Bayadère», com música de L. Minkus e coreografia de Marius Petipa (numa versão de Maria Elena Llorente). Seguir-se-ão, nas semanas seguintes, espectáculos pela Limon Dance Company (EUA), Ballet Festival da Rússia, The New York Dancers e Ballet Nacional de Wiesbaden.

Workshops e Cursos de Verão

Ainda no campo da dança (e numa perspectiva mais diversificada) o destaque vai para diversas actividades centradas no Centro Cultural de Belém: os «Ateliers de Arte e Movimento», sob a direcção de Marta Atayde e Sofia Neuparth, de 4 a 14 (excepto domingo 10); um projecto pedagógico e original de Dança e Música Africana, a realizar a partir de dia 6 até 4 de Setembro, sob a orientação do grupo «Batoto Yetu» de Harlem (Nova Iorque); e, ainda, um workshop dedicado às danças «Hip-Hop», orientado por Hakim Maiche, Régis Truchy, Bintou Dembele, Rabah Mahfoufi e David Valentine, em, 6, 7, 8, 9, 11 e 12.



JAZZ

Mais dois festivais: no ACARTE...

É sob o lema «Evocando John Coltrane» (cujo 30º aniversário do falecimento passou neste mês de Julho) que decorrerá este ano mais uma edição do Festival «Jazz em Agosto», como sempre organizado pela ACARTE e também desta vez com a colaboração do Hot Clube de Portugal. Começando já amanhã, com um concerto pelo Quarteto de Roy Haynes, um outro baterista (Elvin Jones) deslocar-se-á a Lisboa para encerrar o evento com o seu grupo «Jazz Machine» no sábado 9. Entre estes dois grupos, situar-se-ão os concertos, sempre marcados para as 21.30, do grupo «Summit Conference» (sábado, 2) dirigido pelo contrabaixista britânico Dave Holland (segunda, 4), o Quarteto internacional do pianista Mário Laginha (quarta, 6), o grupo do saxofonista Dave Liebman (quinta, 7) e o Sexteto do trompetista Dave Douglas (sexta, 8). Para aumentar a expectativa, estão previstas jam-sessions nocturnas no Hot Clube de Portugal (Pr. da Alegria) e realizar-se-á igualmente, na Sala Polivalente do ACARTE, um «Workshop» para estudantes adiantados e músicos profissionais. Enfim, um Festival que promete.

... e em Loulé

Outro festival que veio para ficar é o «Festival Internacional de Jazz '97» organizado pela Casa da Cultura de Loulé. Já iniciado em 18 de Julho passado, este evento



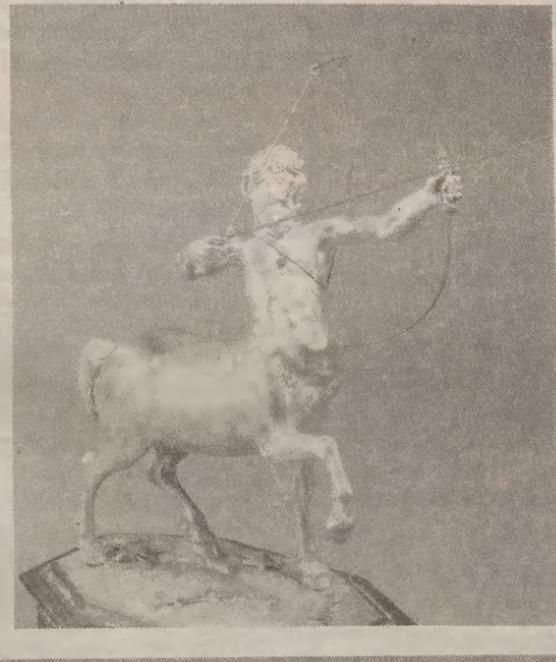
prosegue com uma segunda fase a partir de amanhã, com três grupos nacionais e um norte-americano. No primeiro caso estarão o Quarteto do pianista Sávio Araújo e o Quinteto de Carlos Barretto que

actuarão na sexta-feira 1, e oito dias depois (sexta-feira, 8) com o Trio «Azul» do contrabaixista Carlos Bica e o Quartet do histórico saxofonista norte-americano Dewey Redman.

EXPOSIÇÃO

O Engenho e a Arte

Centena e meia de instrumentos científicos do séc. XVIII, provenientes do Museu de Física da Universidade de Coimbra, estão expostos na sede da Fundação Calouste Gulbenkian, na Galeria de Exposições Temporárias, até finais deste mês, numa mostra subordinada ao título «O Engenho e a Arte». Estes instrumentos integraram em tempos a colecção do Real Gabinete de Física da mesma Universidade e para a sua apreciação foi organizado um vasto programa de actividades: visitas guiadas, conferências, edição de um vídeo, venda de jogos relacionados com os objectos expostos e lançamento de um álbum de banda desenhada, com o título «O Mistério de Coimbra», da autoria de Étienne Schréder. A exposição pode ser visitada às terças, sextas e domingos das 10 às 17 horas e às quartas e sábados das 14 às 19.30.



SESSÕES CULTURAIS

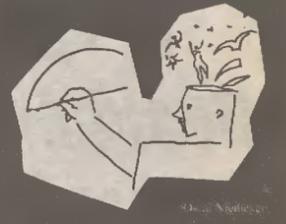
Animação Cultural em Faro

Com manifestações no campo da Música, Canto, Dança e Cinema, estão a começar na capital algarvia os chamados «Serões Culturais de Faro». No espaço de tempo abrangido por esta recensão, realizar-se-ão respectivamente nas próximas terça e quinta-feira (5 e 7, pelas 22 horas), nos Claustros do Convento, duas conferências incluídas no ciclo «Cinema e Literatura», com Júlio Machado Vaz a propósito do filme «O Diário do Sedutor» de Danièle Dubroux (França, 1995) e Clara Ferreira

Alves a propósito do filme «A Senhora Parker e o Ciclo do Vício» de Alan Rudolph (EUA, 1994). Seguir-se-ão até ao próximo mês de Setembro espectáculos nas áreas mencionadas, destacando-se entre outras um espectáculo de ópera pela «Compagnia Rossini», um concerto de Música Celta por músicos italianos, dança clássica e contemporânea pelo Earas Ballet de Huelva, e, já em Setembro, Rão Kyao, Tito Paris, António Pinho Vargas e José Nogueira e Maria João e Mário Laginha, entre outros. A organização destes eventos é do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Faro com a colaboração do Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique.

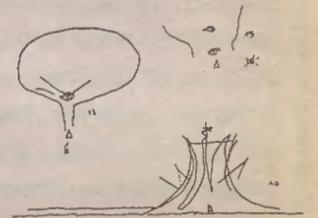
LIVROS

Conversa de arquitecto

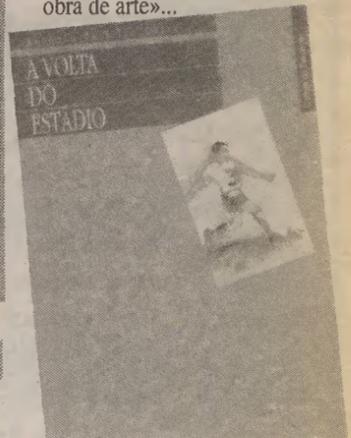


Conversa de Arquitecto

Os arquitectos não precisam de palavras. Quando lhes conhecemos os nomes é porque lhes conhecemos as obras. Mas a gente acaba por ter sempre curiosidade em ouvi-los trocar por miúdos algumas das ideias que realizaram, sublinhar em pala-



palavras o que a matéria moldada atingiu. Assim, toda a gente conhece o nome de Oscar Niemeyer, cuja fama deve muito à cidade que desenhou - Brasília -, mas poucos terão ouvido ou lido palavras suas. A Campo das Letras vem, com a edição de Conversa de Arquitecto, dar um gosto aos leitores e propor este livro com textos de Niemeyer acompanhando desenhos seus. «De um traço», diz ele, «nasce a arquitectura. E quando ele é bonito e cria surpresa, ela pode atingir, sendo bem conduzida, o nível superior de uma obra de arte...»



À Volta do Estádio

Ainda da Campo das Letras, aqui vai um livro, desta vez da colecção Campo do Desporto. Trata-se de À Volta do Estádio, da autoria de António Silva Costa, doutorado em Lovaina e professor catedrático da Universidade do Porto. O livro apresenta-se como uma tentativa de oferecer aos leitores uma série de olhares cruzados sobre o desporto, principalmente o futebol, a partir dos universos da mitologia, da antropologia, da sociologia e mesmo da história das religiões, e isto sugerido por acontecimentos concretos, por vezes aparentemente insignificantes, do nosso quotidiano desportivo. Uma leitura interessante para quem, do desporto, pretende ver mais além daquilo a que geralmente tem direito através dos grandes meios de comunicação.

XADREZ

DCXXI - 31 DE JULHO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997X30  
Por: HENRI RINCK, 1943

Pr.: [3] Ph2 - Tg1 - Rh4  
Br.: [3] Pb7 - C64 - Rh8



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1997X30 [H. R.]

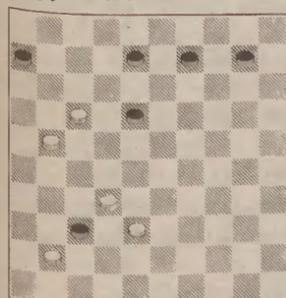
1. b8=D1, h1=D; 2. Df4+, Rh5; 3. Df5+, Rh4; 4. Dh7+, Rg4; 5. Cf2+ eg.

A. de M. M.

DAMAS

DCXXI - 31 DE JULHO DE 1997  
PROPOSIÇÃO Nº 1997D30  
Por: G. JUNCA  
L'Effort nº 21, Dez., 1951

Pr.: [6]: 6-8-9-10-18-37  
Br.: [5]: 17-21-32-38-41



Branças jogam e ganham

\*\*\*

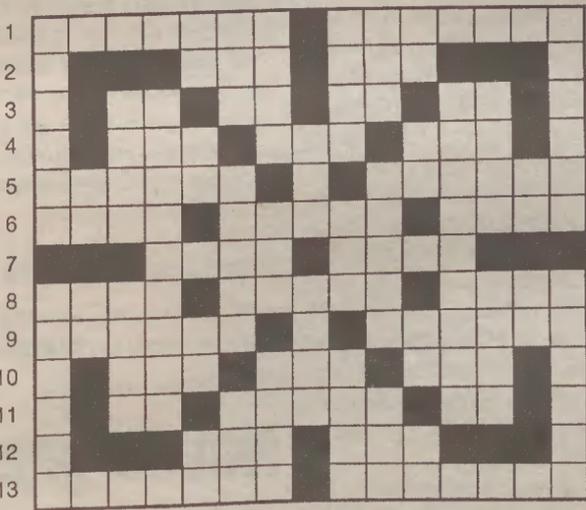
SOLUÇÃO DO Nº 1997D30 [G.J.]

1. 4i-3e3(3); 2. 38-32; (28x37); 3. 36-31; (37x26); 4. 17-11!!!

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Que não tem cabeça (ou a não tem distinta do resto do corpo); levemente ácido. 2 - Astro-rei; pedra de moinho (pl.). 3 - Actínio (s.q.); apelido; carta de jogar; Astatino (s.q.). 4 - Casa de habitação; tempero; repetição de um som. 5 - Irritadas; revestir de uma camada de crómio. 6 - Fama (fig.); esconjura; apoquento (fig.). 7 - Instigador (fig.); encolerizar. 8 - Revestimento externo de muitos animais, constituído, tipicamente, nos vertebrados por epiderme ou derme; vadiar; casta inferior de japoneses. 9 - Lugar de contendas (pl.); tivera tonturas de cabeça. 10 - Rochedo (bras.); alguma; grande extensão de água salgada. 11 - Sozinho; comparecer; caminhar para lá; cânhamo de Manila. 12 - Carlinga do navio; discursiva. 13 - Terreno plantado de oliveiras (pl.); conjunto de princípios que formam um corpo de doutrina.

**VERTICAIS:** 1 - Negligência; estilete, geralmente de madeira macia, para limpar os dentes dos restos dos alimentos. 2 - Ruténio (s.q.); também (arc.). 3 - Incentivo; regulamentos. 4 - Contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida. 5 - Arsénio (s.q.); divindade solar dos antigos faraós; rio costeiro de França; rapaz (pop.). 6 - Espécie de escumilha (pl.); assento acolchoado onde o cavaleiro se senta (pl.); três romanos. 7 - Buraco cavado pela água nos penedos de rios ou ribeiros (prov.) (pl.); aparece; larva que se cria nas feridas dos animais (pl.). 8 - Patrão; aguardente de melão. 9 - Conductor de palanquim, na Índia; nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal, como a sombria, a petinha, a escrevedeira e a lavandisca; insignificâncias (fig.). 10 - Mealheiro (prov.); viatura; apelido de poeta português. 11 - Caminhais; Erbio (s.q.); o primeiro de todos os números; campeão. 12 - Acudiram à pressa. 13 - Conquistista; desarranjo mental (fig.). 14 - O mais (ant.); modo (fig.). 15 - Escutara; varanda pequena.

**SOLUÇÃO:**  
HORIZONTAIS: 1 - Acéfalo; actínio. 2 - Sot; mós. 3 - Ac; Sã; sã; sã; At. 4 - Lar; sal; eco. 5 - Irosas; cromar. 6 - Aural; evocar; rala. 7 - Molta; ir; vá; má. 8 - Pelic; atraz; elas. 9 - Are-nas; ourara. 10 - Ila; uma; mar. 11 - S6; ir; vá; má. 12 - Pia; ora. 13 - Olivais; sistema. 14 - pã. 15 - Esc; car; sacada.  
VERTICAIS: 1 - Negl; ir; vá; má. 2 - Ru; er. 3 - Aced; palho. 4 - Ru; er. 3 - Aced; palho. 5 - As; Rã; Aat; pã. 6 - L6s; selas; III. 7 - Oias; vai; urs. 8 - Amo; rum. 9 - Ama; cia; avos. 10 - Cos; car; sacada. 11 - Is; Er; uma; ds. 12 - Acorteram. 13 - Toma; tara. 14 - Al; ar. 15 - Ovt-



# ATALHE DE FOICE

## Desígnios

*Em Portugal, por uma qualquer razão, nada do que se passa tem apenas a dimensão do que se passa. Dizendo de outro modo, tudo o que acontece por cá é sempre transcendente. Será talvez a memória do império a compensar o complexo do rectângulo, a histórica necessidade de afirmação do condado minorca na imensidão da península, mas a verdade é que passamos a vida a fazer voz grossa e a pormo-nos em bicos de pés, com medo de acabar esquecidos na vastidão do mundo.*

*À força de tanto persistir na existência, acabamos sempre por encontrar um português, ou um seu descendente, que para o caso tanto dá, no calor dos holofotes. Veja-se, por exemplo, o caso Versace, o imperador da moda recentemente assassinado: ainda o FBI andava às aranhas nas teias do caso e já um português - ao melhor estilo dum filme da série B - saltava para a ribalta a pedir alvíssaras por ter assustado tanto um criminoso encartado que o levou a suicídio. Melhor do que isto nem o Super-Homem! Na política é o mesmo. Viagem de Estado ou inauguração de obra não dispensa em caso algum sermão e missa cantada, que do gesto e do feito há-de ficar para a História coisa que ateste a honra e a glória de tão nobre povo. Uma viagem nunca é só uma viagem - é uma exaltação. Uma obra nunca é só uma obra - é um marco. Até nos conflitos somos diferentes. Os portugueses não discutem - dilaceram-se em guerras fratricidas com finais felizes de fazer chorar as pedras da calçada.*

*Num país assim, obviamente, ser político é ser mais alto, ser governante é ser maior do que os homens, e quem passa pela política e pelo Poder não passa sem lá voltar. É o caso de Cavaco Silva ou de Mário Soares, como muito bem nos recorda António Pinto Leite no último número do «Expresso», a propósito da agitação provocada pelo regresso do primeiro à ribalta para zurrir no Governo.*

*Que não há razão para temer o fantasma, diz, porque nem o homem passou ainda a espectro, nem esse é o seu desígnio. «O desígnio natural para um político como Cavaco Silva - assevera APL - seria o exercício de um lugar europeu de grande dimensão efectiva», tipo «Presidente da Comissão Europeia», tal como «Mário Soares seria um excelente secretário-geral das Nações Unidas». Ambos, na opinião do autor, atingiram «um plano muito elevado», pelo que não é o facto de se terem retirado da vida política activa que os deixou «igual a toda a gente». De forma nenhuma. Isso é tão impensável que «é mesmo um disparate conceber humanamente Cavaco Silva e Mário Soares como se todas as suas vivências anteriores se tivessem dissipado dentro de si mesmos». Nem mais. Depois de Portugal, a Europa. Depois da Europa, o Mundo. E - porque não? - depois do Mundo, o Cosmos.*

*Terminar uma carreira política e dedicar a vida a escrever memórias ou a cuidar do jardim pode ser bom para os estrangeiros, nunca para os portugueses.*

*Deixar a chefia do Estado ou do Governo e voltar à vida «civil» pode ser óptimo para outros, nunca para os portugueses. Os homens de Estado nacionais passam a ser diferentes do comum dos mortais. Os americanos que se despachem. Algures por aí, no espaço sideral, há missões transcendentais à espera das transcendentais figuras da política portuguesa. Não é vaidade, não. É um desígnio nacional.*

■ Anabela Fino

## ÚLTIMAS

# Para compensar prejuízos na agricultura PCP reclama medidas excepcionais

Em conferência de imprensa realizada ontem na sede do PCP, Agostinho Lopes divulgou um comunicado da Comissão Política sobre questões da actualidade da agricultura nacional, nomeadamente o financiamento do Alqueva, a Agenda 2000 e a urgência de apoios para fazer face aos prejuízos dos agricultores vítimas da recentes intempéries. Do documento apresentado publicamos os principais extractos.

(...) Apesar de tardio e de há muito o Alqueva dever estar construído o PCP congratula-se por finalmente estejam reunidas as condições que permitem que o Empreendimento venha a ser uma realidade. São incommensuráveis os prejuízos do atraso de décadas com que o Alqueva se inicia, e que não podem deixar de ser atribuídos à política de direita de sucessivos governos (PS, PSD, PP/CDS) que sempre travaram por razões de classe o avanço do empreendimento do Alqueva.

Entretanto, o PCP não pode deixar de assinalar que a decisão da Comissão Europeia vem acompanhada de um conjunto de imposições que configuram uma inaceitável ingerência nos assuntos internos de Portugal e nas relações bilaterais com a Espanha. As exigências, a haver, de cumprimento das directivas ambientais respeitantes à escorrência das águas residuais urbanas e agrícolas e ao cumprimento do Acordo Luso-Espanhol de 1968 deveriam, aliás, ser mais dirigidas à Espanha que a Portugal.

O Governo português deve rejeitar liminarmente estas continuadas ingerências autoritárias da Comissão Europeia.

Como deve rejeitar a recente e inaceitável decisão da Comissão que pretende impedir na base de uma arbitrária interpretação do Tratado da União Europeia, que um Estado soberano garanta a sobrevivência de uma empresa de dimensão estratégica e importância nacional, como é a EPAC.

É também inaceitável que o Governo não tenha debatido com ninguém o «Programa Operacional Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona de Alqueva - PEDIZA» que enquadra o financiamento comunitário. O PEDIZA e os projectos que o integram são de total desconhecimento das autarquias, dos sindicatos e das estruturas empresariais do Alentejo.

(...) Por razões de justiça social e para a democratização do acesso à terra, por razões de eficácia econó-

mica e para que o Alqueva seja, de facto, um instrumento de desenvolvimento regional, com a alteração dos sistemas culturais agrícolas e a criação de emprego, o PCP exige que, utilizando os mecanismos constitucionais e legais adequados, o Governo promova um processo de reorganização fundiária na região, em particular no perímetro do Alqueva e de entrega de terra aos pequenos e médios agricultores (proprietários e rendeiros) com pouca terra e aos assalariados rurais.

Na multiplicidade das suas valências - fomento do regadio, abastecimento de água às populações e fonte energética - o Alqueva é uma infra-estrutura determinante do desenvolvimento do Sul do País, mas o aproveitamento da sua mais valia agrícola em todas as suas potencialidades torna mais imperativa, ainda, a liquidação do latifúndio.

### Agenda 2000 é inaceitável

Sem prejuízo de uma análise posterior mais detalhada, inclusive nas vertentes não agrícolas, importa dizer desde já, numa primeira leitura, que as propostas para a reforma da Política Agrária Comum inscritas na Agenda 2000, na continuidade de anteriores documentos comunitários, são inaceitáveis e o mínimo que se exige do Governo é que as recuse liminarmente.

Diminuição em 20% do preço de intervenção para os cereais (depois da diminuição de 29% quando da reforma de 1992); em 30% para o preço indicativo para a carne de bovino; em 10% para a manteiga e o leite em pó são as propostas já quantificadas só parcialmente compensadas por apoios ao rendimento.

Entretanto não há quaisquer propostas de políticas de apoio financiadas pela Comunidade para as produções mediterrâneas que mais interessam a Portugal, designadamente, o vinho, o olival e as hortofrutícolas.

Inaceitáveis são também erros já cometidos pelo Governo PS decor-

rentes da ausência de uma estratégia global e ofensiva, partilhada pelas forças sociais e políticas portuguesas que pudesse com êxito defender os interesses nacionais.

Continua a aceitar-se, e pior a colaborar-se, em reformas parciais das Organizações Comuns de Mercado (OCMs) dos produtos mediterrâneos (hortofrutícolas, vinho, azeite, tabaco), persistindo no erro da Reforma da PAC de 92, de reformas distintas e em tempos diferentes das diversas produções agrícolas.

Continua a aceitar-se sem discussão ou oposição como princípios determinantes das alterações das regras da PAC, o que estiver decidido pelas negociações do GATT/OMC, o que imporá, mau grado ou bom grado, com maiores ou menores compensações financeiras, uma política agrícola comunitária mortífera para os países do sul.

Continua a admitir-se a dispersão da necessária abordagem de conjunto da reforma da PAC por uma infinidade de documentos, com posições contraditórias, mas que têm uma missão única e precisa, facilitar o vencimento de duas ideias nucleares:

- uma política agrícola conforme os ditames neoliberais, em que o mercado decide e impõe a divisão europeia do trabalho agrícola favorável às transnacionais agroalimentares e às potências agrícolas do mundo, EUA, Canadá, alguns países da UE, etc.;

- um inalterado orçamento comunitário, o que vai impor, no quadro do alargamento e dos projectos da reforma da PAC em curso, uma nova penalização da agricultura portuguesa.

Continua uma insuficiente iniciativa diplomática e negocial capaz de envolver os países do sul da União Europeia na defesa de uma estratégia comum e falta uma abordagem confiante junto dos agricultores portugueses e das suas organizações para uma eficaz mobilização em defesa dos seus interesses.

### Urgentes medidas de apoio

As anormais condições climáticas têm vindo a originar gra-

ves prejuízos para o ano agrícola. Simultaneamente, um ano de boa produção de fruta no Oeste e as importações que se continuam a fazer, obrigaram os portugueses a assistir novamente ao escândalo da destruição de centenas de toneladas de fruta, num país onde as dificuldades económicas continuam a privar do seu consumo regular muitos milhares de crianças e adultos.

Estima-se que a produção de vinho tenha quebras que, nalgumas regiões, podem ir até 50% e nalgumas explorações podem atingir a totalidade da produção; no Alto Tâmega (Trás-os-Montes) os produtores de batata, cereais e fruta estão confrontados com uma grave situação; no Ribatejo e Oeste os produtores de tomate e melão estimam perdas na ordem de 30% a 40% na produção de tomate e de 60% no melão; aos problemas ocasionados pela chuva juntou-se no distrito de Santarém e Setúbal uma praga (tripe da Califórnia) causando elevados estragos no tomate; no Alentejo há também reais perspectivas de perda no vinho, no olival e nos cereais.

O seguro agrícola, apesar de modificado, continua ainda a não responder de forma satisfatória aos prejuízos resultantes destes acidentes climáticos, e também pelo facto de, só agora (campanha agrícola 96/97), estar a ser conhecido e concretizado pelos agricultores.

Por outro lado, e como se previa, a tão apregoada linha de crédito de 150 milhões de contos não está a ter qualquer repercussão no sector agrícola designadamente nas pequenas e médias explorações agrícolas.

O PCP reclama do Governo a adopção de medidas excepcionais de apoio aos agricultores vítimas das intempéries e o accionamento urgente dos mecanismos previstos no Fundo de Calamidades. Se houve milhões de contos para o negócio do Autódromo do Estoril, haverá certamente disponibilidades orçamentais para acudir à difícil situação criada a milhares de agricultores portugueses.

## Novas greves na GDP

Os trabalhadores do Grupo GDP (Gás de Portugal) vão de novo entrar em greve. Em causa está o impasse criado nas negociações para a revisão do acordo colectivo de trabalho e o silêncio a que a Administração se tem remetido, impedindo «toda e qualquer possibilidade de diálogo». Contrariamente a esta posição, os trabalhadores têm até agora procurado adoptar formas de luta que criem o mínimo de prejuízos quer aos consumidores quer à própria GDP.

Face, contudo, ao inaceitável comportamento da Administração, e no sentido «de defender os seus justos e legítimos direitos», os trabalhadores viram-se obrigados a recorrer a acções de luta mais drásticas, tendo já realizado, nos dias 23 e 29 de Julho, duas greves que alcançaram elevados níveis de adesão.

«É intolerável», dizem os trabalhadores, «que se queira privatizar os lucros criados à custa do seu

esforço, enquanto as suas condições de trabalho são cada vez mais degradantes». Tendo, pois, em conta a posição de intransigência da Administração do Grupo, decidiram decretar novas greves.

Assim, os trabalhadores da DRIFTAL (turnos) iniciarão às 8 horas de segunda-feira, dia 4 de Agosto, uma greve que terminará às 8 horas do dia 7. Os trabalhadores da GDL darão início à greve às zero horas do dia 5 e terminá-la-ão às 00 horas do dia 8. E os trabalhadores de horário geral (GDL, DRIFTAL e CARBOLIS) efectuarão a greve no dia 7, durante o período de horário normal de trabalho.



5 603199 000445